

VINTE E TRÊS DESPEDIMENTOS, DEMISSÕES A VÁRIOS NÍVEIS

A RTP EM CRISE

Com um despacho ilegal, pois conta apenas com a assinatura de um elemento da Comissão Administrativa (são necessárias duas), foram ontem despedidos 23 trabalhadores da televisão, 21 dos quais se encontravam suspensos desde o «25 de Novembro».

Os trabalhadores suspensos da RTP dirigiram-se ontem à tarde à Direcção dos Serviços de Pessoal para saber a decisão em relação aos seus processos. O prazo, constante no Contrato Colectivo de Trabalho recentemente assinado, expirava anteontem. Foram recebidos pelo director de Serviços, dr. Vieira Machado, que imediatamente entrou em contacto com a Administração, isto é, com Tomás Rosa, único elemento da CA ainda em funções.

Foram, então informados que iriam receber dentro de momentos, o despacho. Rigorosamente igual para todos, sem atender sequer aos processos e defesas pessoais dos arguidos.

«Pelo exposto — conclui o despacho após quatro páginas de considerandos iguais para todos — delibera a Comissão Administrativa da RTP considerar comprovados os factos constantes da acusação e em consequência da sua gravidade, aplicar aos arguidos a proposta-sanção de despedimento

imediato sem quaisquer indemnização ou compensação». Assinado: Tomás Rosa.

Foram despedidos os seguintes trabalhadores: Mário Vieira de Carvalho (director do departamento de Programas Musicais e Recreativos), Artur Ramos (director de Programas de Teatro), Manuel Ferreira (director de Programas Culturais), António Torrado (director de Programas Infantis e Juvenis), Alvaro Salazar (produtor principal), António Borge (chefe de redacção do Telegiornal), eng. Pimenta Rodrigues (director dos Serviços Técnicos), Maria José Marques (sonoplasta), Deodoro Marques Duarte e Manuel Lacerda (Manutenção), Eurico Balsemão (técnico dos Serviços de Planeamento de Emissões), Manuel Ruas e Francisco Spencer, respectivamente, realizador e assistente de realização, Júlia Buizel (anotadora), Manuel Bom, José Severino e António Manuel (jornalistas), Viriato Jordão (do emissor de Monsanto), Pompeu Morato (radiomontador), Moniz Pereira (cenógrafo), Valdemar Marques (regente de estúdios) e Armando Martins e Berlindo Correia, motoristas.

Foram readmitidos aos serviços, os trabalhadores suspensos José Manuel Marques, António Santos e Cecília Neto. Entre os trabalhadores ago-

ra demitidos, encontram-se «técnicos qualificados», homens que foram nomeados pelo MFA logo após o 25 de Abril, alguns que ganharam concursos e trabalhadores com muitos anos de casa. Todos estes trabalhadores «vão para a rua» por um processo cheio de arbitrariedades que recorda o tempo do fascismo. Todos os demitidos vão recorrer para os Tribunais de Trabalho. No entanto e para já ficam sem salário e, como se sabe, as decisões dos tribunais demoram anos. Alguns dos trabalhadores só exerceram actividade profissional na RTP. Para onde irão agora?

De salientar que entre os demitidos existem casos de trabalhadores que nem sequer haviam sido suspensos, como o António Manuel ou que já tinham sido reintegrados, como José Severino.

Com estas demissões, Tomás Rosa fica «orgulhosamente só». Mesmo os dois elementos do conselho de Administração nomeados por Manuel Alegre se demitiram. Direcções de serviço não tem. O próprio movimento de contas está bloqueado, exactamente porque necessita de duas assinaturas.

A televisão «paga pelo povo» está num perfeito caos. Para já uma inovação: Tomás Rosa contratou sete assessores. Entretanto tudo leva a crer, Carlos Cruz não assumirá o cargo de director de Programas e também Joaquim Letria já teria apresentado a sua demissão de colaborador da RTP.

O subsecretário de Estado da Comunicação Social, Soares Louro, funcionário da televisão durante muitos anos, chamou ontem ao Palácio Foz, o núcleo do P. S. na RTP, numa

Continua na pág. 20



GREVE GERAL EM MADRID

Trabalhadores exigem demissão de Suarez

MADRID, 2 (Pelo correspondente do «DL») — A capital da Espanha viveu, ontem, extraordinária jornada de luta que prolongou as manifestações populares que há cinco dias têm lugar no País Basco nas Canárias.

Mais de 200 mil pessoas, um quarto da população trabalhadora de Madrid, respeitaram a ordem de greve geral lançada pelas «comissões operárias» provinciais como protesto pelo assassinio, na segunda-feira passada, de um jovem estudante universitário, às mãos de um comando da extrema direita.

Por outro lado, entre 50 a 100 mil pessoas assistiram ao funeral convocado para a Universidade pela Coordenação Democrática de Madrid. À saída, as forças policiais agrediram os participantes com uma dureza

considerada excessiva pela imprensa madrileña.

Fazendo gala de um espectacular aparato repressivo, a polícia tinha ocupado, praticamente, toda a cidade de Madrid, desde as primeiras horas da manhã. Apesar disso, efectuaram-se várias assembleias nos locais de trabalho e houve tentativas de manifestações de rua. Também se notou a presença nas ruas de comandos da extrema-direita.

O balanço da jornada é de meia centena de detidos e numerosos feridos entre os quais vários policiais. Os objectivos da jornada de luta eram: a proclamação de uma amnistia total; o exercício das liberdades democráticas e sindicais sem discriminações; a formação de um governo provisório democrático e a conde-

nação da repressão policial e parapolicial.

As «comissões operárias» exigiram durante esta jornada de luta que o Governo Suarez apresente a sua demissão por ter demonstrado a sua incapacidade em garantir um direito fundamental como é o direito à vida.

Entretanto, o Conselho de Ministros viu-se ontem obrigado a passar à reserva os generais Fernando Santiago y Díaz de Mendivil e Carlos Pimienta, conhecidos pelas suas posições ultra-direitistas que os haviam conduzido a enfrentar-se publicamente com o actual Governo.

COMÍCIO DA FRENTE ELEITORAL POVO UNIDO

(Pág. 2)

MOVIMENTO SINDICAL CONTESTA ALTERAÇÕES A LEGISLAÇÃO DO TRABALHO

(Pág. 9)

RESULTADOS INCERTOS NAS ELEIÇÕES AMANHÃ NA REPUBLICA FEDERAL ALEMÃ

(Centrais e 13)

FURACÃO NO MÉXICO MATA 630 PESSOAS

Página 13

Corrupção em Espanha compromete oficiais

MADRID, 2 — (F. P.) — Marcelino Oreja, ministro espanhol dos Negócios Estrangeiros declarou no seu regresso dos Estados Unidos que trazia com ele todos os documentos relativos ao caso das gratificações «Lockeed» em Espanha.

O ministro revelou que o processo completo fora entregue ontem na Embaixada de Espanha em Washington pelo Departamento (Ministério) da Justiça dos Estados Unidos. Recordar-se que uma revista

espanhola publicou recentemente a lista de onze pessoas, na maioria oficiais do Exército e da Força Aérea, que estariam comprometidas neste escândalo de corrupção em Espanha.

Segundo certos boatos, o total dos pagamentos dados fraudulentamente pela Lockheed em Espanha seria de cerca de um milhão de dólares. A Força Aérea espanhola está equipada com quadrimotores ércules, fabricados pela sociedade de viação norte-americana Lockheed.



Abre amanhã a caça

São uns 300 mil os caçadores deste País: amanhã, cartucheira artilhada, dedo no gatilho e olho na mira, vê-los-emos, calcando montes e valados, à procura de caça. Para além dos caçadores, alegram-se fabricantes de espingardas, comerciantes de cartuchos e pólvora. No talho, não deverá ser ainda a abundância: só é permitida uma ração de conquista de oito perdizes, uma lebre e dois sisões. Mas a quem aguarda a manhã de domingo para levantar cedo e rumar ao campo resta a possibilidade de abater tantos coelhos quantos surjam em ponto de mira. Assim eles abundem, ainda, depois de desbravados os matagais e guardados os campos para o trigo da Reforma Agrária.

Política de A a Z

CONTRA VASCO LOURENÇO

A «direita» não perdoa ao general graduado Vasco Lourenço, conselheiro da Revolução e governador militar de Lisboa, ter sido no ardor conspirativo, na persistente acção, um dos mais destacados dos «capitães de Abril». A «direita» não poupou Varela Gomes, o capitão de Beja, Vasco Gonçalves, Melo Antunes, Costa Gomes, Oтелo Saraiva de Carvalho. Na lista das obsessões da «direita», alguns terão ficado esquecidos. Mas não os esqueceremos, quando se reacende uma campanha sistemática, coordenada, vesga. A «direita» não suportou que Vasco Lourenço tivesse mantido a sua qualidade de conselheiro da Revolução e o seu cargo de comandante de uma região militar de relevante importância político-militar. Com efeito, Lisboa não é só a sede do «poder político», é, também, a cabeça da Região Militar onde se reúnem cerca de metade dos efectivos actuais das Forças Armadas.

São «independentes», na sua humilde dependência dos mais obscuros interesses, os matutinos e os hebdomadários que atacam rudemente Vasco Lourenço. Num deles lê-se: «...em Caracas, o governador militar de Lisboa (pelo menos está investido nessas funções) resolveu dar entrevistas e declarar peremptoriamente que o destino do general Spínola será a prisão». Perante estas declarações, há duas atitudes a tomar: ou se chora ou se ri. Ou se chora lamentando o general Vasco Lourenço; ou se ri, não o levando a sério». Tem o jornalista o direito de passar ao papel o que lhe vai na alma. E nós temos o direito de o ler e de classificar o que escreve. Esta censura pública das declarações do general Vasco Lourenço tem um objectivo: desprestigiar o «Capitão de Abril» que exerce o alto cargo militar de Governador Militar de Lisboa. Não contestamos a liberdade da crítica, mas não é só de crítica que se trata neste caso particular em que é patente a manobra das forças reacçãoárias. Não se limitam a criticar Vasco Lourenço; não se limitam a pretender diminuir a sua presença e autoridade no seio da falange político-militar que se mostra disposta a defender, palmo a palmo, as conquistas de Abril. Querem negar-lhe a liberdade que ele como «Capitão de Abril» conquistou. Impedir Vasco de Lourenço de falar; amordaçar Vasco Lourenço é o claro objectivo da campanha em curso, campanha sistemática, coordenada, de matutinos e de hebdomadários. Num deles lê-se a sentenciosa frase: «O general Vasco Lourenço deve ser, pura e simplesmente, impedido de dar entrevistas.»

A reacção recupera espaço de manobra e tempo para intriga, com incontestável audácia. Em nome da «democracia» a tanto a linha, em nome da «liberdade» para apunhalar as liberdades públicas, exhibe-se com uma pasmosa insolência. Não esqueceu, não aprende. A «direita» é incorrigível, irreversível.

UM ERRO DE TÁCTICA

Esta repetição, na intenção e no estilo, de campanhas anteriores revela a falta de imaginação da «direita». Dividir o Conselho da Revolução, dividir os militares, dividir as forças políticas democráticas, dividir o movimento sindical, dividir o Norte do Sul, dividir para reinar, para recuperar tempo e espaço. Mas a táctica é conhecida; à partida não beneficiará do efeito de surpresa. E é irritante esta constante intriga. A «direita» corre o risco de perder credibilidade política porque, na manobra envolvente, na constante evolução de posições e na sucessão dos argumentos, está a comprometer o seu próprio perfil ideológico. Não é já um ideal, é uma intriga; não é uma paixão, é um rancor.

E a intriga e o rancor, o saudosismo do «antiquamente» levam ao sectarismo da conspiração, do «activismo» que visa a «desforra». Começam por pretender demolir os «Capitães de Abril» e acabam por se lançar na destruição do País. Mas esse carácter subversivo da actividade reacçãoária que se não limita — como é evidente — à «guerra psicológica» e não hesita no caminho da «guerra civil», deverá merecer maior atenção, maior vigilância, mais viva repulsa da parte dos defensores do «25 de Abril».

UMA ESTRATÉGIA CLARA

Se a táctica está descoberto, também a estratégia da «direita» não é um mistério. Pretende-se obrigar o «Governo Socialista» a fazer concessões que esvaziam a letra e o espírito do seu próprio programa. Pretende-se por o «Governo Socialista» em contradição com o «Partido Socialista». Pretende-se convencer o «Governo Socialista» a dar provas de ser o «governo da ordem». Mas que se deverá, aqui e agora, entender por «ordem»? Parece, evidente, para os democratas, para os socialistas, para os progressistas, que por «ordem», aqui e agora, só poderemos entender uma «ordem» democrática antifascista que corresponda ao ideal democrático que inspirou o levantamento militar (e popular) do 25 de Abril, que animou jornadas de luta que se traduziram em concretas transformações da sociedade portuguesa, que alcançou expressão legal no texto da Constituição da República. Hoje, em Portugal, quando falamos de «ordem», não falamos da «ordem» sacrossanta da burguesia e do capital, falamos da «ordem constitucional», falamos de uma «ordem democrática» que é um momento no nosso caminho para o Portugal Socialista.

Não admira, portanto, que a «direita» pretenda forçar um «governo constitucional» a ser o defensor de uma «ordem» que, no seu reacçãoário entendimento, seria repressiva, opressora. Mas o «25 de Abril» fez-se, e o povo a ele aderiu numa explosão de entusiasmo e numa afirmação de consciência política, para libertar Portugal da miséria, da opressão, da repressão, da censura, da exploração do homem pelo homem e dos povos coloniais pelo povo colonizador. Repelir a ofensiva da «direita», denunciar as intrigas e as manobras, defender as conquistas de Abril e o programa de avanço social inscrito na Constituição, lutar pela convergência e a confraternização das forças democráticas, é a resposta que se afigura adequada. Que é urgente. A «direita» é incorrigível, irreversível. Não oculta a sua táctica; não faz mistério da sua estratégia. Quando se aproximam as comemorações nacionais do 5 de Outubro e se avizinham as eleições para as autarquias locais, torna-se necessário devolver à palavra Democracia o seu sentido exacto: a Democracia é republicana, é popular, é antifascista.

Nacional

COMÍCIO DA FRENTE ELEITORAL "POVO UNIDO"

Unir o povo contra o fascismo acabar com a corrupção e os caciques

«Qualquer força democrática que renunciar à unidade, na pretensão de vencer isoladamente as forças antidemocráticas nestas eleições e de realizar sozinha um projecto de administração nas freguesias e concelhos, falhará irremediavelmente», adverte-se num manifesto da Frente Eleitoral «Povo Unido», divulgado ontem à noite no Campo Pequeno no decorrer de um comício ali realizada com a presença de milhares de pessoas.

O comício foi presidido pelo prof. Ruy Luís Gomes, reitor honorário da Universidade do Porto e lutador antifascista com largos anos de exílio. Presentes na mesa também, entre outros elementos, representantes de forças aderentes à Frente Eleitoral, Dina Bastos (independente), Anselmo Anibal (independente), Veiga de Oliveira (PCP), José Manuel Tengarrinha (MDP/CDE) e Carlos Costa (PCP), todos eles membros da Comissão Coordenadora da Frente Eleitoral Povo Unido.

A palavra de ordem «Unidade» dominou todo o comício e esta necessidade do povo se unir foi especialmente exaltada quando o prof. Ruy Luís Gomes, depois de referir a honra e a emoção com que presidia a uma comício desta natureza, disse: «Alarguemos a nossa unidade em todos os sentidos. Alarguemos em todos os sentidos e a todos os democratas que defendam a Constituição e todas as conquistas do 25 de Abril, desde a descolonização à Reforma Agrária e às liberdades fundamentais.»

CONTRA O PODER CACQUISTA

Foi Dina Bastos que em nome da Comissão Coordenadora da Frente Eleitoral Povo Unido leu a plataforma da Frente Eleitoral, que aponta para a «unidade e vitória popular». A Frente está já legalmente constituída pela coligação do PCP e do MDP/CDE mas é aberta à participação dos democratas de qualquer tendência.

«Até ao 25 de Abril», lê-se no manifesto ontem divulgado — os órgãos das autarquias locais foram meros mantenedores do poder central limitando-se quase sempre a sua actividade a aspectos burocráticos de administração... De futuro, problemas locais tão importantes como o trabalho, a habitação, os transportes e comunicações, a segurança contra malfeteiros, as escolas, creches e infantários, o apoio à terceira idade, a saúde, o urbanismo e defesa do meio ambiente, problemas que dizem respeito a todos os trabalhadores, pequenos e médios agricultores, pequenos industriais e artesãos, homens ou mulheres, jovens ou velhos, problemas que se apresentam com muita gravidade em vastas zonas do País, poderão em boa medida, ser resolvidos pelos órgãos das autarquias locais.»

«Problemas que a todos dizem respeito só poderão ser resolvidos por todos, em comum. E quanto mais larga for a unidade, tanto mais possibilidades haverá de encontrar soluções que correspondam aos verdadeiros interesses das populações. Por isso, nas próximas eleições para os órgãos do poder local é indispensável a apresentação de listas unitárias constituídas por pessoas sérias e prestigiadas, que mereçam a confiança das po-



Um aspecto do comício que ontem à noite reuniu milhares de pessoas no Campo Pequeno

pulações pela sua dedicação aos interesses populares e à democratização e progresso social.»

A denúncia do caciquismo que deve ser definitivamente arrasado resalta com frequência nas palavras dos diversos oradores e no próprio manifesto. Será contra o caciquismo uma das grandes frentes da batalha a travar nas eleições para as autarquias.

CONTRA A CONCENTRAÇÃO DE PODERES

Anselmo Anibal, como independente, pôs em relevo o papel da juventude e apelou para «uma ampla participação da juventude nas eleições para as autarquias tem decisiva importância não «no que foram comitês às autarquias e o carácter diferente que estas eleições possuem em relação às outras.

Segundo Anselmo Anibal as autarquias têm decisiva importância não «no que foram com o caciquismo» mas «no que vão a ser com o cumprimento da Constituição». Criticou a concentração de poderes que nos últimos dez anos absorveu questões que deveriam ser resolvidas pelas próprias populações e que reduziu as autarquias à sua «expressão de pobreza» com fracos recursos técnicos e económicos, agredidos por um caciquismo fascista que deve acabar.»

Noutra passagem da sua intervenção Anselmo Anibal alertou que «não se trata de eleger quem vai governar lá de longe, mas quem está perto, vai governar ao nosso lado. Por isso os eleitores não devem deixar iludir-se pelo partidarismo e divisonismo que as forças de direita vão tentar explorar.

O orador salientou ainda que os órgãos de poder locais são para servir os interesses da maioria das populações e não para alguns se servirem deles e que há que definir, ao nível de cada ministério, o que deve passar para a competência das autarquias, o que deve ser descentralizado.

O FASCISMO CONTRA O 25 DE ABRIL

José Manuel Tengarrinha, em nome do MDP/CDE apelou para a intensificação e ampliação da cooperação dos democratas porque «a unidade das populações é indispensável para debater e resolver

os graves problemas locais.» E salientou: «Não sendo estas eleições gerais, mas locais, é com base nos problemas concretos dos concelhos e das freguesias que se deverão encontrar, por processos democráticos, as soluções e os homens que melhor sirvam os interesses da colectividade.»

O dirigente do MDP/CDE lembrou também que neste momento «tudo o que for desunir, dividir as pessoas localmente por motivos ideológicos ou doutrinas de partidos é contra a natureza dos homens que, naturalmente na vida de todos os dias, se aproximam para resolver em conjunto os problemas comuns.»

Advertiu igualmente para o facto de em muitas freguesias voltarem a aparecer, como candidatos, homens que mais ou menos directamente estiveram comprometidos com o passado de corrupção e de opressão.

«A situação é preocupante. Em vastas regiões não foi possível alterar profundamente a realidade social e política anterior ao 25 de Abril, esses caciques e seus amndaretos exercem ainda influência sobre as populações, impedem ou dificultam a propaganda democrática. E como no passado, usam de ameaças, intimidações e demagogias» portanto, num elevado número de freguesias o confronto que se fará «é por um lado, cidadãos que já deram provas depois do 25 de Abril ou que de qualquer modo merecem a confiança

das populações e, por outro lado, homens que estão comprometidos com o passado fascista e já mostraram servir-se apenas das populações para satisfação dos seus interesses pessoais.» Carlos

Comissão Executiva do PCP e da Comissão Coordenadora, lamentou que a direcção do Partido Socialista tenha afirmado repetidas vezes que não entrará em listas de coligação, proclamando a sua intenção de concorrer sózinha e de fazer destas eleições um teste de confirmação do seu governo minoritário.

«Se o PS fosse um partido da direita reacçãoária — sublinhou Carlos Costa — não nos preocuparíamos com tal atitude. Tal facto não é porém verdadeiro. Quer pela composição social dos seus militantes, quer pela natureza e número de votos que obteve nas eleições gerais para a Assembleia da República, o PS tem obrigações perante vastas camadas do povo português que nele confiaram. Por isso a repetida recusa da sua direcção à participação numa aliança eleitoral que salvaguardasse completamente a unidade do povo contra a reacção e os caciques é uma atitude cujas consequências poderão vir a prejudicar pesadamente a consolidação do estado democrático e a resolução dos problemas que afectam o povo em geral e portanto as populações locais.

ELECTRICIDADE PORTUAL EDP

EX-UNIÃO ELÉCTICA PORTUGUESA

AVISO AOS CONSUMIDORES

Para realização de trabalhos nas instalações desta Empresa, no próximo domingo, 3 de Outubro, será interrompido o fornecimento de energia eléctrica em baixa tensão, nas seguintes zonas:

CONCELHO DE PALMELA: Bombeiros, das 08h 00m às 13h 00m.

Lisboa, 2 de Outubro de 1976

Pela Electricidade Portugal, E.D.P.

(U.E.P. Sul)

post scriptum

Inoperância e falta de pessoal

No «D.L.» do passado dia 28 de Setembro, referia-se na página cinco, à «falta de pessoal necessário para abrir uma vala e efectuar outros serviços, para que houvesse água ao domicílio, na Reboleira. Também na 1.ª pág. do citado jornal, como legenda de 3 fotos, comentava-se a actividade dos «pickpockets», e se atribuía a proliferação de tais indivíduos, à carência de efectivos da P.J. Realmente tudo isto custa a compreender, dado que há tanto desempregado, quer involuntário, quer voluntariamente, no nosso País. No que respeita à P.J., tive já uma experiência desse género atribuída à escassez de pessoal. Na verdade, há cerca de ano e meio, uma viatura, n.º IM-37-39, chocou com a minha na Avenida da Liberdade, por inteira culpa do seu condutor, tendo sido, mais tarde, os prejuízos avaliados em cerca de 10 contos.

Na altura, o referido condutor, considerou-se culpado e forneceu-me como elementos, os n.ºs da respectiva carta de condução, apólice de seguro, etc. Estavam presentes alguns elementos da PSP, que apenas me perguntaram se tudo estava resolvido, e se assim, que retirasse o carro da posição em que ficara, pois estava a impedir o trânsito. Recolhi nomes de testemunhas oculares, e lá parti, confiante de que seria reparado dos prejuízos causados. Contudo, dias depois, ao contactar com a companhia seguradora da viatura que causara o acidente, fui informado de que a apólice respectiva havia caducado há muito. Assim, eu próprio, pelo n.º da matrícula, informei-me do nome do proprietário da viatura prevaricadora, e já cansado desta e de outras diligências infrutíferas, queixei-me à PSP, que enviou o auto para a P.J. Nesta última polícia, informaram-me logo de início e conforme se lê no «Diário de Lisboa» que «estavam asoberbados com serviço», etc. Assim, nem sequer foram citados os responsáveis pelo acidente, e o processo elaborado na P.J., sob o n.º 249/475-1, esteve cerca de ano e tal, certamente, parado nesta polícia, tendo o signatário de pagar umas dezenas de escudos de despesas, para que depois o mesmo lhe fosse entregue como estava no início, e já passados cerca de ano e meio da data do acidente. A solução final preconizada pela P.J. foi que «consultasse um advogado». Todavia, o valor da causa de 10 contos, não compensava os custos da constituição de advogado, despesas de Justiça, etc. Assim, será melhor «conformar-me» e arcar com os prejuízos perante a indiferença das autoridades.

Então, para que serve o brilhante artigo 20.º, n.º 1, da Constituição, onde se lê que «a todos é assegurado o acesso aos tribunais, para defesa dos seus direitos, não podendo a justiça ser denegada por insuficiência de meios económicos». Este artigo, tal como muitos outros, que falam do direito ao trabalho, habitação, etc., são apenas artigos que têm por missão demonstrar que a nossa Constituição é das mais «avançadas» do Mundo?

Por outro lado, contrange continuar a verificar-se que em Portugal o seguro não é obrigatório, aliás o condutor mesmo devidamente segurado, se a sua «moral» o não aconselhar, pode não transmitir o prejuízo que causou, à sua companhia, e obrigar o detentor do direito a ser reparado, mas que apenas só está seguro quanto a terceiros, a ficar onerado com as despesas do acidente que só por culpa de outrem sofreu.

Parece que algo está mal em tudo isto, continua-se a sobrecarregar o trabalhador com impostos, como o complementar, etc. em benefício de uma administração, que em troca, pouco ou nada faz para defender o dito trabalhador, quando este necessita que lhe sejam garantidos os seus mais elementares direitos.

Aliás, o trabalhador, principalmente o mais desfavorecido, está agora a ser cada vez mais espartilhado, quer com impostos, quer com inspecções à sua baixa clínica, etc. Parece que os poucos direitos que se atribuem ao trabalhador estão cada vez mais a ser cerceados, exigindo-se-lhe, tal como dizia há tempos destacada figura política, que seja apenas verdadeira fonte, donde promane só deveres.

Júlio D.G. de Vilhena
LISBOA

A CIA e a divisão dos trabalhadores

Não temos que nos admirar do que neste momento se está a passar no que diz respeito à tentativa de divisão do movimento sindical. Não nos devemos esquecer, pois o esquecimento paga-se caro, de que em Janeiro do corrente ano, o jornal argentino «La Opinión» publicava as declarações do ex-agente da CIA, Philip Agee, o qual as fez num acto de solidariedade para com a revolução portuguesa. Essas declarações, foram feitas na Escola de Ciências Económicas de Londres, tendo o ex-agente da CIA dito, entre outras coisas, que numa visita que fez a Portugal, pôde identificar 10 agentes daquela sinistra organização em Lisboa.

Philip Agee adiantou que a CIA está a empregar em Portugal os mesmos métodos que tiveram êxito na destruição dos regimes democráticos do Brasil, Uruguai e Chile.

São passados meses sobre estas declarações e eis que se está a tentar concretizar tão miserável plano. O imperialismo acha que chegou a altura própria de agir e só é de lastimar que trabalhadores conscientes ou inconscientemente estejam a embarcar no que seria a sua própria destruição se se viesse a verificar aquilo que se pode classificar como uma das maiores ambições do imperialismo: a divisão dos trabalhadores, única força capaz de o derrotar.

Estamos na fase mais grave da nossa revolução.

São poderosos os que nos querem aniquilar.

Por isso, estamos alerta e unamo-nos. Não nos deixemos adormecer porque, quando um dia acordarmos, será tarde.

Armando M. da Silva
COVA DA PIEDADE

HANOÍ, WASHINGTON E AS SEQUELAS DA GUERRA

Pela segunda vez este ano, os Estados Unidos opuseram o seu veto à admissão de um país na ONU. Em Junho, dando como razão a manutenção de tropas cubanas em Angola, tinham negado ao regime de Luanda representação na Organização Internacional. Agora acham que a República socialista do Vietname não cumpre, um plano estritamente humanitário, as condições necessárias para se tornar membro das Nações Unidas.

Washington censura a Hanoi o facto de não ter fornecido informações acerca de várias centenas de americanos desaparecidos durante a guerra. Os vietnamitas haviam tido, no princípio do mês, um «gesto de boa vontade», ao publicar uma lista de doze nomes. Como todos os prisioneiros tinham sido postos em liberdade, este mercado político de desaparecidos que, infelizmente, morreram, é, na verdade, bastante cinico.

Para os vietnamitas, os acordos de Paris, que puseram fim

ao conflito, formam um todo: não era possível aplicar o artigo 8 (que diz respeito aos militares desaparecidos) e ao mesmo tempo deixar à espera o artigo 21 que se refere ao «Tratamento dos ferimentos de guerra». Hanoi quer que os americanos respeitem os seus compromissos e contribuam financeiramente para a reconstrução de um país, que os seus aviões, os seus canhões e os seus produtos químicos devastaram.

Kissinger, esse quer esquecer o passado, o que os vietnamitas recusam. Por seu lado, Ford fez saber que o seu veto à admissão do Vietname na ONU se baseava em considerações puramente humanitárias. O argumento não pode convencer ninguém. Em período eleitoral, o chefe do executivo quer, antes de mais, mostrar à opinião pública, que sabe mostrar-se firme. E, ao pedir a Hanoi, para riscar o passado, deixa para mais tarde o debate que não deixará de se efectuar, sobre o montante e as

modalidades do auxílio americano para a reconstrução do Vietname.

Problema semelhante já fizera com que se arrastassem as discussões entre vietnamitas e japoneses (tratava-se das reparações das destruições causadas pelo exército nipónico durante o segundo conflito mundial). Mas, como as duas partes tinham interesse em trocar embaixadores e comerciar, os diplomatas acabaram por encontrar uma porta de saída, não ferindo as susceptibilidades de ninguém. Claro que acontecerá o mesmo entre americanos e vietnamitas se os Estados Unidos não estiverem em plena campanha eleitoral.

Exerceram-se, de facto, pressões no departamento de Estado e na Casa Branca, para que se normalizassem as relações entre Washington e Hanoi. Os meios de negócios não querem que se repita na Indochina o erro outrora cometido na China. Existe no Vietname um mercado de cinquenta mi-

lhões de habitantes e, segundo parece, as reservas de petróleo «off shore» são suficientemente abundantes para ser exploradas.

Pode portanto pensar-se que, após as eleições, o diálogo americano-vietnamita poderá finalmente começar. A Casa Branca terá então que convencer a legislatura de que o mercado vietnamita não se abrirá às firmas privadas sem que lhe seja oficialmente dado um auxílio para a reconstrução. Seria erróneo pensar que Hanoi modifique a sua atitude e publique, sem contrapartida financeira, só com o levantamento do veto americano à ONU, a lista dos soldados desaparecidos. E visto que os responsáveis de Washington insistem tanto em referir as questões humanitárias, pode-se-lhes responder que os problemas de consciência os afligiam menos quando mandavam bombardear as cidades e queimar as aldeias do Vietname.

Le Monde

QUESTÃO DO INVESTIMENTO PÚBLICO

VITOR BENTO

Durante décadas, o cidadão comum esteve afastado de outras preocupações económicas que não fossem as de saber se o salário chegava até ao fim do mês ou quando poderia comprar este ou aquele objecto que lhe era necessário ou daria prazer. Após o 25 de Abril, este assunto passou a ser abordado, geralmente em termos desajustados de uma realidade que diagnósticos simples permitiam considerar de degradação perigosa. Atribuir culpas a uns e outros (e não tanto ao regime fascista) passou a ser o argumento utilizado pelos «políticos» lutando pelo poder. «Políticos» esses que parecem dispostos a falhar, até às últimas consequências, uma vez que os militares (que os poderiam «meter na ordem») sofrem de «complexos» relativamente aos assuntos económicos. Diriam os «anarquistas»: «democracia sim, mas não até à falência»...

Uma palavra que ultimamente passou a ser vulgar ouvir-se é: investir. Neste país de «má-rival» apenas se utilizava em taurromaquia. Embora nesse sentido continue a ser cada vez mais aplicável, trata-se agora da fixação de capitais em meios que permitam a produção e portanto emprego: instalações, máquinas e equipamentos, ferramentas, obras de preparação dos solos e até conhecimentos tecnológicos.

O problema do investimento, sobretudo a nível nacional, isto é, de grandes verbas que comprometam os dinheiros ou a responsabilidade do Estado, envolve conceitos muito simples: Para quê? Como? Quando? Por exemplo, se um modesto chefe de família que reuniu, como pé de mela, uma ou duas dezenas de contos, quiser investir em ferramentas para lançar no trabalho três a quatro filhos, é pouco provável que decida comprar uma moto de corrida para um deles, que se julgue apto para essas competições, e nada para os outros. É mais provável que divida a importância de modo semelhante, comprando para todos ferramentas comuns que

lhes permitam trabalhar, produzindo (o que não quer dizer que se o corredor fosse bem sucedido e ganhasse bons prémios, o benefício total, para ele e para os desocupados, não fosse bastante maior. Mas, o risco de insucesso ou de uma curta vida de sucessos seria maior e aumentar-se-ia com isso a dependência dos menos preparados). A administração das capacidades financeiras, de fundos próprios ou alheios (crédito) é obrigação dos governantes, em função das alternativas possíveis e dos problemas a resolver (produtos, emprego, rendimento). Para isso é necessário antever-se o grau de desenvolvimento e o tipo de sociedade em que se vai viver e como serão formadas as suas estruturas. (Por exemplo: o desvio de grandes somas para a comercialização de um avião supersónico, do tipo Concorde, o qual será utilizado por uma minoria, que benefício ou prejuízo pode trazer para o resto da comunidade, que deverá preferir antes melhores transportes colectivos? Não quer dizer que o rendimento que se vá obter não seja superior, se se tornar moda ou for considerado vantajoso, pela minoria rica, tal tipo de transporte. No entanto, o risco e a incerteza serão diferentes em cada opção). A «lógica» capitalista distingue-se da «lógica» socializante na medida em que nesta, tudo o que a comunidade dispõe (e os meios financeiros são um dos seus valores) é aplicado em benefício colectivo e não para o maior lucro, sendo este por sua vez, o objectivo capitalista. Daí que sejam possíveis críticas a certas opções que já se verificam nos países de economia planificada (Leste europeu) como é, por exemplo, o lançamento do automóvel privado. Este, além de demarcar alguns cidadãos relativamente ao conjunto, exige despesas em estruturas fixas de apoio e serviço — estradas, estacionamento, postos de abastecimento, oficinas, etc. — a serem suportadas pela colectividade, de valor semelhante ao custo do próprio parque

automóvel. Só em países muito ricos já não são essas despesas necessárias para o bem estar social (e mesmo nestes, só porque «ignoramos» toda a miséria e dificuldades dos países pobres). Outro aspecto da «lógica» capitalista é aceitar o crescimento como lei constante («a gente arrisca, porque isto deve dar, pois cada vez há mais pessoas a comprar coisas»). A situação actual da economia desmente a certeza deste tipo de raciocínio.

Do que fica dito, não espanta que os grandes projectos dos governos caetanistas incluísem auto-estradas, o novo aeroporto de Lisboa, indústrias do tipo capital intensivo, permitindo-se a acumulação do capital em número reduzido de possuidores, em prejuízo de investimento que permitisse a criação de mais postos de trabalho e transferir para sectores mais ricos a mão-de-obra rural mal remunerada, cuja única alternativa era a emigração, ou aumentando-se a exportação para evitar o desequilíbrio negativo da balança comercial. Depois do 25 de Abril, novos factores vieram alterar quase por completo os dados de base: o aumento do custo de petróleo (energia, o motor de toda a actividade) que abalou a economia capitalista internacional e as consequências político-económicas, pelo menos a curto prazo, da descolonização. Daí que espante que muitos desses projectos continuem agora a ser concretizados, nesta pseudo-transição para o socialismo. Conforme já chamámos a atenção em apontamento anterior, continua a desenrolar-se neste «jardim» uma espécie de representação teatral em que as palavras deixaram de ter o seu significado universal (como por exemplo: socialismo, democracia, luta de classes, etc) e onde se aceitou a completa irresponsabilidade de direcção, de modo a não se mudar o rumo deste «barco» em face das profundas alterações do «oceano» em que «navega» e da «carga» repentina e excessiva que ainda mais o sobrecarregou.

A lista de investimentos públicos a fazer pelo Estado ou entidades sob responsabilidade estatal e publicado em suplemento do «Diário da República» de 2 de Agosto, mostra que se esperam gastar 270 milhões de contos no período de 1975 a 1980 e seguintes. Nada se explica sobre as fontes onde se vai buscar o dinheiro, que deverão ser o resultado conjunto de: — aplicação das receitas do orçamento do Estado — empréstimos de fornecedores ou bancos às empresas públicas ou ao Estado, para trabalhos específicos — de lucros acumulados pelas próprias empresas públicas, interessadas nos investimentos — subscrições públicas de modo a recolher a poupança privada.

Atendendo a que não é possível contar com reservas do Banco de Portugal para pagar os investimentos, pois elas vão desaparecer na voragem de um consumo que os «políticos» não querem sacrificar, ao menos em parte, para não estragar o seu «negócio», fica talvez comprometida toda a capacidade financiadora do Estado (pois que a média de 40 milhões de contos, por ano, é bastante superior ao nível dos últimos anos).

Respondendo estes financiamentos aos problemas de fundo da economia portuguesa: produção inferior ao consumo, essencialmente nos bens essenciais e desemprego? Não temos acesso aos «dossiers», mas algum conhecimento do que se passa com vários projectos industriais:

— Barragens (hidroeléctricas, abastecimento de água e rega, navegabilidade do Douro): 30 milhões de contos, permitindo a manutenção de emprego de pessoal de obras de CPE e empreiteiros. Obras de interesse indiscutível no aproveitamento dos recursos nacionais — plano siderúrgico: 35 milhões de contos e criação de 3.600 postos de trabalho. Terá interesse na perspectiva do aproveitamento de minérios, carvões e transportes

Continua na pág. 4

A C. P. INFORMA:

LINHA DA LOUSÃ

Avisam-se os Srs. Passageiros que a partir do dia 27 de Setembro é posta à sua disposição, a circulação com o horário seguinte:

	h
Coimbra (Parque)	P. 8.16
Ceira	P. 8.31
Miranda do Corvo	P. 8.44
Lousã	P. 8.59
Serpins	C. 9.08

BATAS ESCOLARES

ALTAMENTE ESPECIALIZADOS
TINTURARIA GUANABARA - Dep. Confecções
Av. João XXI, 5-D — R. Infanteria 16, 55-C — Lisboa

SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS, LANIFÍCIOS E VESTUÁRIO DO SUL

Realizou-se no passado dia 29 de Outubro um IMPORTANTE PLENÁRIO GERAL DE DELEGADOS SINDICAIS do N/Sindicato, plenário esse que teve lugar no Salão Nobre do Instituto Superior Técnico de Lisboa, onde foram aprovadas as seguintes moções:

MOÇÃO

Os delegados sindicais do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, reunidos no Instituto Superior Técnico no dia 29/9/76 para análise, discussão e deliberação sobre o CONGRESSO DOS SINDICATOS:

DECIDEM:

- 1 — Que o CONGRESSO DOS SINDICATOS não seja um congresso de direcções sindicais, mas um CONGRESSO QUE CONTE COM A PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS TRABALHADORES PORTUGUESES.
- 2 — Que o CONGRESSO DOS SINDICATOS tem que representar um passo em frente, não só na DEFESA DA UNIDADE E DA DEMOCRATICIDADE contra todos os que as atacam, mas também, na DEFINIÇÃO CLARA DE UM PROGRAMA DE LUTA QUE, RECUSANDO O «PACTO SOCIAL» DO CAPITALISMO DE MISÉRIA E A COLABORAÇÃO DE CLASSES, AVANCE DECIDIDAMENTE NA CONSTRUÇÃO DA ALTERNATIVA POPULAR PARA A CRISE DO CAPITALISMO.
- 3 — Que o CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS E DE TODOS OS TRABALHADORES PORTUGUESES, só será possível se, do princípio ao fim, a DEMOCRACIA OPERÁRIA for respeitada, isto é, se a discussão nos locais de trabalho e assembleias sindicais for uma realidade e, se as decisões forem tomadas em assembleias devidamente convocadas e não deixadas ao livre critério de cada direcção sindical, se AS MANOBRAS DE CÚPULA FOREM ULTRAPASSADAS PELA FORÇA DA DISCUSSÃO E DA UNIDADE CONSCIENTE E COMBATIVA DA BASE SINDICAL.
- 4 — Que os SINDICATOS PARALELOS, CRIADOS PELA BURGUESIA PARA DIVIDIR O MOVIMENTO SINDICAL NÃO PARTICIPEM NO CONGRESSO.

EXIGEM:

- 1 — Que a DIRECÇÃO DO SINDICATO DEFENDA ATÉ AO LIMITE DAS SUAS FORÇAS A PROPOSTA POR SI APRESENTADA E, POR NÓS UNANIMEMENTE APROVADA PARA O REGULAMENTO DO CONGRESSO, POR SER A MAIS DEMOCRÁTICA.
 - 2 — A DEFESA DUM SINDICALISMO DE COMBATE SUSTENTADO NUMA ORIENTAÇÃO ANTIFASCISTA, ANTICAPITALISTA E ANTI-IMPERIALISTA, conforme programa por nós aprovado.
 - 3 — Que esta moção seja tornada pública nos principais órgãos de Informação, como publicidade paga.
- POR UM CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES!
— PELA REESTRUTURAÇÃO DA CENTRAL ÚNICA — INTERSINDICAL NACIONAL!
— PELA UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES PORTUGUESES!
— VIVA A UNIDADE SINDICAL!
— UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS

(Esta moção foi aprovada por maioria com duas abstenções)

(MOÇÃO)

Os delegados sindicais do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, reunidos a 29/9/76 no Instituto Superior Técnico para analisar, discutir e decidir sobre o CONGRESSO DOS SINDICATOS, e tendo tomado conhecimento de que a direcção do seu Sindicato enviou ofícios às Direcções dos Sindicatos dos BANCÁRIOS SUL E ILHAS e ESCRITÓRIOS DO DISTRITO DE LISBOA, signatários da denominada «carta aberta», no sentido de enviarem a este plenário um dos seus dirigentes no sentido de colocarem as suas opiniões sobre o congresso dos sindicatos.

DECIDEM:

- 1 — REPUDIAR TAL ATITUDE DE AUSÊNCIA E SILÊNCIO.

EXIGEM:

- 1 — QUE A DIRECÇÃO TORNE PÚBLICO TAL ATITUDE, QUE EM NADA CONTRIBUI PARA A «UNIDADE» QUE ESSAS DIRECÇÕES SINDICAIS DEFENDEM E APREGOAM.
- 2 — QUE A DIRECÇÃO CONTINUE A FAZER ESFORÇOS NO SENTIDO DE ELEMENTOS DESSAS DIRECÇÕES VENHAM A ESTAR PRESENTES EM FUTUROS PLENÁRIOS OU ASSEMBLEIAS.

(Esta moção foi aprovada por UNANIMIDADE)

NOTA DA DIRECÇÃO: A Direcção do Sindicato dos Trabalhadores tem a acrescentar que, ao chegar à sede do Sindicato, vinda do Instituto Superior Técnico, encontrou um recado com o seguinte teor: «O VÍCTOR HUGO DO SINDICATO DOS ESCRITÓRIOS DE LISBOA ENTROU EM CONTACTO COM ESTE SINDICATO, PARA JUSTIFICAR A NÃO COMPARÊNCIA A ALGUMAS DAS NOSSAS REUNIÕES, PARA AS QUAIS ESTÃO CONVOCADOS, POR TEREM MUITO TRABALHO, NÃO QUEREM, NO ENTANTO, E DE FORMA ALGUMA QUE POSSAMOS PENSAR QUE É POR MENOSPREZAR A MESMAS, POIS AS QUE LHES FOREM POSSÍVEL IR, IRÃO.

Lisboa, 30 de Setembro de 1976

P'LA DIRECÇÃO

INVESTIMENTO PÚBLICO

Continuação da pag. 3

nacionais. Permite incorporar cerca de metade do valor de produtos nacionais e empregar cerca de 3.000 a 5.000 trabalhadores na construção. O consumo interno desta produção pressupõe níveis de desenvolvimento económico, que contudo podem não se verificar.

— Pirites alentejanas — cerca de 1 milhão de contos até 1980, atingindo 8 a 10 milhões de contos em 1982/85 criando-se então 2.000 postos de trabalho. Tem interesse a exploração integral e o aproveitamento das riquezas naturais por empresas portuguesas.

O mesmo se diz quanto ao aproveitamento do minério de ferro de Moncorvo onde se prevê gastar 1,6 milhões de contos.

Ainda no sector industrial, estão previstos investimentos no sector cimenteiro, cerâmica, tratamento de aço, máquinas agrícolas, sectores metalomecânicos no valor de perto de 10 milhões de contos, sem que se criem postos de trabalho para além de 1.000 a 2.000, por serem ampliações ou reconversões de unidades já existentes.

É no sector petroquímico e em particular no plano de Sines que os grandes e mais que discutíveis investimentos estão a ser feitos:

— Refinaria de Sines — investimento total de 16,5 milhões de contos ou seja, perto de 2,5 vezes o inicialmente previsto. O número de novos postos de trabalho é reduzido devido à fusão das companhias nacionais, já excedentárias em mão-de-obra.

A actual capacidade de refinação de C. Ruivo e Leixões é já superior ao consumo interno em cerca de 3 milhões de toneladas. A produção de Sines — 10 milhões — destina-se à exportação (num mercado que é controlado pelos grandes «trusts») e ao complexo petroquímico. O grau de utilização das refinarias europeias foi de cerca de 60 por cento em 1975, de cerca de 70 por cento em 1974 e perto de 90 por cento em anos anteriores. Espera-se excesso de capacidade refinadora na Europa, nos próximos 15 anos. O consumo de produtos petrolíferos tem vindo a baixar, no conjunto dos países europeus desde o aumento de preço em fins de 1973. Portugal tem sido uma excepção e várias das economias não estão ainda disso refeitas. Por outro lado, os países produtores de petróleo estão eles próprios a construir refinarias para valorizar as suas riquezas naturais, tanto mais que dinheiro não lhes falta (só no «mundo não-comunista» espera-se que a capacidade possa aumentar 45 por cento de agora até 1981).

Quanto à petroquímica de olefinas de Sines está previsto um investimento inicial de 12 milhões de contos. Para o total do «complexo» o investimento deve ultrapassar os 25 a 30 milhões, em função da inflação (que alguns estudos indicam venha atingir taxas de 35 por cento em Portugal, nos próximos anos). Não vale a pena aprofundar em apontamento já longo e não especializado, o disparate que constitui a decisão deste investimento, que até merece actualmente o desinteresse de todas as companhias estrangeiras do sector, que actuam em Portugal. Ao concurso para a refinaria do Sul concorreram três grupos: Sator mais companhias estrangeiras e Gulbenkian, Melos e Bulhosa e Champalimaud. O primeiro daqueles grupos sugeria a sua instalação na área industrial de Alcochete, junto

à região de grande consumo, a de Lisboa, e punha grandes reservas quanto ao interesse das unidades petroquímicas. O grupo vencedor (Melos e Bulhosa) não só sugeria Sines (na linha de anterior ideia de Champalimaud) como fez «ofertas» largas para o sector químico (que se esperava, aqui, como na Grécia acontecer com Onassis, não fossem depois cumpridas). Assim se sacrificou uma zona da maior riqueza natural e largas somas, numa autêntica «sopa de pedra», que uma sociedade que se diz caminhar para o socialismo tem agora de «digerir».

A maior parte da produção destinada-se à exportação, pois ao contrário das recomendações dos técnicos que estudaram este assunto, não é a existência de plástico que vai desenvolver a indústria transformadora, já que esta vai depender do nível geral de rendimentos da população para as comprar ou da capacidade exportadora. Todo o sector petroquímico internacional tem estado em crise nos últimos dois anos. Os custos crescentes têm dificultado a construção de novas unidades, cuja escala ótima é cada vez maior e mais influenciadora dos mercados. Apesar desta crise, quer os países produtores de petróleo, quer os países do Leste estão investindo para valorizar as suas riquezas naturais (espera-se que a Europa de Leste duplique a sua produção até 1980 invadindo cada vez mais os mercados capitalistas. O governo inglês também pressiona e dá facilidades para aproveitamento, no sector petroquímico, do gás e petróleo do Mar do Norte). As exigências tecnológicas desta indústria são grandes e é de esperar grandes atrasos no arranque das unidades deste complexo, obviamente considerado por críticos internacionais da especialidade como ambicioso e com dificuldade de sobrevivência.

O número de postos criado não ultrapassa os 2.200 no fim das construções ou seja mais de 10.000 contos por posto. No caso de Sines, de sacrifício de zonas ricas para o turismo e pesca e de altas verbas comprometidas não tem nada de democrática a decisão tomada, sem uma larga discussão nacional entre os poucos especialistas de que dispomos. O argumento de que eram projectos prontos para ocupar mão-de-obra não tem sentido, pois não se constroem coisas apenas para ocupar gente, mas em função do rendimento social e material. Deixamos aqui, algumas recomendações básicas

do director da Shell Int. C.C., William Thompson, feitas aos Estados que querem entrar na petroquímica (este e outros «brinquedos», como o são a linha aérea internacional, as montagens de automóveis e a central nuclear, agrada, pelo penacho, aos regimes mais ou menos totalitários e sobretudo subdesenvolvidos:

1 — Devem ser claros os objectivos a atingir e os problemas a vencer para os alcançar. A produção de petroquímicos é uma actividade de risco elevado; as somas envolvidas são muito grandes, o tempo de instalação prolongado e não se pode forçar o cliente a comprar.

2 — Isto aplica-se sobretudo aos projectos consequentes de decisões políticas ou sociais. Considerem se os petroquímicos são a melhor solução e se o mesmo dinheiro aplicado noutro sector da economia não produzirá rendimento e benefícios sociais maiores e mais rápidos.

3 — Decidam quais as regras do jogo e apliquem-nas igualmente a todas as empresas (sem protecções a algumas de influência estatal)

4 — Reconheçam que as distorções que sejam introduzidas no mercado (subsídios, protecções, «dumpings»), têm um custo real que tem de ser pago em outro sector qualquer da economia, o que pode ser contra-productivo para os objectivos dos próprios governos. Os subsídios devem ser o último recurso e não o primeiro.

Como responderá o Governo a estas questões?

Em face do que se diz parece óbvio qual o nosso comentário ao investimento de mais de 4 milhões de contos em auto-estradas (teremos nós dinheiro para automóveis ou para motocicletas, no futuro? Porque não são mais utilizados os comboios para carga e passageiros? Como se compara este custo com a asfaltação de metro e meio de cada lado da berma de Lisboa-Porto, nos troços mais recentes, dado o perigo que a actual largura oferece) e perto de 20 milhões de contos para a central nuclear, questões mais do que criticada por sectores nacionais e estrangeiros.

Investimentos a cerca de 10.000 contos por posto de trabalho. Total de desempregados 450.000. A lógica daria um investimento total necessário 16 vezes maior e impossível de conseguir. E ainda assim, onde estão os barcos de pesca do bacalhau e outro peixe, os investimentos na reconversão cultural para milho, oleaginosas, beterraba, pecuária, no turismo de massas, na metalomecânica, enfim, na criação de empregos para os desempregados? E na saúde, habitação, ensino, assistência social, que níveis de investimento?

Que modelo de sociedade nos prometem os governantes ao tomar estas opções? Quem vai empregar os 430.000 desempregados que ainda ficam, mais as dezenas de milhares que as restrições económicas vão criar? A iniciativa privada? De uma economia onde o Estado domina mais de metade do capital? Como se vai recolher a poupança privada que ocorre às subscrições públicas com muitíssimo menor interesse do que no passado às muitas subscrições de acções dos bancos e grandes empresas?

Quando se decide que o modelo da sociedade portuguesa já não pode ser o anterior e que, de uma vez, para sempre, é preciso adaptar a economia ao sistema constitucional? Quando vai optar-se pela competência, neste país?

EXTERNATO ANA SULLIVAN

AV. DA BOAVISTA, 3770 — TEL. 684772

EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS DIFICEIS

INSTITUTO DE LÍNGUAS DE ALGÉS

Rua dos Bombeiros Voluntários, 29, 2.ª — ALGÉS
Telefone 2 10 29 10

INGLÊS — FRANCÊS — ALEMÃO — RUSSO
PORTUGUÊS PARA ESTRANGEIROS

MATRÍCULAS ABERTAS PARA OS CURSOS
A INICIAR

Das 10 às 12 h. e das 17 às 22 h. excepto sábados

GOVERNO PS OUVI PARTIDOS:

Soares trocou impressões com delegações partidárias

A Reforma Agrária, questões do âmbito laboral, as próximas eleições para as autarquias locais e outros temas pertinentes na actual situação política em Portugal foram objecto de troca de impressões entre o Primeiro-Ministro Mário Soares e delegações de quatro partidos com representação parlamentar: o PPD, o CDS, o PCP e a UDP. De acordo com as diversas declarações feitas pelos representantes partidários depois das reuniões, que se realizaram em separado, há duas ou três notas a salientar desde já no que concerne às diferentes posições dos partidos e provavelmente ao teor das trocas que tiveram com o chefe do Governo. Assim, enquanto a UDP, por um lado, e o CDS, por outro, terão reafirmado a Soares a sua oposição à orientação que a política governamental está a conhecer, e o PCP se terá reservado uma posição crítica, o PPD não: declarações de Magalhães Mota foram meramente factuais, do que pode depreender-se os pontos de divergência não são neste momento, e a não ser em alguns pontos, muito acentuados. Esta hipótese, a confirmar-se vem ao encontro das suspeitas dos observadores segundo as quais se assiste presentemente a uma progressiva aproximação entre os dois partidos portugueses de maior expressão eleitoral.

UDP E PCP
OPosição e não

A primeira delegação a ser recebida por Mário Soares foi a da UDP. Integravam-na João

Vieira Lopes, Manuel Esperto, Eduardo Pires, e Joaquim Ortiz. Segundo este último, o tema principal da troca de impressões entre a delegação e o Primeiro-Ministro foi a Reforma Agrária. «A nossa posição já é conhecida — diria Joaquim Ortiz. — Entendemos que os latifundiários não têm direito à terra, mas que, entre os pequenos e médios agricultores, se devem fazer negociações directas com as cooperativas, de forma a ter em conta os interesses de quem trabalha a terra, e somos da opinião que as expropriações dos 520 000 hectares de terras já devem ser feitas com base nessas negociações». Durante o encontro da delegação da UDP com Mário Soares foram também abordadas questões relativas às próximas eleições.

O segundo encontro de Soares foi com a delegação do PCP (Carlos Brito, Veiga de Oliveira e Jaime Serra). No final da reunião Jaime Serra falou aos jornalistas e disse-lhes que tinham sido abordados problemas respeitantes aos actuais conflitos de trabalho, à Reforma Agrária, e às eleições do próximo dia 15 de Dezembro e, «de um modo geral, questões que interessam ao PS e ao PCP, que... salientou o dirigente comunista — são dois partidos de esquerda». O mesmo dirigente diria ainda: «O PCP tem grande implantação na zona da Reforma Agrária, conhecemos bem a situação, não nos parece que haja motivos para alarmismos e esperamos que tudo continue a decorrer como até aqui».

Um jornalista inquiriu Jaime Serra sobre a questão de uni-

dade sindical, Jaime Serra lembrou que o PCP não conseguira fazer prevalecer a unidade na Constituição, pelo que a situação criada pela revogação da lei, feita anteriormente pelo Conselho de Ministros, «não é uma situação que possa gerar conflito, porque não travamos batalhas perdidas».

Carlos Brito disse duas palavras sobre a legislação em matéria de trabalho: «Entendemos que toda a legislação sobre matéria de trabalho — disse o dirigente do PCP — é da competência reservada da Assembleia. Tudo o que tiver relação com interesses dos trabalhadores é matéria reservada da Assembleia e o Governo não pode legislar sobre ela».

CDS: OPOSIÇÃO
E ESTRANGEIRO

As declarações do CDS no final da reunião da sua delegação (Basílio Horta, Vítor Machado e Adelino Amaro da Costa) foram críticas em relação à situação actual e à orientação da política do Governo. Foi Amaro da Costa quem falou para revelar que durante o encontro com Soares, a delegação do seu partido tivera ocasião de explicar ao Primeiro-Ministro vários aspectos da sua estratégia partidária. Segundo Amaro da Costa, o CDS é um partido de oposição, posição reafirmada durante a última reunião da Comissão Política do partido «Centrista», e ultimamente tem «revigorado» tal atitude. Por duas razões — diria: trata-se, para o CDS de se garantir como alternativa não socialista, e bem assim levar ao conhecimento do Governo que a opinião pública lhe exige o cumprimento das promessas feitas (por ele Governo).

A delegação do CDS falou com Soares ainda sobre Reforma Agrária e eleições para as autarquias. Segundo Amaro da Costa, o seu partido vai reclamar, nas primeiras sessões da Assembleia da República, a rectificação do diploma relativo às autarquias: «Devido ao sistema de representação proporcional — disse —, os partidos políticos estarão em coligações forçadas a gerir o executivo das câmaras, o que gerará tensões e ineficiência».

Ainda segundo Amaro da Costa, o CDS informou o Primeiro-Ministro das diligências partidariamente desenvolvidas no âmbito das relações internacionais. Estas diligências, segundo disse, ultrapassaram já o nível dos contactos meramente políticos: entraram na área dos investimentos estrangeiros no nosso país, por exemplo — «matéria em que o Governo não tem facilidade de acção, pois, nos últimos meses, o investimento estrangeiro em Portugal está ao nível zero» — frisou o dirigente «centrista».

Estas declarações, e designadamente a última, revestem-se do maior interesse para os observadores políticos como ponto de referência muito relevante na actual relação de forças entre os diversos sectores políticos.

PPD: FACTOS

Na reunião da delegação do PPD com o Primeiro-Ministro foram abordados «pontos extremamente importantes», segundo Magalhães Mota que integrava a delegação mais Cunha Leal e Barbosa de Melo. Exemplo de «pontos extremamente importantes»: a Reforma Agrária, a legislação de trabalho, as próximas eleições, as relações internacionais, o rea-

tamento das relações com Angola.

Magalhães Mota não pormenorizou as referências às relações internacionais e ao rea-

tamento das relações com a RPA, mas pode presumir-se facilmente que a posição do PPD pelo menos em relação ao segundo ponto, não é de franca

concordância em relação ao processo e aos termos finais do acordo que dá às relações Portugal-RPA como restabelecidas.

Sindicato dos Trabalhadores dos Serviços de Portaria
Vigilância, Limpeza e Actividades Similares

AOS TRABALHADORES PORTEIROS DE LIMPEZA, CONTÍNUOS, VIGILANTES, GUARDAS E PORTEIROS FABRIS DO ALGARVE

CONVOCATÓRIA

CAMARADA:

Vimos convocar-te para uma reunião de trabalhadores da zona do ALGARVE a realizar no próximo

Dia 3, Domingo, pelas 14 h, na Rua Tenente Valadim, 36 - 1.º
(Delegação do Sindicato das Garagens) — FARO

Esta reunião tratará de assuntos referentes às Portarias dos Trabalhadores - Porteiros e às Trabalhadoras de Limpeza, ao Congresso de todos os Sindicatos Portugueses, e ao respeitante às possíveis formas da representação do Sindicato no Algarve.

CAMARADA:

Tu que tens problemas com a tua entidade patronal (seja do não cumprimento de contratos ou portarias, seja de faltas, despedimentos, férias, etc.), tu que és explorado e oprimido, tens que te unir aos teus companheiros de classe, quer na tua zona (ALGARVE) quer a nível nacional.

POR ISSO, COMPARECE, NÃO FALTES.

VIVA A ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA
A LUTA DA CLASSE TRABALHADORA
SÓS NADA SOMOS — UNIDOS VENCEREMOS

A DIRECÇÃO

Amanhã à tarde

Mário Soares
em Leiria

O Primeiro-Ministro, Mário Soares, desloca-se amanhã ao distrito de Leiria.

A chegada do chefe do Governo está prevista para meio da tarde: Soares estará cerca das 15 horas em Monte Real, onde será recebido pelo governador civil do distrito. Uma hora depois, a comitiva deverá chegar a Leiria.

Nesta cidade e acompanhado pelo governador civil e outras autoridades locais, o Primeiro-Ministro visitará a Câmara Municipal, onde terá uma reunião para esclarecimento acerca de problemas da zona.

Seguidamente Mário Soares desloca-se à Marinha Grande, com idênticos objectivos.

Da Marinha Grande, o Primeiro-Ministro seguirá para S. Pedro de Muel, onde, na sua qualidade de secretário-geral do P. S., assistirá, a partir das 18 horas, ao encerramento do Encontro dos Trabalhadores Socialistas da Função Pública.

LIGA DE
AGRICULTORES

Na linha duma «política de abertura, destinada a ouvir toda a gente» — segundo o próprio Mário Soares — o Primeiro-Ministro recebeu ontem de manhã na sua residência em S. Bento uma delegação da Liga dos Pequenos e Médios

Agricultura, Lopes Cardoso e Évora, Beja e Setúbal.

Falando aos jornalistas, no final da reunião, o chefe do Governo disse que o encontro foi a pedido do ministro da Agricultura, Lopes Cardoso e vinha na sequência de duas audiências anteriormente concedidas uma ao Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas, outra à Confederação dos Agricultores Portugueses.

A Liga — disseram os membros da delegação — foi a S. Bento expor ao Primeiro-Ministro diversos problemas ligados com a Reforma Agrária, a Previdência, os créditos à agricultura e a comercialização dos produtos agrícolas.

ESPANHA EM
NOVEMBRO

Anuncia-se entretanto que Mário Soares vai deslocar-se a Madrid, no próximo mês de Novembro, para, na sua qualidade de secretário-geral do P. S. português participar no Congresso do Partido Socialista Operário Espanhol.

O convite veio do PSOE assinado pelo próprio secretário-geral desta organização, Felipe Gonzalez. O Congresso realiza-se na capital espanhola entre 3 e 8 do mês que vem.

PUB

COMUNICADO

ALERTA TRABALHADORES A «CARTA
ABERTA» FECHA AS PORTAS?

Por intermédio da Imprensa tomaram as Direcções signatárias conhecimento das moções aprovadas na última reunião das direcções sindicais da «Carta Aberta».

Antes de mais chamamos a atenção de todos os trabalhadores para a linguagem insultuosa que os representantes desses sindicatos utilizam para com o Movimento Sindical e os trabalhadores.

Assim, toda a estrutura sindical é referida nessas moções, como «totalitária», «linha de traição», «golpista», «chantagista», «corporativista» e outros «mimos» de linguagem que, definem bem, as intenções «unitárias» e «democráticas» daquelas direcções.

Quanto aos trabalhadores, eles são referidos como força bruta do «número que não pensa».

Exemplar conceito de solidariedade entre trabalhadores, não há dúvida.

Na tentativa inglória de justificar a recusa ao trabalho unitário e ao diálogo aberto entre trabalhadores, essas moções acusam de «arrogância» a grande maioria dos trabalhadores, apenas porque estes se recusam a obedecer à teimosia de alguns (poucos) sindicatos que se auto-proclamam «democráticos».

Mas a tal «força bruta» até pensa... E tem consciência da necessidade de unidade que os sindicatos da «C.A.» dizem já «impossível». Terá a «Carta Aberta» fechado as portas? Esperamos que não.

Pela nossa parte continuamos abertos à discussão, no seio do movimento sindical e não fora dele, de todas as questões que dizem respeito aos trabalhadores. Damos até especial atenção ao debate com aqueles que afirmam ter opiniões contrárias às nossas.

Esperamos e desejamos esse diálogo sem demagogia nem intenções veladas.

A «força bruta» está pronta a pensar conjuntamente com «os democratas que pensam».

EM FRENTE PELO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES!
PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES!
PELA REESTRUTURAÇÃO DA INTERSINDICAL NACIONAL — CONFEDERAÇÃO DOS SINDICATOS PORTUGUESES!
UNIDOS E ORGANIZADOS, VENCEREMOS!

SINDICATOS — Vidreiros, Químicos de Lisboa, Metalúrgicos de Lisboa, Rodoviários de Lisboa, Construção Civil de Lisboa, Electricistas do Sul.

Lisboa, 30 de Setembro de 1976.

Em ARGANIL o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na
COMARCA DE ARGANIL Rua Oliveira Matos-Praça
Simões Dias

Nacional

COOPERAÇÃO LISBOA-CARACAS REFORÇADA

A partir de Janeiro mais emigrantes para a Venezuela

A partir de Janeiro próximo, deverá aumentar o número de emigrantes portugueses para a Venezuela, em consequência dos contactos ultimamente realizados entre as autoridades dos dois países, segundo nos confirmou o dr. João Vieira Lima, secretário de Estado da Emigração. Com efeito, uma das preocupações do Governo português é procurar solucionar o problema dos nossos excedentes (relativos) de mão-de-obra, já que, simultaneamente, se espera ocupar em Portugal um número crescente de trabalhadores através da criação de novos postos de trabalho, o que deverá resultar do relançamento económico em que as autoridades portuguesas estão empenhadas.

Aproveitamos a oportunidade de que nos foi dada de entrevistar o dr. João Vieira Lima (ver as importantes declarações deste na nossa edição de ontem), para solicitar ao secretário de Estado da Emigração que nos relatasse a sua recente viagem à Venezuela, e particularmente os contactos que lá manteve quer com a comunidade portuguesa, quer

com as autoridades venezuelanas, e, muito particularmente com o presidente Pérez, que aceitou um convite para se deslocar, nos próximos dias 29 e 30 de Novembro, a Portugal.

O dr. João Lima, recorda-mo-lo, fez parte de um grupo de individualidades portuguesas, entre as quais se destacavam o dr. António Macedo, presidente do Partido Socialista, e o general Vasco Lourenço, comandante da Região Militar de Lisboa e membro do Conselho da Revolução, que participou no voo inaugural da TAP entre Lisboa e Caracas.

A este propósito, declarou-nos o dr. João Lima:

JOÃO LIMA — Aceitei o convite que me foi endereçado para o voo inaugural da TAP entre Lisboa e Caracas porque isso me possibilitava, durante três dias, fazer contactos, que muito me interessavam, com a comunidade portuguesa e com as autoridades da Venezuela para tratamento de assuntos que a nível do Governo português são da minha responsabilidade, e sobre os quais havia muito interesse em estabelecer esses contactos.

Durante a minha estadia na Venezuela, tive dois contactos particularmente importantes: o primeiro, foi um contacto muito informal na Embaixada portuguesa com os representantes das associações portuguesas (recreativas, artísticas, culturais, políticas e de ensino). Este encontro foi preenchido com uma exposição minha sobre a situação actual em Portugal, dado que sendo a informação portuguesa para o estrangeiro muito deficiente, e por vezes mal feita do ponto de vista técnico, e até deformada propositalmente num sentido ou noutro para os emigrantes, verifica-se o fenómeno daqueles nossos compatriotas não terem quotidianamente uma informação precisa sobre a realidade portuguesa — e esta é uma das maiores reivindicações que eles fazem. Eu fiz uma caracterização do momento actual do País, sem ocultar nada que fosse em certo sentido mais conveniente ocultar; relatei-lhes, com fidelidade, as dificuldades resultantes da crise económica que atravessamos, e referi-me às causas desta crise: causas conjunturais e causas resultantes da deficiente estrutura económica do País, antes e depois do 25 de Abril.

Por outro lado, realcei a situação política a nível da institucionalização do regime e do significado de existirem actualmente em Portugal órgãos de soberania expressão da vontade popular.

No decorrer da minha exposição, escutada com grande atenção, dei exemplos concretos. Finalmente, passei a uma fase quase de inventariação dos problemas mais importantes relativos à emigração: problemas do domínio financeiro — divisas, transferências bancárias, problemas ligados às propriedades dos emigrantes sitas em Portugal e dos investimentos já feitos ou a fazer, problemas do ensino e da projecção cultural portuguesa através das suas comunidades no estrangeiro e a importância que essas actividades têm para nós, com grande realce para as actividades de tipo associativo criadas pelos portugueses no estrangeiro como forma de reforçar a identidade nacional das comunidades portuguesas, sem prejuízo da sua integração nas sociedades de acolhimento.

Isto é tanto mais importante de sublinhar quanto é certo que a Venezuela é um país do tipo que forma a sua população através dos surtos emigratórios, com a tendência de os assimilar completamente à sociedade local, pela necessidade que tem de, rapidamente, com urgência mesmo, ter uma população que se adeque ao território. É uma atitude típica das antigas colónias que há cem anos se libertaram.

A minha exposição foi de facto longa, mas eu procurei que fosse pedagógica, sem qualquer manifestação de partidarismo ideológico, mas sim com a preocupação de ser voz do Governo que actualmente está instituído em Portugal. Senti uma grande receptividade dos presentes, o que propiciou imediatamente um diálogo muito aberto entre eu próprio e aqueles portugueses, que me fizeram milhentas perguntas sobre a situação em Portugal, as perspectivas e propostas de resolução dos problemas que mais os afligem. Fiquei com a sensação de que o ambiente ficou muito desanuviado entre o Governo e a comunidade portuguesa na Venezuela, até por-

que estas comunidades ditas tradicionais, têm sido objecto do maior, não direi desprezo, mas abandono, e por vezes de condenável negligência por parte das autoridades portuguesas — o que não é de agora, mas desde há muitos anos.

Ainda quanto aos contactos que tive com a comunidade portuguesa, devo referir o facto de haver decidido receber a comunidade portuguesa de modo público, isto é, em recinto de porta aberta, o que aconteceu em Caracas, no Centro Português de Caracas, que é uma importantíssima associação portuguesa. Nesse acto fiz-me acompanhar pelo general Vasco Lourenço, do Conselho da Revolução. Isto tem um significado especial. Com efeito, a presença do general Vasco Lourenço nesse local é interpretada por mim, e defendi essa tese perante os portugueses, como reflectindo efectivamente a necessidade dos próprios membros do Conselho da Revolução sentem em contactar a comunidade portuguesa por forma adequada, isto é, não a agredindo, como aconteceu noutros tempos, nomeadamente em 1975, através de missões da 5.ª Divisão Militar, mas aceitando-a tal como ela é e procurando, por conseguinte, desfazer uma má impressão que algumas comunidades portuguesas poderiam ter dos militares que fizeram o 25 de Abril. O general Vasco Lourenço conseguiu isso inteiramente, quer através das palavras de saudação que proferiu para os portugueses presentes, como também pela forma realmente clara e muito firme como respondeu a variadíssimas perguntas que lhe fizeram, algumas até de grande melindre.

COOPERAÇÃO

No decorrer da minha estadia na Venezuela mantive igualmente contactos com as autoridades da Venezuela, destacando-se o encontro que tive com o presidente Pérez, no que fui acompanhado pelo presidente do P. S., dr. António Macedo, que era portador de uma mensagem do Primeiro-Ministro, dr. Mário Soares, para o presidente Pérez. Fiquei impressionado com esta visita, dado o tom cordial com que se desenrolou, e que ultrapassou certamente a mera cortesia. Ai foram tratados, embora de forma rápida, alguns problemas bastante importantes, e pelos quais o presidente Pérez se interessa plenamente, no domínio da emigração, da mão-de-obra e das ligações económicas mais vastas entre Portugal e a Venezuela. O presidente Pérez tomou iniciativas no tratamento de alguns temas que são muito importantes para Portugal.

Também tive uma reunião com o ex-presidente Rómulo Bettencourt, que é uma pessoa muito respeitada na Venezuela e que detém um peso político considerável no seu país. Nesta reunião, trocamos impressões sobre as relações entre os dois países, tendo eu notado que o ex-presidente Bettencourt tem um conhecimento muito profundo da situação portuguesa e um desejo também bastante expresso de, com a sua influência política e com a sua autoridade moral, contribuir para se acharem soluções de cooperação geral entre os dois países a curto prazo.

Tive ainda uma longa entrevista com os responsáveis do Departamento dos Recursos Humanos que, neste momento, encontrando-se já

na sua fase final, um enorme programa de desenvolvimento económico da Venezuela. No decorrer dessa entrevista, foram discutidos problemas de excedentes de mão-de-obra em Portugal e a possibilidade de, durante algum tempo, se canalizar para a Venezuela, dentro das necessidades daquele plano económico, e também da disponibilidade de mão-de-obra em Portugal. Com efeito, neste domínio, devemos ter em atenção que o relançamento e o desenvolvimento económico do nosso País pressupõe igualmente a disponibilidade de mão-de-obra especializada — e que, presentemente é a única que a Venezuela poderá absorver, segundo critérios a definir.

Todavia, os termos da discussão e as conclusões a que chegamos foram muito benéficas para Portugal, notando-se que as autoridades venezuelanas tiveram o cuidado de estabelecer ou de negociar regras muito favoráveis a um desenvolvimento emigratório de portugueses para a Venezuela, a partir já de Janeiro próximo.

Estas conversações serão prosseguidas. Mas desde já fica assente que a Venezuela não resolverá o problema de excesso de mão-de-obra em Portugal — e ainda bem, porque isso significaria que o desenvolvimento económico português seria nulo em termos de criação de postos de trabalho, ou até que não se registava nenhum desenvolvimento económico — mas possibilita em contrapartida, que certos excedentes de mão-de-obra portuguesa, a par da criação de novos postos de trabalho em Portugal, possam ser canalizados, em parte, para a Venezuela.

Em Portugal há excedentes de mão-de-obra indiferenciada, e na Venezuela há também contingentes grandes de mão-de-obra não especializada, e que se encontram no desemprego. Por conseguinte, é óbvio, e ainda para mais dentro de um plano de desenvolvimento económico, que as autoridades venezuelanas não estão interessadas e recusam a importação de mão-de-obra estrangeira desde que indiferenciada; mas aceitam, e as próprias associações gremiais e sindicais também, que se façam importações de mão-de-obra qualificada ao nível do quadro médio e de quadros superiores. Simplesmente só com a finalização do plano de desenvolvimento venezuelano é que o Governo daquele país fixará os contingentes de mão-de-obra necessários ao desenvolvimento do seu próprio plano económico. Como eles aceitam a emigração de acordo com as necessidades fixadas nesse plano vão dividir segundo penso as necessidades de mão-de-obra entre operários nacionais e estrangeiros, fixando contingentes para os estrangeiros — o que, como é evidente, vai beneficiar, e com toda a legitimidade, a protecção da mão-de-obra venezuelana.

REFUGIADOS

Por outro lado, havia um problema muito importante a resolver, que era o problema dos retornados em Portugal. É claro que os retornados, os refugiados portugueses das ex-colónias, são constituídos ou formados por trabalhadores indiferenciados e trabalhadores qualificados; porém, a Venezuela exige, para a autorização da emigração, que se faça a prova da qualificação, e, com

referência aos refugiados portugueses de África, essa prova por vezes é impossível, dado que as próprias empresas onde trabalharam não existem hoje, ou foram nacionalizadas ou transformadas, e as pessoas que poderiam ter supervisão sobre a qualificação do seu trabalho não estão em Portugal. Há problemas burocráticos que atestam isto tudo, e portanto o «curriculum» de cada retornado pode ser difícil de se encontrar.

As autoridades da Venezuela decidiram aceitar a credibilidade do próprio Governo português para a qualificação dessas pessoas, podendo eventualmente fazer concessões na parte formal ou burocrática da prova das respectivas qualificações. Isto no que diz respeito, naturalmente, aos retornados, porque no que concerne os trabalhadores portugueses, é evidente que **grosso modo** é possível fazer um «curriculum» com finalidades provatórias das suas próprias qualidades.

REMESSAS

Nos últimos dois meses houve um aumento substancial nas remessas dos emigrantes radicados na Venezuela. Vem a propósito salientar que a maioria dos portugueses fixados na Venezuela são madeirenses e constituem uma comunidade extremamente importante, até porque as suas actividades radicam-se em sectores-chave da economia da Venezuela: os transportes, urbanos e de carga; a construção civil; e a indústria de panificação. É, também, uma comunidade com um potencial económico muito elevado, e uma projecção social, profissional e económico que não é comparável às restantes comunidades portuguesas no exterior. Não é por acaso que o próprio presidente da República da Venezuela, em vários momentos, mas particularmente um muito importante, que foi no dia da inauguração do monumento ao emigrante, em Caracas, afirmou não só a sua simpatia como a importância dos emigrantes na construção económica da Venezuela, e, acima de tudo, dos portugueses. Quer isto dizer que a comunidade portuguesa na Venezuela tem uma importância muito grande não só em relação a Portugal, mas também em relação à própria Venezuela. De tal modo que entendo que esse factor, além de outros evidentemente, será determinante nas relações entre o nosso país e a Venezuela.

Portanto, podemos dizer que o problema das remessas dos emigrantes da Venezuela é um problema muito **sui-generis**; talvez só se possa comparar, mas só em certos pontos, com as implicações da presença de uma grande comunidade de aorianos nos Estados Unidos da América.

O problema que se põe, pois, é que eu tenho defendido, é que, hoje, dado o estatuto de autonomia da Madeira, e dado o potencial económico da comunidade madeirense na Venezuela, também a utilização das divisas enviadas por essa comunidade madeirense para Portugal deveria ser feita no quadro da planificação geral do plano económico português que tem que ser, na minha opinião, sectorizado e regionalizado, devendo essas divisas, por conseguinte, serem utilizadas no desenvolvimento económico da própria Madeira e nos locais onde são originários os madeirenses radicados na Venezuela.

COFRE DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

(ARRENDAMENTO DE CASAS)

Encontra-se aberto concurso para a atribuição de dois andares situados na Amadora, na Praceta de D. Amador e na Praceta Mestre Simões de Almeida.

Os sócios interessados devem solicitar e entregar o Boletim de Inscrição, na Secretaria do Cofre, até ao dia 31 de Outubro de 1976.

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

RESTAURANTE (BAIXA)

ALUGA-SE

FRENTE AO TEATRO D. MARIA I
AREA 800m2

— Largo D. João da Câmara —

Mostra e Informa a Secção de Informações da C.P. — Rossio

ALGÉS

PRÉ-PRIMÁRIA — PRIMÁRIA — CICLO GERAL E COMPLEMENTAR

DIURNO E NOCTURNO

«O SÁBIO»

COOPERATIVA ENSINO POPULAR DE ALGÉS

AV. DA REPÚBLICA, 73 — ALGÉS — TEL. 211 43 52
A funcionar nas instalações do ex-Externato Gil Eanes

FOTOCÓPIAS 2\$50

E CÓPIAS HILOGRÁFICAS

GP. — Av. António Augusto de Aguiar n.º 3-1.ª-A
Telef. 55 74 09 — LISBOA

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Posição definitiva da Direcção-Geral da Associação Académica pode ser conhecida segunda-feira

COIMBRA, 2 — Começam a desenhar-se na cidade, a propósito da exoneração de Teixeira Ribeiro, por parte da direcção-geral da Associação Académica de Coimbra, posições menos intransigentes. Será prematuro ainda avançar a posição definitiva da Direcção-Geral da AAC que na última assembleia viu vencida uma proposta sua e que marcou para a próxima segunda-feira, às 15 horas, uma conferência de imprensa.

Na última assembleia magna, realizada no teatro Gil Vicente, os estudantes da Academia aprovaram uma proposta avançada pelas estruturas associativas em que, fundamentalmente apontam: «apoiar e saudar as posições assumidas pelas reuniões de Conselhos Directivos nos dias 22 e 24; não aceitar a exoneração do reitor que o MEIC pretende impor de forma antidemocrática; não reconhecer como reitor outra pessoa além do prof. Teixeira

Ribeiro, até nova decisão do plenário da Universidade». Convém recordar que o prof. Teixeira Ribeiro foi ratificado no cargo de reitor por um plenário da Universidade, imediatamente após a sua nomeação, de poucos dias depois do 25 de Abril de 1974. Facto este que vem em parte destruir a argumentação utilizada por certas forças que apoiam o despacho de Sottomayor Cardia quando declaram que o reitor tinha sido nomeado sem o consenso da população universitária.

Entretanto a DGAAC mais preocupada com a exoneração de um reitor sem consulta prévia da Universidade do que propriamente com o facto de ser Teixeira Ribeiro, apresentou na referida assembleia magna uma proposta que viria, a ser votada em alternativa com a vencedora, acima transcrita, e cujo ponto principal era a eleição de um novo reitor pelo conjunto da Academia,

único processo de qualquer reitor não ser contestado».

Os estudantes presentes na assembleia magna decidiram ainda «formar uma comissão de luta destinada a dinamizar a luta contra a medida do MEIC, por todas as formas ao seu alcance». A comissão de luta seria formada por representantes de organismos autónomos, secções culturais da Associação e pela Direcção-Geral. Pedida uma audiência ao Primeiro-Ministro, Mário Soares, foi-lhes recusada. Entretanto, no comunicado emitido pela DGAAC, esta afirma «está a analisar e ponderar os últimos acontecimentos ocorridos no seio da Academia» para sobre eles tomar posição. A concluir, afirma «não poder entretanto integrar a comissão de luta eleita na última assembleia». E, reflecte o comunicado: «está a gerar-se na Academia de Coimbra uma situação particularmente difícil, donde

poderão resultar consequências ainda imprevisíveis que possam prejudicar os interesses da grande maioria dos estudantes e da Academia, em geral».

O facto de o «Jornal Novo» e o «Século» serem impedidos de assistir à Assembleia Magna mereceu da DGAAC o «seu desacordo face a esta decisão, lembrando que posições desta natureza violam frontalmente a Constituição da República».

Apesar do que diz Sottomayor Cardia há um problema a resolver em Coimbra. Se agora se assiste à DGAAC a recusar a prática política do homem Teixeira Ribeiro, a exoneração do reitor da Universidade, como atentado à autonomia, destal mantém-se de pé.

Quanto à história dos 21 professores de Medicina que vieram a terreiro apoiar Sottomayor Cardia não deixa de ser sintomático que eles sejam vistos pelos estudantes como homens de direita, opositores da socialização da medicina, possuidores de lucrativas clínicas particulares e médicos também docentes que não optaram pelo tempo integral na Universidade.

DESPEDIMENTOS NA DGE

Depois de um controverso

despacho sobre colocações que opôs o Sindicato dos Professores ao MEIC, depois do afastamento de Rogério Fernandes e Salvado Sampaio da Direcção-Geral do Ensino Básico, depois da extinção do INIP, dos CRAP's, do Secretariado da Reestruturação do Ensino Secundário, depois dos sucessivos afastamentos de delegados do FAOJ, depois da exoneração do prof. Teixeira Ribeiro (algumas das medidas tomadas por Sottomayor Cardia) chegou a vez da Direcção-Geral da Educação Permanente: o seu responsável José de Sousa Monteiro, ordenou «o despedimento de 18 trabalhadores e o encerramento das instalações da DGE, e a suspensão da quase totalidade dos trabalhadores (cerca de 70), conforme informam os trabalhadores em comunicado divulgado ontem à tarde».

Entretanto, os professores afastados do serviço de alfabetização, desmentem em carta enviada aos jornais as declarações prestadas por Sousa Monteiro a um matutino. Esclarecem: «Afirmou o dr. José de Sousa Monteiro que os professores destacados não foram saneados, mas se tratava de pessoas que tinham acabado o seu contrato com a casa. Tal afirmação é falsa». Há que distinguir, sublinham, «entre os 17

professores afastados porque o destacamento terminava no dia 30 de Setembro e não houve da parte do director-geral o desejo de o renovar, e os sete professores *compulsivamente reintegrados nas escolas*, uma vez que o seu destacamento não tinha terminado, cessou por obra de um despacho do dr. Cardia na sequência da proposta feita pelo director-geral».

«Querem escamotear o facto — observam — ignorando que foram, deliberadamente afastados do serviço sete trabalhadores da alfabetização, é manifestamente falsa a afirmação de que os professores não expuseram por escrito as suas razões. São peremptórios em afirmar: «Duplamente falsa é esta posição: os professores manifestaram por escrito no dia 14 de Setembro, em exposição dirigida ao director-geral, o seu desejo de permanecer ao serviço e os motivos que a isso os levavam; quanto às razões que existem neste caso, são as do director-geral e as do ministro, ao afastarem-nos que deveriam ter sido apresentadas, e não o foram». Concluindo: «Parece descabido que se peça a trabalhadores reintegrados contra a sua vontade expressa por escrito, que expliquem as razões do seu próprio afastamento...»

I.S.C.S.P.: aulas começam no dia 14 de Outubro

Está previsto para o dia 14 de Outubro, o início de aulas no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Para a grande maioria dos estudantes do ISCS-P, é a primeira vez que se iniciam as aulas em meados de Outubro, o que só foi possível dado o planeamento do ano lectivo que foi feito pelos órgãos democráticos de gestão da escola, com grande participação

dos docentes e estudantes do Instituto.

Recorde-se que o ex-ISCS-P, escola colonial-fascista, sofreu uma profunda transformação, no sentido da sua definição como escola de Economia e Ciências Sociais, com o afastamento da maioria dos ex-professores altamente comprometidos com o fascismo (Adriano Moreira, Silva Cunha e outros), e com a criação ou

reestruturação dos bachelors de Economia e Ciências Sociais e as licenciaturas de Desenvolvimento Económico, Ciências Político-Sociais, Antropologia e Estudos Urbanos e Regionais, estando neste momento a funcionar com cursos homologados.

Entretanto as matrículas podem ainda ser efectuadas até ao dia 9 de Outubro.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS

CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES

AVISO AOS SENHORES CONSUMIDORES DE ÁGUA E ENERGIA ELÉCTRICA

Por imperiosa necessidade de trabalhos de remodelação na rede dos Serviços Municipalizados, avisam-se os senhores consumidores de que o fornecimento de energia eléctrica será interrompido no próximo dia 3 de Outubro (domingo) das 8 às 12 horas, entre as seguintes localidades:

Loares, Tojais, Bucelas, Vila Nova, Vila de Rei, Chamboeira, Fanhões, Torre da Be-soeira, Zambujal.

Loares, Lousa, Cabeço de Montachique, Freixeira, Tojalinho, Vale de Nogueira.

Este corte afectará o abastecimento de água às povoações em causa.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOURES, 29 DE SETEMBRO DE 1976

O Engenheiro Director-Delegado
Casimiro Martins Neves
Cabeço

RECTIFICAÇÃO

Por ter saído com grahas, de que pedimos desculpa, publicamos hoje, de novo, na íntegra o comunicado seguinte:

PUB

COMUNICADO

Em cumprimento do n.º 1 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 701-B, 76, de 29 Setembro, que estabelece o regime eleitoral dos órgãos das autarquias locais, o Comité Central do Partido Comunista Português e o Encontro Nacional de Delegados do Movimento Democrático Português anunciam a constituição da Frente Eleitoral Povo Unido para concorrer às próximas eleições para os órgãos de poder local.

O símbolo da referida Frente Eleitoral foi simultaneamente enviado ao Ministério da Administração Interna, para efeitos de cumprimento do n.º 6 do artigo 23.º do citado diploma.

Lisboa, 30 de Setembro de 1976

O COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Joaquim Gomes dos Santos

O ENCONTRO NACIONAL DE DELEGADOS DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO PORTUGUÊS

José Tengarrinha

LOTARIA da REPÚBLICA

taluda 15.000 contos

6ª feira "anda a roda"

2 séries de prémios

LOTARIA da REPÚBLICA

QUINTO

LOTARIA NACIONAL

4ª EXTRAORDINÁRIA

8 de OUTUBRO 1976

NÃO CORTAR O TALÃO

1.ª SÉRIE

2.ª SÉRIE

O PROVIDOR

O TESTE

Trabalho

NO PORTO

Inter em festa evoca seis anos de luta

«Seis anos de luta, sempre ao lado dos trabalhadores e das suas lutas: eis a nossa grande falta» — disse Manuel Freitas, dirigente do Sindicato Têxtil do Porto durante o comício comemorativo do sexto aniversário da Inter, ontem efectuado no Teatro Vale Formoso, na cidade.

Aquela noite recordaria, a dado pelo qual «os que atacam a central única dos trabalhadores portugueses sabem por que o fazem. Mesmo sob

a repressão da PIDE, a Inter soube encontrar os caminhos da justa luta, conduzi-los à acção na defesa dos seus direitos. Após o 25 de Abril, lutou pela Reforma Agrária, pelas nacionalizações, pelo controlo operário, pelas grandes conquistas dos trabalhadores» — sublinhou aquele sindicalista, que também é membro do secretariado da Intersindical Nacional.

Com a presença de muitos representantes sindicais e com

o auditório repleto, registaram-se diversas intervenções versando o papel desempenhado pela Inter nestes seis anos de luta pela unidade de todos os trabalhadores. O dirigente sindical Armando Silva, dos Gráficos do Porto, alertou, a dado passo: «os nossos inimigos de classe temem o movimento sindical forte e organizado, daí que procurem, através da calúnia e da mentira, lançar a divisão entre nós».

Salgueiros Barros, dos Carpinteiros do Porto, recordou, por seu turno, que «a Intersindical, durante estes seis anos de luta, ao serviço dos trabalhadores, três dos quais em situação de clandestinidade, contribuiu para o desmantelamento da estrutura corporativa intervindo, por exemplo, no Ministério das Corporações, na FNAT, nas Caixas de Previdência; pelo apoio às comissões de trabalhadores e dos jovens trabalhadores; aos deficientes sinistrados do trabalho, aos reformados e aos emigrantes».

Quanto à realização do Congresso de todos os sindicatos para a unidade, aquele dirigente referiu que «a posição da Inter é clara neste aspecto: aceitar a livre participação e discussão nos trabalhos do Congresso, de todos os sindicatos, independentemente de estarem ou não filiados; aceitar as decisões tomadas em reuniões gerais de sindicatos, abertas a todas as associações sindicais, sem condições, como compete, de resto, a uma organização democrática».

Durante a reunião foi aprovada por unanimidade uma moção em que se reclamam dos órgãos de Poder «medidas firmes para combater o terrorismo e defender as liberdades, nomeadamente a continuação das averiguações até final sobre a rede bombista e a punição severa de todos os seus responsáveis; medidas firmes para combater o boicote do patronato à negociação e ao cumprimento dos contratos colectivos de trabalho; a realização de uma política de recuperação da economia que faça pagar a crise ao grande capital que a provocou e não aos trabalhadores que agora são puras vítimas».

A reunião terminou com uma sessão de canto livre em que participaram Luís Viegas, Fernando Farinha, Tró Resistência, Artur Borges, Adriano Correia de Oliveira e Aurora Reis.

Carteiras profissionais contestadas

Vários sindicatos e federações tendo tido conhecimento de que o M. T. prepara um diploma para regulamentação das carteiras profissionais decidiram rejeitar o processo de consulta em separado que tem sido praticado por aquele departamento governamental por ser «susceptível de conduzir a resultados divisionistas».

Por isso, exigem que o M. T. «ponha à discussão dos trabalhadores, através das Associações Sindicais, o projecto de lei que regulamenta as carteiras profissionais». Na mesma moção, rejeita-se «qualquer diploma que venha a ser publicado sobre esta matéria sem que os trabalhadores tenham podido discutir o projecto de lei governamental».



A concentração dos ajudantes de farmácia junto do Ministério do Trabalho transformou-se em manifestação de repúdio pelo resultado da arbitragem

AJUDANTES DE FARMÁCIA

Processo encerrado com arbitragem insatisfatória

A concentração que os ajudantes de farmácia efectuaram, ontem, à tarde, junto do Ministério do Trabalho, e que se destinava a protestar pela demora no processo de arbitragem do novo Contrato Colectivo de Trabalho, acabou por ser transformada numa manifestação de repúdio pelo resultado, que só foi conhecido quase à hora em que se avolumavam as pessoas na Praça de Londres.

Entretanto, porque os ajudantes de farmácia cumpriram a decisão de paralisação na tarde de ontem, algumas farmácias encerraram as suas portas, já que os responsáveis técnicos e patrões não compareceram nos estabelecimentos para assegurarem a assistência medicamentosa às populações.

Sobre os resultados da arbitragem, disse-nos esta manhã o presidente do Sindicato dos Ajudantes de Farmácia do Sul e Lhas que, dado não haver recurso possível de um processo destes, tinham de ser cumpridos. No entanto, os representantes dos trabalhadores acham estranho que o árbitro

presidente, nomeado pela Secretaria de Estado da Saúde não tenha fundamentado a sua decisão sobre os escalões das farmácias «o que seria muito difícil, porque se trata de uma coisa perfeitamente inconcebível, não tem qualquer justificação».

A questão dos escalões relaciona-se com o facto de as tabelas a aplicar nos trabalhadores das farmácias depender do escalão a que a farmácia pertence e que é determinado a partir dos rendimentos declarados pelo patronato. Como contrapartida, os trabalhadores tinham proposto que os rendimentos fossem calculados por eles mesmos para que fossem «evitadas as fraudes fiscais correntes no sector, o que permite facilmente escapar ao escalão em que as suas farmácias se deveriam inserir».

A proposta elaborada pelo Sindicato no que respeita aos rendimentos das farmácias cheirou a «controlo operário» e a Associação Nacional das Farmácias rejeitou-a automaticamente.

De acordo com a proposta sindical, os escalões seriam

encontrados a partir dos montantes movimentados, para os dois primeiros escalões e o terceiro de mais baixos salários, só seria aplicado em casos de comprovadas dificuldades económicas, o que não seria vulgar porque a situação económica das farmácias é considerada largamente favorável.

Entre as conquistas dos trabalhadores há que salientar, contudo, os salários, os quadros de densidades e a fiscalização sindical.

Numa nota do Ministério do Trabalho afirma-se que o subsecretário de Estado do Trabalho recebeu, ontem, às 18 e 30, uma delegação dos sindicatos, «com quem apreciou a decisão arbitral, considerando-se encerrado o problema que esteve na base do contrato colectivo». Mas, o presidente do Sindicato afirmou-nos que tinha sido entregue, durante esse encontro, uma moção de repúdio pela actuação do árbitro presidente, nomeado pela Secretaria de Estado da Saúde, porque o consideram «um funcionário de carreira que se deixou pressionar pela entidade patronal».

Trabalhadores da Petrogal repudiam actuação do MIT

Os trabalhadores da Petrogal mantêm a exigência da suspensão imediata do pagamento da indemnização a Manuel de Castro, saneado da C.A. da empresa pelos trabalhadores, até que «o Sr. Ministro Walter Rosa, democrática e constitucionalmente se sente à mesa com a organização dos Trabalhadores, justificando total e claramente as razões do despacho, revogando-o».

Segundo o ministro Walter Rosa, Manuel de Castro deve ser indemnizado por despedimento sem justa causa, posição que voltou a defender em nota oficiosa enviada para os meios de comunicação social.

Diz a nota ministerial que dos dois inquéritos do que o saneado foi alvo, nada se provou contra ele. «Não se colhem indícios que permitam supor haver o dr. Manuel de Castro agido com intenção de se apropriar ou aproveitar de quaisquer importâncias ou valores da empresa ou a esta imputar despesas de sua exclusiva conta e responsabilidade. Na verdade de vários dos documentos juntos ao processo colhe-se, sem margem para quaisquer dúvidas, que o atra-

so no apuramento das contas referentes a deslocação ao estrangeiro se deve exclusivamente ao facto de o dr. Manuel de Castro se encontrar impedido de entrar na empresa onde guardava os documentos a ele pertencentes.» A isto dizem os trabalhadores que Manuel de Castro teve pelo menos um ano para ir buscar os documentos comprovativos de despesas feitas no estrangeiro por conta da empresa, que como já foi divulgado figuram como despesas de cabeleireiro e aquisição de vitrinas.

Na moção aprovada em plenários da Petrogal enviada a vários órgãos do poder civil, militar, organizações de trabalhadores e populares, bem como órgãos de Comunicação Social, os trabalhadores consideram antidemocrática e inconstitucional a posição do ministro de não querer ouvir os representantes dos trabalhadores e ignorar a Constituição, e repudiaram a posição do MIT, que classificam de provocação pois entende: «que os trabalhadores encetem formas de luta para depois justificar a repressão sobre os mesmos; desestabilizar a vida na empresa, e

que se repercute na vida económica do país; desviar a atenção dos trabalhadores dos problemas graves e de fundo que afectam não só os trabalhadores da Petrogal como o povo português e que é o caso de: os milhares de contos que são gastos pela não realização do devido planeamento e controlo às obras de Sines; a demora na reconversão da Refinaria de Cabo Ruivo que poderá afectar centenas de trabalhadores e causar prejuízos enormes à população que habita em redor; procurar que os trabalhadores se afastem dos inquéritos instaurados às antigas empresas Cidla, Sacor e Sonap.»

Os trabalhadores decidiram ainda pedir à televisão tempo de antena para informar a opinião pública da convicção do sr. Ministro «na fraude feita pelo senhor amigo do Bulhosa» e requerer ao Provedor de Justiça que recomende ao MIT a revisão do processo. Deliberaram também divulgar toda a convicção e provocação do ministro «utilizando a frota da Petrogal que circula por todo o país.»

MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO URBANISMO E CONSTRUÇÃO

SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO E URBANISMO

FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROJECTOS

ANÚNCIO

CONCURSOS DE SELECÇÃO DE GABINETES OU EQUIPAS DE TÉCNICOS PARA A ELABORAÇÃO DE PROJECTOS DE EXECUÇÃO PARA CONCURSO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES DE CARACTER ECONÓMICO A CONSTRUIR NA ÁREA DO PLANO INTEGRADO DE ALMADA — MONTE DA CAPARICA.

1 — PROGRAMA DOS CONCURSOS:

- CONCURSO 1 — CONTRATO 1.1 - 130 FOGOS
- CONCURSO 1 — CONTRATO 1.2 - 120 FOGOS (RENOVAÇÃO URBANA)
- CONCURSO 1 — CONTRATO 3.1 - 480 FOGOS E UNIDADES COMERCIAIS
- CONCURSO 4 — CONTRATO 4.1 - 730 FOGOS E UNIDADES COMERCIAIS
- CONCURSO 4 — CONTRATO 4.2 - 570 FOGOS E UNIDADES COMERCIAIS

2 — CARACTERÍSTICAS DOS CONCURSOS

- CONCURSO 1 — 1 Fase documental para selecção de gabinete ou equipa de técnicos
- CONCURSO 3 — 1 Fase documental para selecção de gabinete ou equipa de técnicos
- CONCURSO 4 — 2 Fases — 1.ª fase documental para pré-selecção de concorrentes com projectos em carteira.
- 2.ª fase limitada para apreciação de Plano de Pormenor. (Estudo Preliminar) utilizando projectos da carteira pré-seleccionados na 1.ª fase.

3 — CONDIÇÕES GERAIS PARA ADMISSÃO

- Gabinete ou Equipa de Técnicos Nacionais ou Estrangeiros com autorização para o exercício da profissão em Portugal.
- Inscrição individual dos técnicos nos respectivos organismos profissionais.

4 — DATA, HORA LIMITE, LOCAL PARA A ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO

Até às 17 horas do dia 22 de Outubro de 1976, no Fundo de Fomento da Habitação / Secção de Expediente Técnico, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 5 - 2.º andar, Lisboa.

As inscrições são apresentadas separadamente por concurso.

5 — DATA, LOCAL E SEQUÊNCIA DOS ACTOS PÚBLICOS DOS CONCURSOS

No dia 25 de Outubro de 1976, no Fundo de Fomento da Habitação / Direcção dos Serviços de Projectos / Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 5 8.º andar, Lisboa.

Os actos públicos terão início às 15 horas com o concurso 1 seguindo-se os actos públicos dos concursos 3 e 4.

6 — HORÁRIO, LOCAL PARA CONSULTA DOS PROCESSOS, E LEVANTAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

10 às 12 horas e 15 às 17 horas, no local referido em 4, de 11 a 22 do corrente mês.

PELO DIRECTOR
DOS SERVIÇOS DE PROJECTOS
Nuno Fisher Lopes Pires
Ten. Cor. de Eng.º

Trabalho

LEIS DO TRABALHO

"O Movimento Sindical não ficará passivo"

«O Movimento Sindical e as demais organizações de classe dos trabalhadores não podem ficar nem ficarão passivos perante esta ofensiva antioperária», assegura o Secretário da Intersindical, ao tomar posição sobre as medidas decretadas pelo Governo depois da última reunião do Conselho de Ministros.

«Embora não se tenha ainda

conhecimento do conteúdo completo de tais decisões, c que veio a público é já de molde a se poder concluir que, algumas delas, são claramente lesivas de interesses e direitos fundamentais dos trabalhadores, claramente consagrados na Constituição» — adianta-se, no comunicado da Inter.

Entre elas, contam-se o despedimento imediato sem de-

pendência da conclusão de processo disciplinar; a generalização dos contratos a prazo e do regime de trabalho eventual; as limitações ao direito de livre contratação colectiva; autonomização dos processos de contratação dos sectores público e nacionalizado; a suspensão da aplicação dos contratos colectivos de trabalho nas empresas com intervenção

ou aval do Estado.

«Graves poderão ser para os trabalhadores as consequências da limitação mecânica e abstracta das remunerações complementares, as quais não poderão ultrapassar 50 por cento do salário base; da proibição de negociar benefícios complementares de Previdência no âmbito da contratação colectiva; as alterações à lei da contratação que ignoram as posições já tomadas pelo Movimento Sindical, e aos horários de trabalho actualmente em vigor, etc.»

A Intersindical chama também a atenção para o dano que tais medidas acarretarão para os trabalhadores, se forem concretizadas, e caracteriza-as como inconstitucionais, «não só porque os trabalhadores não participaram na sua elaboração, como impõe a

Constituição, mas também na sua maioria são matérias da competência reservada da Assembleia da República». E acrescenta:

«Paralelamente, muitas daquelas medidas representam, sem qualquer dúvida, uma clara intensão (no seguimento dos ataques governamentais que têm sido feitos aos trabalhadores) de fazer pagar fundamentalmente às classes trabalhadoras a actual crise económica, e constituem ainda uma tentativa de retrocesso e mesmo de anulação das mais importantes conquistas já alcançadas pelos trabalhadores depois do 25 de Abril. Não é por acaso que no mesmo dia em que o Governo tomava tais medidas, revogava também a legislação que consagrava o princípio de unidade.

«Efectivamente, o que o Go-

verno assim processa é facilitar a acção daqueles que pretendem dividir os trabalhadores, para que tais medidas antioperárias, e outras do mesmo teor sejam postas em prática. O Movimento Sindical e as demais organizações de classe dos trabalhadores não podem ficar nem ficarão passivos perante esta ofensiva antioperária do Governo.

Há que aumentar e consolidar a unidade dos trabalhadores face às gigantescas manobras divisionistas que se anunciam para breve. A unidade é condição indispensável para fazer frente, com êxito, à política antioperária que está em marcha, há que actuar serena mas firmemente com o objectivo de levar o Governo a pôr em prática uma política que sirva os interesses dos trabalhadores e que respeite a Constituição».

PUB.

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do Distrito de Lisboa

PLENÁRIO GERAL DE DELEGADOS SINDICAIS

CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do Decreto-Lei n.º 215-B/75, convocam-se todos os Delegados Sindicais para o Plenário a realizar no próximo dia 7 de Outubro, pelas 16,30 horas, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Análise e discussão do Projecto de Regulamento do Congresso
2. Informações

NOTA:

Este Plenário de Delegados Sindicais substitui a Assembleia Geral convocada para este mesmo dia, que ficou adiada para o dia 15 de Outubro, às 20.30 horas, no mesmo local — Pavilhão dos Desportos de Lisboa.

Este adiamento é devido ao atraso da saída do Projecto de Regulamento do Congresso de Todos os Sindicatos vir diminuir o prazo de um mês, que tinha sido estipulado, para análise e discussão do mesmo pelos trabalhadores, na Reunião Geral de Sindicatos de 4 de Setembro.

Atendendo às sugestões de muitas Direcções Sindicais a CNOPC alargou o prazo de discussão do projecto, para assim se poder dar cumprimento ao aprovado na mesma Reunião Geral de Sindicatos.

- PARTICIPA! NÃO FALTES!
- EM FRENTE PELO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS!

Lisboa, 1 de Outubro de 1976

A DIRECÇÃO

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DO DISTRITO DE SETÚBAL

Sede: Avenida 5 de Outubro, 121-1.º — TELEF. 22047 — SETÚBAL

Delegações: Rua Carvalho Serra, 38-B — ALMADA
Rua Miguel Pais, 172 — BARREIRO

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do Art.º 34-b) dos Estatutos, convocam-se todos os sócios do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Setúbal para uma Assembleia Geral Extraordinária a realizar no dia 12/10/76 pelas 21 horas, nas instalações do INATEL em Setúbal, com a seguinte ORDEM DOS TRABALHOS:

- 1 — CONGRESSO DOS SINDICATOS
 - a) Informações
 - b) Discussão e deliberação sobre os projectos de Regulamento
- 2 — DELEGADOS SINDICAIS E PREVIDÊNCIA
- 3 — CONTRATAÇÃO

NOTA — É indispensável a apresentação do cartão de sindicalizado

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

PUB.

SINDICATO TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

Avenida Visconde Valmor, 34 — Lisboa 1 — Telef. 763276 — 770066

Aos trabalhadores motoristas que trabalham no sector da metalurgia e metalomecânica

Camarada Motorista,

Se trabalhas no sector da Indústria da Metalurgia e Metalomecânica do distrito de Lisboa, avancemos para a organização e unidade do movimento sindical, que foi criado e reforçado pelos trabalhadores para melhor defender os seus interesses de classe, para unir todos os trabalhadores na luta comum por uma vida melhor, liberta de exploração.

Em frente pela verticalização do sector da Metalurgia e Metalomecânica!

Em frente pelo reforço da organização e unidade dos trabalhadores!

CONVOCATÓRIA

Na sequência das muitas reuniões de empresa já efectuadas, nos termos do art.º 12.º do Dec.-Lei 215-B/75, de 30 de Abril, convoco uma Assembleia Geral de trabalhadores motoristas do sector da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica do distrito de Lisboa a funcionar no dia 19 de Outubro de 1976, das 8 às 21 horas, com secções de voto nas empresas, sede do Sindicato dos Rodoviários e Delegações abaixo mencionadas e com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único — Integração dos trabalhadores motoristas no sector da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica no Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Lisboa.

Nos seguintes locais:

ZONA DE MAFRA

Se trabalhas na FOC
Se trabalhas nas outras empresas

MESA DE VOTO

Na empresa
Na Delegação do Sindicato dos Metalúrgicos
— R. Frei Estêvão de Jesus Maria, lt. 4
r/c esq.º MAFRA

ZONA DE SACAVÉM

Se trabalhas na Soc. Lisbonense de Metalização
Se trabalhas Automóveis Citroen SARL
Se trabalhas nas outras empresas

MESA DE VOTO

Na empresa
Na empresa
Na Deleg. do Sind. dos Metalúrgicos
— Praça da República, 66-A — SACAVÉM

ZONA DE ALVERCA

Se trabalhas na MAGUE
Se trabalhas na Ind. Metálicas Previdente

Na empresa
Na empresa

MESA DE VOTO

Na empresa
Na Deleg. do Sind. dos Metalúrgicos
— R. Serpa Pinto, 136 — 2.º V.F.Xira

ZONA DE VILA FRANCA DE XIRA

Se trabalhas na Gen. Motors de Portugal, Ld.º
Se trabalhas nas outras empresas

MESA DE VOTO

Na empresa
Na Deleg. do Sind. dos Metalúrgicos
— R. Serpa Pinto, 136 — 2.º V.F.Xira

ZONA DE TORRES VEDRAS

Se trabalhas na Casa Hipólito
Se trabalhas nas outras empresas

Na empresa
Na Deleg. do Sind. dos Metalúrgicos

MESA DE VOTO

— R. Miguel Bombarda, 23-1.º-TORRES VEDRAS

ZONA DE SINTRA

Se trabalhas na Fábrica Portugal SARL
Se trabalhas na Pillar Portuguesa Al.
Se trabalhas na Portalex, Ld.º
Se trabalhas nas outras empresas

Na empresa

MESA DE VOTO

Na Deleg. do Sind. dos Metalúrgicos
— B.º da Bela Vista, lt 31-MEM MARTINS

ZONA DA VENDA NOVA

Se trabalhas na SORENAME
Se trabalhas na COMETNA

Na empresa
Na empresa

MESA DE VOTO

ZONA DE OEIRAS E QUELUZ

Se trabalhas na Fundação Construções Mecánicas SARL
Se trabalhas na SELDEX

Na empresa
Na empresa

MESA DE VOTO

ZONA DE LISBOA

Se trabalhas na FIAT Portuguesa SARL
Se trabalhas na MOCAR Ld.º
Se trabalhas na LISNAVE
Se trabalhas na Soc. Com. GUÉRIN SARL
Se trabalhas na UTIC
Se trabalhas na BATISTA RUSSO & IRMÃO
Se trabalhas nas outras empresas

Na empresa
Na empresa
Na empresa
Na empresa
Na empresa
Na empresa
No Sind. dos Rodoviários
— Av. Visconde Valmor — 34-1.º — Lisboa

MESA DE VOTO

P.S. — Os restantes motoristas aqui não mencionados podem votar nas delegações ou na sede do Sindicato dos Rodoviários conforme melhor lhes convier
Lisboa, 30 de Setembro de 1976

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA
(illegível)

Estrangeiro

Durante quatro horas os cidadãos da República Federal Alemã assistiram, na noite de sexta-feira para sábado ao debate político mais longo da história da televisão germânica. Helmut Kohl e Josef Strauss, do lado oposicionista, deontaram-se com Helmut Schmidt e Hans Genscher, do lado governamental. Segundo alguns observadores, o candidato da CDU/CSU deve ter marcado alguns pontos junto do eleitorado. Contudo, a incerteza mantém-se quanto aos resultados desta consulta crucial para o futuro próximo da RFA e do próprio continente europeu. Uma vez mais, será a franja dos eleitores sem partido nem opção política muito consciente que resolverá a contenda. A decisão final vai caber, pois, aos indecisos.

«O fundamento da política estrangeira continua a ser a Aliança Atlântica», aumentaremos «as despesas em matéria de defesa, dada a situação da política de segurança», a nossa Ostpolitik «assentará numa avaliação objectiva dos fins visados pela política comunista à escala mundial», para nós «a missão global no plano nacional continua a ser a mesma que no passado, a necessidade de garantir os direitos do homem a milhões de alemães, de vencer a divisão da Alemanha e de tornar a cidade de Berlim novamente na capital plena da Alemanha» — eis algumas das afirmações significativas do Credo da C. D. U./C. S. U., coligação, que, em resultado das eleições de amanhã, poderá voltar a governar a República Federal Alemã.

A utilização desta linguagem no tocante à República Democrática Alemã e ao movimento internacional constituiu o despertar dos velhos que, durante largos anos, olharam a paz na Europa com os olhos de quem vê a derrota do seu país na Segunda Guerra Mundial e que teimosamente olharam os olhos às consequências decorrentes do final do conflito. Essa é a linguagem que ninguém esperaria voltar a ouvir das bocas oficiais da Alemanha depois de termos assistido ao espectáculo de um chanceler alemão, ajoelhado em homenagem a uma placa de um campo de concentração nazi. Esta é a linguagem que vai tudo contrariar a obra mais notável do governo social-democrata da República Federal Alemã — a constituição de um marco decisivo na história mundial do pós-guerra: os tratados com a U. R. S. S., Polónia, Checoslováquia, R. D. A. e o acordo quadripartido sobre Berlim. Foram estes tratados que possibilitaram, em 1973, a entrada das duas Alemanhas como membros de pleno direito na O. N. U. Foram estes tratados o substrato indispensável para a realização da Conferência de Helsínquia, a forma jurídica internacional conferida na capital finlandesa ao balanço político e moral da II Guerra Mundial — a afirmação e reconhecimento da inviolabilidade das fronteiras internacionais do sistema socialista mundial, os dez pontos fundamentais em que se contém o sistema colectivo de segurança da Europa e que abrem o caminho à cooperação internacional sob múltiplas formas — tudo isso é posto em jogo no Credo «dullesiano» da C. D. U./C. S. U.

Essa não constitui novidade. O escândalo não vem do programa em si, mas da hipótese de tais princípios poderem vir a ser programas de Governo na R. F. A. e de os cidadãos desse Estado poderem vir a eleger um partido que defenda tal programa.

Se, no plano externo, o pro-

grama C. D. U./C. S. U. é catatónico, no plano interno, o seu Credo apresenta também pérolas como as que se seguem: somos «contra uma sociedade dirigida por funcionários e burocratas, contra a substituição dos inimigos da Constituição, do extremismo político» (leia-se da esquerda), somos «contra experiências precipitadas e uma educação socialista em detrimento dos nossos filhos, dos pais e do futuro de todos nós», queremos «uma cooperação entre parceiros e a igualdade de direitos de todas as pessoas que trabalham no seio de uma empresa», somos contra «a luta de classes».

Estas concepções que enformam o programa político C. D. U./C. S. U., disfarçadas sob a cava da «cogestão», têm um eco inquietante: a negação da luta de classes, a pretensão de colocar num pé de igualdade trabalhadores e empresários, a exaltação do ódio político contra a esquerda, a oposição aos aspectos progressistas do sistema educacional do país — tudo isso releve de uma ideologia de direita, que, levada às suas últimas consequências, desembocaria na monstruosidade nazi-fascista.

A MUDANÇA

Nos anos efervescentes do final da década de 60 e começo da presente década, os cidadãos da República Federal Alemã foram incitados à mudança do velho quadro primariamente anticomunista, anti-soviético, anti-R. D. A. em que havia decorrido o primeiro quartel da existência do Estado Federal seria violentamente sacudido. A surpreendente marca eleitoral dos social-democratas — que, pela primeira vez, perderam, mediante uma coligação, ascender ao Poder — foi um sinal dos tempos. Reflexo das profundas alterações produzidas no substrato ideológico do povo alemão, a Ostpolitik, conduzida por Willy Brandt, ampliou ainda mais a mudança.

Os sectores do mundo dos negócios, interessados em não deixarem atrasar irreversivelmente na «corrida a Leste», onde a França figurava como a peça, apoiaram os esforços dos social-democratas. Uma sondagem feita depois das eleições de 1972 pelos sociólogos Eltermann, Yung e Kaltefleiter revelou que 92,3 por cento dos eleitores habituais do S. P. D. eram a favor da abertura a Leste e só 0,9 por cento eram contra. Facto ainda mais surpreendente: 50 por cento dos sequeiros indecisos da C. D. U. manifestaram-se igualmente a favor, 29,1 por cento, contra e 20,1 por cento não tinham opinião definida. Quanto aos eleitores que se deslocaram da C. D. N. para o S. P. D., 91,4 por cento mostraram-se favoráveis aos novos tratados e 0,3 por cento, contrários.

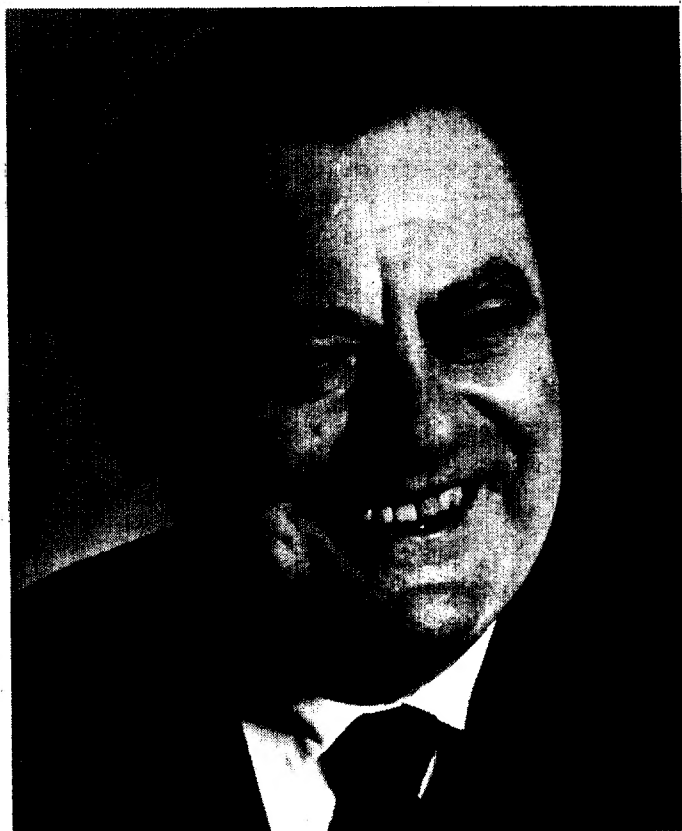
Esses dados revelam que o novo rumo da política externa do Estado Federal contou com

ALICE NICOLAU

o apoio esmagador da população. Apesar disso, a oposição conseguiu fazer dissolver o Bundestag e pôr em perigo a aprovação do Tratado de Moscovo, pedra-mestra do edifício diplomático de Willy

ELEIÇÕES NA REPÚBLICA FEDERAL

A DECISÃO FINAL CABE AOS INDECISOS



Helmut Schmidt, actual chanceler, poderá, segundo certas previsões, inflectir a sua política mais à direita, no caso de os resultados eleitorais lhe permitirem manter-se no seu posto



Helmut Kohl, o candidato oficial da CDU/CSU à chancelaria. Todos os observadores são, porém, unânimes em afirmar que Kohl é o «homem de palha» do candidato de facto: Franz Josef Strauss

Os resultados anteriores

No dia 2 de Dezembro de 1972, o partido social-democrata (S. P. D.) tornou-se, pela primeira vez na sua história, o grupo parlamentar mais importante do Bundestag, arrancando esse título aos cristãos-democratas. Três anos antes, isto é em 1969, os social-democratas ascenderam ao Governo em virtude da coligação com os liberais democratas. A subida do F. P. D. ao poder, com Willy Brandt como chanceler da R. F. A. marcou a interrupção do Governo cristão-democrata, que permanecera no poder desde a constituição do Estado.

Eis os resultados das eleições de 1972:

Inscritos: 41 446 302
 Votantes: 37 761 589 (91,1%)
 F. P. D.: 17 175 169 votos (45,8%) — 230 mandatos
 C. D. U./C. S. U.: 16 806 020 (44,9%) — 225 mandatos
 F. D. P.: 3 129 982 (8,4%) — 41 mandatos
 D. K. P. (comunistas) — 113 891 (0,3%) — nenhum mandato
 N. P. D. (neonazis) — 207 465 (0,6%) — nenhum mandato
 Diversos — 27 343 (0,1%) — nenhum mandato

Os resultados das eleições de 1969 foram os seguintes:

Inscritos: 38 677 235
 Votantes: 33 523 064 (86,7%)
 S. P. D.: 14 065 716 (42,7%) — 224 mandatos
 C. D. U./C. S. U.: 15 195 187 (46,1%) — 242 mandatos
 F. D. P.: 1 903 422 (5,8%) — 30 mandatos
 D. K. P.: 197 331 (0,6%) — nenhum mandato
 N. P. D.: 1 429 010 (4,3%) — nenhum mandato

normalização, a direita apel para o anticomunismo primário de um vasto sector do povo alemão, traumatizado ainda pela divisão da antiga Alemanha alegando que os social-democratas na sua Ostpolitik cediam demais aos «comunistas», e asseverando que foram estes os «grandes beneficiários» da mudança. Todos os incidentes ultimamente montados e amplificados servem de pretexto para afirmar que se deve ser «duro» com os comunistas.

«LIBERDADE»

CONTRA

«SOCIALISMO»

O «slogan» da direita é «liberdade em vez de socialismo», estribilho de campanha que já serviu para a direita sueca. É curioso notar como a palavra «liberdade» serve à direita para atacar os social-democratas e serve a estes para atacar os que estão à sua esquerda. E a verdade é que tais apelos demagógicos a uma «liberdade», cujo conteúdo não se define, têm ainda grande ressonância afectiva para muitos eleitores, mais atentos à superfície das coisas que ao terreno de onde elas brotam.

O certo é que todos os observadores são unânimes em afirmar que os argumentos da

Estrangeiro

AL ALEMÃ

L CISOS

direita sensibilizam bastante o eleitorado alemão, neste momento.

Com uma taxa de inflação de 4,6 por cento (a mais baixa da Europa Ocidental depois da Suíça), com uma taxa de elevação de salários reais que só tem paralelo na Suíça e na Suécia, a República Federal Alemã tem sido o país da Europa capitalista menos afectado pela crise do sistema, mau grado a percentagem relativamente elevada de desemprego: 4,6 por cento da população activa.

Contudo, a crise teve os seus reflexos na sociedade oeste-alemã, cujo crescimento económico entrou em baixa, embora haja indícios de recuperação próxima.

A política financeira dos sociais-democratas tem sido alvo de acusações da direita, que culpa o Governo de emprestar dinheiro sem contrapartida aos «comunistas».

Os limites do reformismo social-democrata são bem patentes no caso alemão, como o foram no caso sueco. Depois do êxito da Ostpolitik, o S. P. D., nomeadamente na fase Helmut Schmidt (que viria a subs-

tituir Willy Brandt em Maio de 1974), fez uma autêntica recuperação dos valores da direita. No plano interno, perante os receios dos cidadãos mais atemorizados com as reformas sociais-democratas, Helmut Schmidt adoptou as medidas necessárias para acalmar esses temores, afastando as simpatias das camadas trabalhadoras e dos cidadãos mais à esquerda.

A contestação no interior do Partido, por parte das Juventudes Socialistas (Jusos) quebrou a unidade que em 1972 se havia cimentado à volta de Willy Brandt.

Os sindicatos alemães, dominados pelo reformismo social-democrata, mostraram-se interlocutores submissos de um Poder cada vez mais comprometido com os grandes interesses multinacionais.

No domínio da política externa, se a Ostpolitik não foi abandonada, ela foi sendo cada dia mais preterida em favor de um atlantismo, que teve os seus momentos «altos» no caso português e na conferência de Porto Rico, em relação à Itália.



Franz Josef Strauss, o «touro da Baviera», homem dominante da CSU, verdadeiro «patrão» da democracia-cristã. A opinião generalizada é a de que a ideologia de Strauss o situa não na democracia-cristã, mas no nazismo puro e simples

Para a maioria dos observadores, trata-se de uma escolha conservadora de Helmut Schmidt, o qual se situaria mais à direita que Willy Brandt. É provável que isto seja também assim. Mas a interpretação mais lógica é outra. A República Federal Alemã é o «gigante» europeu, a subpotência imperialista na Europa Ocidental. A República Federal Alemã foi na Europa a criatura americana do pós-guerra como o Japão o foi na Ásia.

Foi sempre em torno do problema alemão que os E. U. A. mantiveram acesas as tensões no Velho Continente. Quando à era da confrontação sucedeu a era da negociação, foi possível executar a Ostpolitik, cujos méritos são indimentáveis, mas cujos limites se situam fora das fronteiras europeias.

Cedendo no plano interno e vogando no plano externo, ao sabor dos ditames imperialistas, a social-democracia alemã

não conseguiu forjar uma ampla base de apoio que a colocasse ao abrigo das surpresas eleitorais.

Por isso, embora a sua imagem se distancie enormemente do perfil temeroso do «touro bravo» da Baviera (Josef Strauss), Helmut Schmidt pode cair vitimado pelas meias-tintas que têm caracterizado a sua actuação.

E de tal modo que a própria «Newsweek» prevê que, seja qual for o resultado das eleições, não haverá alterações de monta. Para aquela revista norte-americana, Schmidt poderá prosseguir no seu vigoroso atlantismo, se se mantiver no seu posto. O ressurgimento dos sentimentos de direita poderia — ainda segundo a «Newsweek» — tentar Schmidt a abrandar o ritmo da Ostpolitik

por cento — sobre a oposição. Mas as sondagens mais recentes são unânimes em conceder uma maioria de 51 por cento aos aliados governamentais contra 48 por cento à C. D. U./C. S. U., que, apesar de não conquistar o Poder, voltaria a ser o primeiro partido nacional.

Estas sondagens põem-nos perante um problema que devia ser bem ponderado por todos quantos consideram como única democracia válida a dos votos. Na verdade, dada a situação de empate em que parecem encontrar-se a coligação governamental e a oposição, é de prever que quem vai, ao fim e ao cabo, decidir do futuro próximo da R. F. A. não são as grandes massas eleitorais, mas aquela franja de cidadãos que se mantém indecisa até ao último momento.

O Bundestag e os seus eleitores

Quatro partidos ficarão seguramente representados no VIII Bundestag que sairá das eleições de amanhã: os dois, que constituem a actual coligação governamental — S. P. D., partido social-democrata, e F. D. P., partido liberal — e os dois cristãos-democratas, que apresentam um programa comum e constituirão um grupo parlamentar único — a C. D. U., partido da democracia cristã, e a C. S. U., união cristã social (da Baviera).

Dada a cláusula, que impede a representação parlamentar dos grupos políticos cuja votação foi inferior aos 5 por cento dos votos expressos, pode desde já garantir-se que nenhum dos outros concorrentes terá assento no Bundestag.

Estão inscritos 41,6 milhões de eleitores, cidadãos alemães, maiores de 18 anos, que residam há, pelo menos, três meses na República Federal Alemã. Em disputa estão os 496 lugares do Bundestag. Metade dos seus membros serão escolhidos por listas estabelecidas a nível de circunscrições, e a outra metade, por listas a nível de Lander. (Os deputados do Land de Berlim-Oeste continuam a ser eleitos por sufrágio indirecto pela Câmara de Deputados da cidade).

São funções do Bundestag: legislar ou aprovar a legislação proposta pelo Governo, decidir da formação do Governo e representar o povo alemão ocidental no plano político. Além desta Câmara, a R. F. A. dispõe de outra: a Bundesrat, constituída por membros dos governos regionais, e veículo através do qual os Lander participam na legislação e na administração do Estado Federal.

e a disciplinar os Jusos.

O que a «Newsweek» não diz é se os E. U. A. — que nos últimos anos precisaram dos sociais-democratas europeus e vigorosamente os apoiaram — preferem agora a direita estilo C. D. U./C. S. U.

A FORÇA DOS INDECISOS

Na véspera de eleições, a pergunta a fazer é esta: quem ganha amanhã? Numa sondagem de Agosto publicada pela «Stern» previa-se que os partidos do Governo obteriam uma vantagem insignificante — 0,2

É afinal uma minoria, e exactamente a minoria menos consciente do eleitorado, que vai decidir do futuro de todo o país. Assim aconteceu, aliás, na Suécia, onde uma minoria flutuante, indecisa e pouco politizada acabou por colocar o Governo nas mãos de uma direita claramente impreparada para assumir tais funções. Ossos da alternância, ossos do culto pelo voto.

Certos observadores prevêem que a esquerda e a extrema-esquerda se agruparão, uma vez mais, em torno dos sociais-democratas e os levarão à vitória, para evitar o pior.

Outros prevêem que sectores das camadas laboriosas, decepcionados com a actuação dos sindicatos, nada farão para evitar a vitória da C. D. U./C. S. U., na convicção de que só assim restituirão combatividade a um movimento sindical demasiado conciliador.

A jogada de último recurso que a C. D. U./C. S. U. lançou agora contra Helmut Schmidt, acusando-o de ter tentado subornar o príncipe Bernardo, não parece destinada a ter grande efeito. Tudo leva a crer que se trata de uma manobra de diversão, para fugir a acusações bem mais convincentes de envolvimento de Josef Strauss no escândalo Lockheed.

Que significado terá a eventual vitória da C. D. U./C. S. U.? Numa visão simplista das coisas, poderíamos dizer, como a «Newsweek», que poucas alterações se produziriam na R. F. A. e no mundo. Bona passaria a favorecer um pouco mais o mundo dos negócios, Bona passaria a ser mais «nacionalista», mas sem prejudicar a C. E. E. e a N. A. T. O., Bona passaria a aproximar-se mais dos seus aliados tradicionais e a descuidar as relações com a R. D. A. e os restantes países do campo socialista.

Mesmo que fosse só isto, era já o bastante para se traduzir num agravamento dos maus aspectos da política externa da República Federal Alemã e num desaparecimento de tudo quanto nela há de positivo.

Por outro lado, tudo quanto se traduzia em favor de ainda mais o mundo dos negócios (isto é, o mundo daqueles negócios que interessam à «Newsweek», pois também na R. F. A. há negócios interessantes na cooperação com o campo socialista) agravará ainda mais a dependência da Europa do Mercado Comum em relação aos E. U. A.

É certo que, como acima dissemos, a Ostpolitik dos sociais-democratas tem o apoio da esmagadora maioria da população federal, como é certo que essa política é hoje irreversível e nada poderá mudar o curso da história. Pode sofrer «congelamentos», mas não pode ser posta em causa no essencial.

Mas isso não basta para nos tranquilizarmos. Os indícios de agravamentos das tensões internacionais, os rumores de novos pactos — em oposição frontal aos princípios consignados em Helsínquia — a subida de tom em Washington são factores suficientes para revigorar as forças de direita, que esperam a sua hora. A derrota da social-democracia sueca foi uma derrota da esquerda. A vitória da C. D. U./C. S. U. na R. F. A. seria uma vitória indelével da direita europeia mais agressiva e retrógrada.

A este respeito, consideramos útil fornecer ao leitor como ponto de reflexão o depoimento que a «Newsweek» recolheu, a propósito das eleições na R. F. A., junto do escritor holandês J. B. Charles, dirigente da resistência durante a ocupação nazi: «O nosso grande erro depois da II Guerra Mundial foi termos descurado a extirpação do terreno de onde brotam as raízes do nazismo. Logo a seguir à Segunda Guerra Mundial, quando o duo Adenauer-Strauss começou a reconstruir a Wohrmacht, ergui a voz para dizer que isso não estava bem. E não estava. Tenho muito receio desta liderança alemã na Europa. Devíamos sair da N. A. T. O. enquanto a Alemanha lá permanecesse. Quando se ouve um homem como Josef Strauss, descobre-se que ele alimenta um único desejo: o do regresso do Terceiro Reich.»



Willy Brandt, na altura chanceler da RFA, e Leonid Brejnev, secretário-geral do PCUS, assistem, sorridentes, à assinatura dum dos acordos que materializaram a cooperação germano-soviética, na sequência da viragem diplomática imprimida pelo governo social-democrata. Andrei Gromyko e Walter Scheel, ministros dos Negócios Estrangeiros soviético e oeste-alemão apõem as suas assinaturas no documento

MEENDES Tel. 76 84 23
R. Capitão Ramires, 2-A
(Ao Campo Pequeno)
REPRESENTANTE
dos abortecedores "J. M."
FILIAL
Av. Gomes Pereira, 61-B
(A Benefic)

Estrangeiro

ULTIMA SONDAGEM ELEITORAL

Ligeira vantagem SPD-FDP na República Federal Alemã

BONA, 2 — (R.) — A campanha mais intensa e agressiva na República Federal Alemã, após a guerra, termina hoje com sondagens à opinião pública dando à coligação do centro-esquerda de Helmut Schmidt, que ocupa o poder, uma ligeira vantagem de um a dois por cento.

Contudo, o último desses inquéritos, feito no último fim-de-semana, revelou que um décimo dos 41 milhões de eleitores não tinha ainda decidido como votar.

Deparam com uma opção perante as urnas, no domingo,

entre o Partido Social-Democrata (SDP) do chanceler Schmidt, apoiado pelo pequeno Partido Liberal (FDP) de Hans Dietrich Genscher, ou os Democratas-Cristãos, conservadores (CDU), chefiados pelo chanceler do «Governo Sombra», Helmut Kohl. O seu partido é aliado da União Social-Cristã (CSU), com sede na Baviera e dirigida por Franz Josef Strauss.

Observadores políticos pensam que a questão poderá já ter sido decidida após um acalorado debate de quatro horas entre os quatro políticos perante as câmaras de televisão, há dois dias.

Durante o debate, todos os interlocutores, com excepção de Genscher, perderam a cabeça, com Kohl acusando o chanceler de arrogância e Strauss perguntando a Schmidt se ele «estava bom da cabeça».

Observadores disseram que a maneira fria de Genscher, durante a acalorada troca de palavras, lhe poderá ter dado muitos dos votos vitais de eleitores indecisos, concedendo, assim, à coligação do centro-esquerda mais um mandato de quatro anos.

A eleição tem também sido travada nos tribunais, com juizes intervindo em nome de candidatos que se consideram caluniados por vários adversários.

Os partidos governamentais apresentaram o argumento de que a oposição não podia ter melhorado o progresso económico e político da RFA, especialmente no que respeita a um desanuviamento com o bloco europeu oriental comunista.

Por seu turno, a oposição tem acusado Schmidt e os seus associados de serem demasiado brandos com a República Democrática Alemã e de causarem o caos económico e social. Acusou também o SPD de ser «um companheiro de cama do marxismo».

8 Schmidt rejeitou uma acusação de marxismo e afirma que o valor do marco alemão subiu em 12 por cento em relação às outras moedas do Mercado Comum, em 1976.

Ontem, à noite, a campanha eleitoral atingiu o auge com Schmidt rejeitou uma acusação, Willy Brandt, assistindo a

um gigantesco comício social-democrata em Dortmund, o seu reduto no Ruhr, em que compareceram 40.000 partidários.

Kohl escolheu a capital, Bona, para aparecer. O seu comício no reduto democrático-cristão atraiu uma multidão de quatro mil pessoas.

Hoje, Willy Brandt discursou em Luebeck, a sua terra natal, antes de se juntar a Schmidt para o comício tradicional de encerramento da campanha em Berlim-Oeste. Brandt, antigo chanceler, foi Burgomestre de Berlim-Oeste durante muitos anos.

Genscher termina a campanha dos democratas livres com um comício em Wuppertal, o seu círculo eleitoral, enquanto Strauss assiste a um comício do CSU em Mittendwald, na fronteira da Baviera com a Áustria.

O Chanceler Federal é eleito pelo Bundestag

O Chanceler da República Federal Alemã é eleito pelo Bundestag (Câmara Baixa do Parlamento) por proposta e, seguidamente, por nomeação do presidente federal.

Na eleição do Chanceler, o Presidente Federal tem liberdade de acção, mas deve certificar-se de que o indigitado possui a confiança da maioria do Bundestag.

Normalmente, o Presidente Federal discute com os chefes dos partidos a nomeação do Chanceler.

Caso necessário, na sequência das eleições para o Bundestag forma-se uma coligação governamental.

Nas grandes coligações, agrupam-se várias facções políticas, muitas vezes possuidoras de orientações políticas díspares, a fim de formarem em conjunto o governo federal.

Para a eleição do Chanceler Federal, torna-se necessário o apoio da maioria dos membros do Bundestag.

Uma vez atingido esse número de votos, o Presidente Federal deverá nomear o eleito.

Se o Bundestag não aprovar a proposta, o Presidente pode nomear um novo chanceler no prazo de catorze dias, desde que a maioria não aprovar a proposta.

Na eventualidade desta nova tentativa, o Presidente pode nomear um novo chanceler, desde que a maioria dos votos não seja emitida para a sua candidatura.

Neste caso, o eleito obtiver uma maioria inferior à maioria absoluta dos membros do Bundestag.

O Presidente Federal pode nomear o eleito, desde que a maioria dos membros do Bundestag não o rejeite.

Compete ao Chanceler Federal a representação externa do país e a coordenação dos ministros federais.

É ainda do Chanceler a recepção dos visitantes estrangeiros, a representação federal e a coordenação dos seus trabalhos, de acordo com um programa pre-estabelecido.

Salário mínimo aumentado em Espanha

MADRID, 2 (ANOP) — O Conselho de Ministros espanhol, reunido ontem sob a presidência do primeiro-ministro Adolfo Suarez, fixou em 380 pesetas diárias (5700 escudos mensais) o salário mínimo em Espanha, mais 35 pesetas que o anterior.

Este novo salário, que vigorará até 31 de Março de 1977, beneficia sobretudo as classes mais desfavorecidas.

O anterior salário mínimo, decretado em Março deste ano, era de 345 pesetas.

Iniciativa soviética para a paz no Líbano

BEIRUTE, 2 (ANOP) — Guerilheiros palestinos cercados procuram hoje defender as suas últimas posições nas montanhas centrais do Líbano e viram as suas atenções para Sul, na expectativa de nova ofensiva síria em larga escala.

Quando a confrontação sírio-palestina parece encaminhar-se para um fim decisivo e sangrento, a União Soviética anunciou que vai levar a cabo uma iniciativa para procurar conseguir a paz no Líbano.

Surgiram também notícias não confirmadas que indicam terem os palestinos deslocado o seu quartel geral da cidade montanhosa de Alep, esperando já a queda desta.

Círculos esquerdistas anunciaram entretanto que tropas sírias se estão a concentrar em Jossine, 50 quilómetros a Sudeste da capital, para um esperado ataque no Sul, talvez ten-

do Sidon, a 22 quilómetros da costa, como objectivo.

Em Moscovo, foi anunciado ontem à noite que «o perigoso curso dos acontecimentos» no Médio-Oriente torna necessária a convocação de uma conferência de Genebra para este mês ou para o próximo.

Moscovo tem repetidamente pedido a retirada de tropas sírias de território libanês e o encargo de negócios da URSS em Beirute sublinhou ontem que a União Soviética «continua oposta à interferência externa nos assuntos libaneses».

Fontes próximas do presidente Elias Sarkis indicam que a iniciativa soviética incluirá uma proposta específica prevendo o cessar-fogo e a retirada das tropas sírias no Líbano, com a sua substituição parcial por soldados egípcios e franceses.

Caleidoscópio

PARIS, 2 — (R) — A aliança socialista-comunista, da oposição, em França, deu todo o seu apoio a uma greve nacional convocada por sindicatos da esquerda, para a próxima quinta-feira, como protesto contra os planos de combate à inflação do primeiro-ministro Raymond Barre.

AMÁ, 2 — (ANOP) — Fouad Nasser, organizador do movimento comunista na Palestina e na Jordânia, faleceu ontem em Amã, com 62 anos — anunciaram círculos políticos de esquerda.

WASHINGTON, 2 — (ANOP) — O ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Andrei Gromyko, conferenciou ontem durante mais de duas horas com o presidente Gerald Ford e afirmou que «algumas importantes divergências estão a bloquear o acordo sobre um tratado de limitação de aviões e mísseis nucleares estratégicos».

LONDRES, 2 — (ANOP) — O presidente Idi Amin, do Uganda, foi submetido a uma operação cirúrgica em Kampala — anunciou a Rádio ugandesa, captada em Londres.

Furacão mata no México cerca de 630 pessoas

CIDADE DO MÉXICO, 2 (R) — Perderam a vida cerca de 630 pessoas e mais 500 foram dadas hoje como desaparecidas, após um furacão assolar ontem a cidade de La Paz, no Noroeste do México.

Cerca de um terço dos edifícios da cidade foram arrasados quando o furacão «Liza» caiu sobre a cidade na quinta-feira, à noite, e na madrugada de sexta-feira, com ventos com uma velocidade de rajada de 200 quilómetros por hora.

Funcionários da Cruz Vermelha na cidade devastada disseram que quatro mil pessoas ficaram feridas e cerca de 20 mil perderam os lares.

Pelo menos, prejuízos no valor de 100 milhões de dólares (cerca de três milhões de contos) foram causados pelo «Liza».

O furacão provocou grandes

inundações em La Paz, perto da extremidade ocidental da península da Baixa Califórnia, a 1350 quilómetros da Cidade do México. Cerca de 15 barcos que se encontravam no porto afundaram-se ou ficaram desfeitos devido à violência do vento.

Um informador do governo do Estado disse que o aeroporto, que sofreu grandes estragos, reabriu ontem, à noite, e a Força Aérea mexicana começava a transportar para a área víveres e medicamentos desesperadamente necessários.

O informador afirmou que o fornecimento de electricidade e de água se achava ainda cortado em toda a cidade.

Funcionários municipais declararam ontem à tarde que 412 corpos seriam sepultados em valas comuns e que tropas e

elementos das brigadas de segurança tinham retirado mais de 75 cadáveres do meio dos escombros.

Entretanto, o furacão perdeu força ao afastar o continente no Oceano do Golfo da Califórnia.

Os serviços meteorológicos da Cidade do México comunicaram que o «Liza» diminuiu de intensidade e se dirigia agora para a fronteira dos Estados Unidos, com ventos de velocidade moderada e grandes chuvas.

As autoridades disseram que quase todas as vítimas e estragos materiais anunciados, até agora, se limitavam a La Paz. Cidades e vilas comunicaram que foram destruídos alguns prédios, mas que não ocorreram mortes.

Em La Paz, algumas ruas

acham-se inundadas e as águas estão a bloquear o trânsito.

Funcionários da Cruz Vermelha comunicaram que as vítimas de ferimentos graves e de grandes danos materiais foram levadas para hospitais e centros de tratamento.

Por outro lado, planeia-se um programa de vacinação massiva para evitar surtos de epidemias.

O presidente Luís Echeverría seguiu para La Paz num dos primeiros voos da Força Aérea a deslocar-se para a área, a fim de inspecionar a destruição provocada pelo «Liza».



António Augusto Nogueira da Silva

FALECEU

Confortado com Sacramentos da Santa Madre Igreja

Os Corpos Sociais e os Trabalhadores da «CASA DA SORTE» organização Nogueira da Silva, S.A.R.L. participam, com imenso pesar, o falecimento do seu Fundador e Administrador, ocorrido ontem nesta cidade.

O corpo está depositado na casa mortuária da Igreja de Santa Isabel, sendo trasladado para Braga ao princípio da tarde de hoje.

O funeral realiza-se naquela cidade, às 16 horas de amanhã, domingo, com acompanhamento a pé desde a Basílica dos Congregados até ao cemitério de Monte d'Arco.

PUB.

SINDICATO DOS TRABALHADORES

DE SEGUROS DO SUL

REUNIÃO MAGNA

CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os trabalhadores associados deste Sindicato para a Reunião Magna a efectuar no próximo dia 10 (5.ª feira), na União de Comerciantes do Distrito de Lisboa (R. Castilho, 14 - Lisboa), às 10 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: PREVISÃO

Lisboa 1 de Outubro de 1976

A Direcção

expresso

BLOCO EDITORIAL DE DISTRIBUIÇÕES, S. A. R. L.

COMUNICADO AO MERCADO LIVREIRO

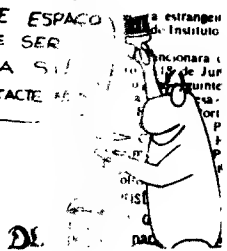
A EXPRESSO-BLOCO EDITORIAL DE DISTRIBUIÇÕES, S. A. R. L., tem o prazer de informar os seus prezados clientes bem como o público em geral, que por contrato, outorgado e com início em 1 de Outubro de 1976, passará a distribuir em regime de exclusividade para Portugal Continental e Insular todas as edições do JORNAL DO FUNDÃO.

Todas as encomendas deverão ser feitas para:

**EXPRESSO - BLOCO EDITORIAL
DE DISTRIBUIÇÕES, S. A. R. L.**

Av. Camil Castelo Branco, 6-C - BURACA - ODAIAIA
e/ou
R. João Dinis, 891-2º, Dt.º — PORTO

ESTE ESPAÇO
PODE SER
PARA SI
CONTACTE



Bateria «Prémio»

VENDO — TEL. 95 21 70

expresso

BLOCO EDITORIAL DE DISTRIBUIÇÕES, S. A. R. L.

COMUNICADO AO MERCADO LIVREIRO

A EXPRESSO-BLOCO EDITORIAL DE DISTRIBUIÇÕES, S. A. R. L., tem o prazer de informar os seus prezados clientes bem como o público em geral, que por contrato, outorgado e com início em 1 de Outubro de 1976, passará a distribuir em regime de exclusividade para Portugal Continental e Insular todas as edições do JORNAL DO FUNDÃO.

Todas as encomendas deverão ser feitas para:

**EXPRESSO - BLOCO EDITORIAL
DE DISTRIBUIÇÕES, S. A. R. L.**

Av. Camil Castelo Branco, 6-C - BURACA - ODAIAIA
e/ou
R. João Dinis, 891-2º, Dt.º — PORTO

Espectáculos

Crítica de Cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

FICHA:

Título original: Dog day afternoon
Realização: Sydney Lumet (USA-1975)
Argumento: Frank Pierson, baseado num artigo de P. F. Kluge e Thomas Moore
Fotografia (tecnicolor): Victor J. Kemper
Montagem: Dede Allen
Interpretação: Al Pacino (Sonny), John Cazale (Sal), Penny Allen (Sylvia), Carol Kane (Jenny), James Broderick (Sheldon), Charles Durning (Moretti), Chris Sarandon (Leon), Susan Peretz (Angie), etc.
Distribuição em Portugal: Columbia/Warner
Cinemas: Caleidoscópio e Eden
Classificação: Não aconselhável a menores de 18 anos
Duração: 131 minutos.

O liberalismo, a linha branca, dentro dos Estados Unidos parece encontrar em Sydney Lumet o seu cineasta de vanguarda. Inteligente, antes do mais, e profundamente conhecedor dos meios expressivos cinematográficos, Sydney Lumet tem dedicado alguns dos seus melhores talentos a traçar impecáveis panorâmicas do quotidiano americano (não querendo o adjetivo «impecáveis» dizer uma opinião, nossa, forçosamente positiva). Aqui o tema é um *fait divers* acontecido em 22 de Agosto de 1972 em Brooklyn, Nova Iorque: dois assaltantes assaz inábeis tentam um assalto a um pequeno banco, resistindo a um cerco da polícia durante longas horas, pela retenção de reféns, acabando um deles preso e o outro morto. É a partir desta pequena história que Lumet vai traçar o seu retrato de personagens comuns do comum dia-a-dia americano.

Retrato que, diga-se desde já, conhece à partida o seu público. Lumet sabe dosear convenientemente os vários vectores para que daí resulte

"Um dia de cão", de Sidney Lumet



Um filme exemplar da ideologia liberal americana.

um espectáculo conseguido. E não seremos nós a minimizar esse facto. Retrato que, ainda, sabe conquistar a nossa simpatia, ou seja, nos sabe levar no jogo do autor. E pouco importa que, às vezes, os meios sejam um pouco evidentes. O certo é que funciona e, em matéria de cinema, «funcionar» é um verbo fulcral.

É, porém, por funcionar tão bem que este filme, não escondendo os seus limites, não os evidencia, e as «vasas na manga» deste jogo impecável estão aí.

Já o dissemos, a ideologia deste olhar sobre a sociedade americana é liberal. O que quer, praticamente, dizer que é um olhar cheio de bonomia. A sua crítica ao «sistema», à liberdade da polícia (Attica! Attica! — grita Sonny/Al Pacino, secundado pela multidão), à informação avassaladora e intoxicante (sequências da televisão), aos preconceitos de «normalidade» sexual (sequências com Leon, homossexual casado com Sonny), à morbidez das relações familiares (sequências com a mãe e a mulher de Sonny), é sempre uma crítica que não sabe descer às raízes e se limita à constatação/contestação de carácter humanista. Isto é, Lumet olha o mundo pelos olhos «puros» dos princípios do liberalismo americano. É uma visão que aponta desvios a esses princípios mas não põe em causa, não interroga esses mesmos princípios. E neste as-

pecto é um olhar bloqueado a partir de certo ponto.

É extremamente curioso, e revelador, que o cinema americano esteja, e não só nos tempos mais recentes, a produzir obras que tenham uma visão crítica sobre a sociedade americana. Que no entanto poucas vezes é cortante, escalpelizadora, cirúrgica. O sistema defende-se produzindo a sua própria contestação controlada. Impondo, portanto, que a crítica nunca ultrapasse as barreiras da assimilação possível. Que nunca olhe o sistema de um ponto de vista completamente fora dele.

Restaria discutir da importância deste cinema para uma análise da sociedade americana. Isto é, saber qual a importância da constatação como etapa prévia à consciência. E aqui regressaríamos ao talento de Lumet.

Não é por colar dois planos perfeitamente, ou por dirigir bem actores, ou por saber os truques do ritmo magnético e sonoro, que Lumet se revela como um dos mais exemplares

cineastas liberais americanos. Mas exactamente porque faz passar o seu ponto de vista ideológico de forma quase deslizando, sem recorrer a personagens-tipo ou a chavões. É a própria desenvoltura da acção, a própria alternância comédia-drama, o próprio delinear dos personagens que já contém em si, e de forma acabada, a ideologia liberal. Ou seja este filme (este cinema) nunca está puramente a constatar, está a cada momento a opinar (isto passa-se aliás em todo o cinema, mas aqui atinge um expoente de perfeição).

Quer isto dizer, finalmente, que *Um dia de cão* pode servir para analisar um olhar mas não o objecto desse olhar (admitindo, o que é falso, uma separação). Melhor dizendo, seria ingenuidade pensar que, com este filme, ficaremos mais perto da realidade americana. Talvez já não se ande muito longe se se disser ficar, com ele, próximo dos limites da imagem que a má consciência dessa sociedade dá de si mesma.

"Electra", de Cacoyannis

Título original: Electra
Realização: Michael Cacoyannis (Grécia-1962)
Argumento: Michael Cacoyannis, segundo o texto de Eurípides

Fotografia (p.b.): Walter Lassaly
Música: Mikis Theodorakis
Interpretação: Irene Papas (Electra), Aleka Katselli (Climene), Yannis Fertis (Orestes), Theano Ioannidou (chefe do coro), Notis Peryalis (marido de Electra), Takis Emmanouil (Pilades), etc.

Distribuição em Portugal: Dop-filme
Cinema: Quarteto-sala 1
Classificação: Não aconselhável a menores de 13 anos
Duração: 110 minutos

Há duas espécies de filmes a que se costumam chamar datados: aqueles que inscrevem no seu fabrico elementos de uma concreta realidade histórica (a da sua produção) e aqueles outros que permanecem estagnados num período definido.

Ninguém dirá ser Picasso um pintor datado no segundo daqueles sentidos. É-o, no primeiro, através das suas várias fases.

Electra é um filme datado, negativamente. Que não resistiu a quatorze anos de cinema e de história. Obra que impres-

sionou muita gente em 1962 (pluripremiada em festivais europeus e candidata ao Oscar da Academia para o melhor filme estrangeiro) esta cinematização do mito de *Electra*, segundo Eurípides, resta hoje como uma velharia (não confundir com antiguidade). Há uma fragilidade extrema que agora é evidente, uma pacotilha que se descobre, um certo ridículo em todo este erguer tonitruante de uma das clássicas tragédias gregas.

É algo que se diria indefinido, um deslizar apenas que se presente desde o início, um jogo de matérias que não sintetizam, um tom épico que não é nem distante, nem grandioso, nem ritual, nem iniciático, mas apenas pelicular, superficial, falhado.

Electra é, hoje, apenas um filme morno, esteticizante (da fotografia, à música), que conta uma história sem dela guardar o clima ou o fascínio. E fazer da tragédia grega um mostruário, um catálogo de hipóteses técnicas, que não expressivas, é bastante lamentável.

Cacoyannis, aliás, viria a fazer posteriormente o celebrado *Zorba*. Este filme foi apenas um trampolim. Depressa esquecido, a esquecer. Mau grado uma vontade de dignidade. Que não chega. Em *Electra* como no resto.

Teatro LURA ALVES

RUA DA ... — TEL. 86 47 56

BADAP ... COMÉDIA MUSICAL

**VAMOS TROCAR
DE CASA?**



CONTOM CENA ACIDENTALMENTE
CHOCANTE!
INTERDITO M/18 ANOS

Com: J. CÉSAR — FÁTIMA SEVERINO — LIA SARA — CARLOS
... — JOÃO RODRIGO e HENRIQUE SANTOS
UMA CASA ... DOIS CASAS ... POLÉMICA ...

NEALRO
grupo 4

**O CÍRCULO
DE GIZ
CAUCASIANO**



ÚLTIMAS

De 3.ª a 6.ª feira às 21.15
Sábado, também às 15.30
AMANHÃ E DEPOIS
às 18.15
CONJUNTO PLEXUS

Televisão

Canal da Crítica

DESporto: CONFEDERAÇÃO E CONFUSÃO!

Fala-se agora muito para aí em confederações. Pelo que Cordeiro do Vale, napoleonicamente de perfil, se lembra de ouvir o cavaleiro Madeira, que além de engenheiro é presidente da Federação de Natação e pessoa muito nervosa, tímida e com bastante inclinação para oratórias democráticas, como é de bom tom e está na moda; Garcia Alvarez, que além de tenente-coronel é dessas coisas da ginástica e do Comité Olímpico Português; e Carlos Carvalho, que é director do «Mundo Desportivo».

Não chegou a haver debate. Tudo de acordo. Confederação, pois claro. Confederemo-nos todos e tudo estará resolvido.

Há problemas, isso há! Garcia Alvarez denuncia alguns: a autoridade, a determinação das prioridades — e os meios.

Os meios. Quando se chega aos meios é que os fins torcem o rabo. Carlos Carvalho dá o exemplo da organização desportiva da Alemanha Federal onde a par dessa monstruosidade social que é o desporto profissional, há inúmeras associações de desporto profissional, há inúmeras associações de desporto amador, agrupadas depois na sua confederação. O desporto amador na Alemanha Federal recebe daqui e acolá donativos que atingem 170 mil contos...

Foi pena que se não alargasse o leque das experiências. Na União Soviética, por exemplo, onde o desporto recebe protecção ampla de vários ministérios — Saúde Pública, Ins-

trução, Cultura e outros. Para já não falar dos sindicatos que dependem por ano com o movimento desportivo dos trabalhadores qualquer coisa como 15 milhões de contos. Enquanto um trabalhador paga, anualmente, pela prática do seu desporto favorito... nove estudos...

Isto bem traduzido dá: 50 milhões de cidadãos a praticar desporto, efectivamente; obrigatoriedade da educação física nas escolas (da pré-infantil à universitária); 3000 estádios; 60000 ginásios; 400 000 recintos desportivos; 600 empresas dedicadas ao equipamento desportivo — sem conseguir, por enquanto satisfazer a procura; 260 000 especialistas desportivos; 8 milhões de treinadores; 220 institutos secundários e superiores para formar especialistas desportivos...

Isto é que é falar, meus caros. Para quê esta discussão bizantina das federações e confederações? Digam lá: é isso que vai resolver o problema da massificação desportiva? Se se fizer a confederação, as crianças nas escolas, os jovens no campo e nas fábricas, os empregados nos diversos serviços, etc., etc., passam a ter possibilidades de fazer ginástica e praticar o desporto que preferirem? Se sim, eu assino já. Se não, pra quê estas conversas saloias?

Enquanto não há desporto, haja ao menos bom-senso. O dr. Silva Graça e a sua equipa estavam no caminho certo. Qualquer Quim Pancadas pode obstruir esse caminho. Isso é que é grave. Deixem lá a confederação em paz...

INSPIRAÇÃO

Houve no Porto um curso acelerado de jornalismo de inspiração cristã. A Televisão foi lá, tirou suas imagens, gravou palavras de D. António Marcelino, palavras finais.

Eu não quero agora envolver-me em discussões com quem quer que seja a respeito do que seja isso de jornalismo de inspiração cristã. Talvez eu me informasse melhor se assistisse às lições do dr. Jacinto

Baptista. Imperdoavelmente, porém, a Televisão não nos deu nada disso. Aguardemos melhor oportunidade. Há sempre oportunidades, olárla. O que é preciso é saber esperar-las.

De qualquer modo, a outro ponto eu quero chegar: à importância que a Televisão atribuiu ao acontecimento. Três milhões de pessoas ficaram a saber que D. António, Jacinto Baptista, João Gomes e outras personalidades igualmente imbuídas de deontologismos profissionais e de cristianíssimas inspirações, deram ensinamentos acelerados para uso nos jornais de província, ou de paróquia, não sei bem, a não sei quantas poucas dezenas de candidatos a jornalistas regionais de inspiração cristã, ou a jornalistas cristãos de inspiração regional, não estou bem certo.

A Televisão sabe medir o uso do seu bacamarte electrónico. Não anda neste País por ver andar os carros eléctricos.

PLURALISMO...

Vou dar outro exemplo. Os alunos da Escola do Magistério Primário do Porto. Fizeram um plenário. Contestaram o despacho cardíaco e disseram alguns mimos sobre a política do M. E. I. C.

Diz-se pra lá, à boca cheia que na Televisão se quer mandar o pluralismo às urtigas, que o Governo é que é bom, que é proibido atacar o Governo na Televisão.

Intrigas, claro. A verdade é que o Telejornal até disse alguma coisa do que se disse no referido plenário, alguma coisa não de todo agradável de ouvir ao Sottomayor Cardia.

Isso aconteceu, de facto. Mas uma coisa é contar o que se passou, outra coisa é ver o que se passou. Uma coisa é a água bebida na fonte, outra coisa é a água bebida por condutas tantas vezes poluídas.

O Telejornal diz alguma coisa que se passou num plenário onde não mandou reportagem própria. E o facto de lá não ter estado, por si mesmo, em

Por MÁRIO CASTRIM

muíto o desautoriza e lhe diminui a importância.

Como se vê, o jogo do pluralismo é muito complicado...

SOBRE O TERRORISMO

O desmantelamento da rede terrorista prossegue ou não prossegue. Há novidades ou não há. O juiz Rainho, os presumíveis implicados, o Ramiro fez e aconteceu, Caxias...

Certo e sabido. Quando se trata de assuntos da rede terrorista, do Lumiar, passam para o Monte da Virgem. Só o Porto nos fala do desmantelamento que há ou não há (mais não há, do que há) a rede terrorista.

Não se compreende bem. Desta divisão de trabalho podem resultar prejuízos graves. Entre eles, por exemplo, o de levar as pessoas a pensar ou que só há terrorismo no Norte ou que o Norte tem vocação terrorista ou que só o Norte está interessado no desmantelamento na rede ou que, em Lisboa, os serviços do Telejornal não têm nenhuma possibilidade de obter informações sobre o andamento da questão.

Claro que o desmantelamento da rede terrorista interessa ao País inteiro, interessa à Televisão inteira e não pode ser exclusivo dos serviços de informação do Telejornal português. Ou em Lisboa não se sabe mesmo nada? Mesmo nada?

Hum...

Programa do mês no Rascal Clube

SILVES, 2 — A secção de Cinema do Rascal Clube enceta hoje a sua programação de Outubro com a exibição, para o público infantil, do filme «Pollyanna».

Estão já marcadas projecções para os dias 6, de «Isadora»; 11, «Promessa de Lenin»; e 23, «Os Cinco Companheiros».

Hoje



«Gente do Amanhã»

I PROGRAMA

- 16.00 Fungagá da Bicharada
- 16.20 «A Pedra Branca» — série filmada.
- 16.50 Da Saúde e da Vida — a criança e os seus problemas (o regresso às escolas).
- 17.30 Torneio de Hóquei em Patins — final do torneio da Associação de Patinagem do Sul. Transmissão do Pavilhão do Estádio da Luz.
- 18.50 Stop — programa da Prevenção Rodoviária Portuguesa.
- 19.10 Cinema de Animação — apresentação de Vasco Granja.
- 19.55 «Gente do Amanhã» — série filmada
- 20.30 Telejornal — 2.ª edição
- 21.00 Comunicação ao País do Ministro da Administração Interna tenente-coronel Costa Lages
- 21.25 Jogos sem Fronteiras — com a sessão de hoje fina-se a série de Jogos de 1976.
- 22.55 Liceu Benjamin Franklin — um programa do Departamento de Actualidades.
- 23.30 Telejornal
- 23.55 Fecho

II PROGRAMA

- 20.00 Abertura e «Beatles Show» — dois dos animados.
- 20.25 Clássicos do Cinema — «O Destino»
- 21.30 Telejornal
- 22.05 Fecho

DESTAQUES

I PROGRAMA

Jogos Sem Fronteiras (21.25)

II PROGRAMA

«Beatles Show» (20.00)

Amanhã

I PROGRAMA

12.00: Abertura e Missa de Domingo; 12.40: Encontro com o Passado — O Homem e a Arte: «Canção de Madagáscar»; 13.10: No Jardim Zoológico; 13.30: Desenhos Animados; 14.00: Telejornal — 1.ª edição; 14.15: Hoje Pode Ver; 14.45: Eurovisão — Ciclismo — Grande Prémio das Nações. Transmissão directa de Angers; 15.10: Centro Ferroviário de Campanhã; 15.35: Eurovisão — Ciclismo — Grande Prémio das Nações; 16.10: «Charlot» — filme de grande metragem; 17.10: Hoje há Palhaços; 18.40: «Heidi»; 19.05: Corrida de Toiros; 20.30: Telejornal — 2.ª edição; 21.05: «Clayhanger» — Vida Perdida; 22.05: Civilização — As Fatacias da Esperança; 23.00: Telefuturo; 23.25: Telejornal — 3.ª edição; 23.50: Fecho.

II PROGRAMA

20.00: Abertura e Foi Éxito na TV — «O Sinal do Dragão (Kung Fu)»; 20.50: Martinho da Vila no Algarve; 21.50: Telejornal; 22.15: Cinema de Animação — uma emissão inteiramente dedicada à Pantera Cor-de-Rosa. Apresentação de Vasco Granja; 22.55: Fecho.

PARA REPARAÇÃO DO SEU

SOS-CLÍNICA DE TELEVISÃO

COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA

DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRÁTIS — SERVIÇO PERMANENTE

Telefs. 722786-8342/1

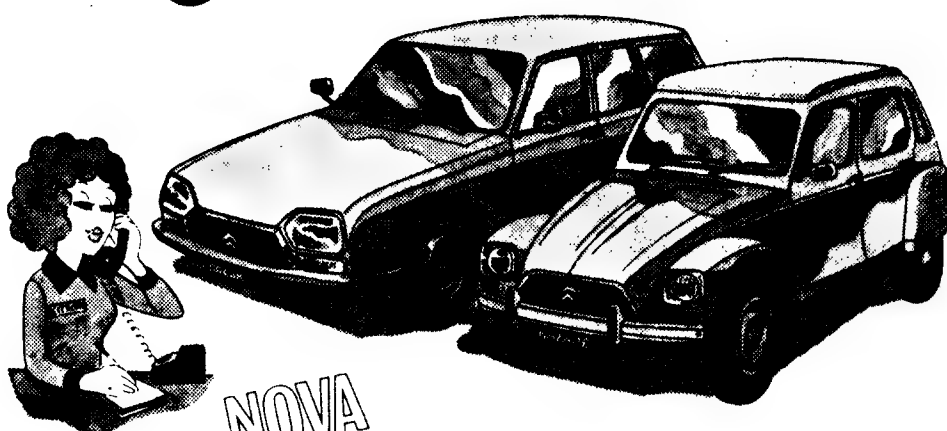
Avenida S. João da Deus 13-B - Rua Mariana



Esta revista contém cenas eventualmente hilariantes

HOJE: às 20.30 e 22.00
Domingos — Matinées às 16 h.4.ª FEIRA
Descanso da Companhia
(Não acons. MEN. 18 anos)

EXITO!

de 1 a 15 de Outubro
Ensaie
a gama CITROËNNOVA
SOVENDOAGENTE CITROËN
Marcações pelo telefone 607117

Av. Infante Santo, 15 A/C - Telf.: 607117 - Lisboa

AGENTE CITROËN

IARN

INSTITUTO DE APOIO
AO RETORNO DE NACIONAIS

Abonos aos candidatos a adides

Avisam-se todos os candidatos a Adidos com marcações efectuadas para os meses de Setembro e Outubro, que a partir do próximo dia 6 de Outubro, das 9.30 às 12 horas e das 14.15 m às 16 horas, se começa a pagar os adiantamentos sobre os futuros ordenados, segundo o escalonamento diário abaixo discriminado:

Data que estava fixada:

Recebe em:

13 de Setembro	6 de Outubro/76
14 de Setembro	7 de Outubro/76
15 de Setembro	8 de Outubro/76
16 de Setembro	11 de Outubro/76
17 de Setembro	12 de Outubro/76
20 de Setembro	13 de Outubro/76
21 de Setembro	14 de Outubro/76
22 de Setembro	15 de Outubro/76
23 de Setembro	18 de Outubro/76
24 de Setembro	19 de Outubro/76
27 de Setembro	20 de Outubro/76
28 de Setembro	21 de Outubro/76
29 de Setembro	22 de Outubro/76
30 de Setembro	25 de Outubro/76
1 de Outubro	26 de Outubro/76
4 de Outubro	27 de Outubro/76
6 de Outubro	28 de Outubro/76
7 de Outubro	29 de Outubro/76
8 de Outubro	3 de Novembro/76
11 de Outubro	4 de Novembro/76
12 de Outubro	5 de Novembro/76
13 de Outubro	8 de Novembro/76
14 de Outubro	9 de Novembro/76
15 de Outubro	10 de Novembro/76
18 de Outubro	11 de Novembro/76
19 de Outubro	12 de Novembro/76
20 de Outubro	15 de Novembro/76
21 de Outubro	16 de Novembro/76
22 de Outubro	17 de Novembro/76
25 de Outubro	18 de Novembro/76

N.B. Os candidatos a Adidos devem fazer-se acompanhar do Atestado de Residência e os justificativos do agregado familiar.

Lisboa, 30 de Setembro de 1976

Chefe do Gabinete de Informação Geral

PUB

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS
DE ÁGUA E SANEAMENTO
SERVIÇOS TÉCNICOS

OBRAS A CONCURSO

ADITAMENTO AOS PROCESSOS
DE CONCURSO

Pela Portaria n.º 385/76 publicada no «Diário da República» I Série — Número 147 de 25 de Junho de 1976 foram aprovados os programas de concurso tipo, os cadernos de encargos tipo — cláusulas gerais — e os respectivos memorandos, anexos àquela portaria.

Fixa-se ainda, na portaria atrás citada, que o respectivo diploma será obrigatoriamente aplicável às obras adjudicadas directamente ou postas a concurso a partir de 1 de Agosto de 1976.

Nestes termos esclarecem-se todos os adjudicatários de que as obras em curso se regerão obrigatoriamente tendo em atenção as disposições dos anexos à Portaria n.º 385/76, considerando-se, para todos os efeitos, anuladas no processo de concurso em referência todas as disposições que contrariem a legislação agora em vigor.

Almada, 24 de Setembro de 1976

O Presidente do Conselho de Administração

Eng.º José Manuel da Costa Morgado

Desporto
NACIONAIS DE FUTEBOL

A maior expectativa
em Setúbal e Varzim

A maior expectativa em relação à jornada n.º 5, olha com muita atenção para Setúbal, onde amanhã à tarde o Vitória recebe o Benfica. E a maior expectativa reside no interesse de saber o que farão os campeões nacionais da época transacta, esta época e pelo menos nesta altura algo «deprimidos» (?) com uma série sucessiva de más actuações e alguns pesados desaires, ante outra equipa que parece querer recuperar lentamente um prestígio algo abalado. No domingo passa-se a Vitória deve ter ganho uma moralização forte, ganhando ao Belenenses, no Restelo, o que não é para qualquer. Um dia antes, à noite, na Luz, o Benfica teve a custo os primeiros dois pontos de vitória, ganhos dificilmente Académico de Coimbra.

Mas, dias depois, foi aquilo que viu quem viu, outra vez na Luz, contra o Dinamo de Dresden: um Benfica em declínio, «team» vulgaríssimo ao alcance de qualquer conjunto mediano. Ao alcance, por exemplo, deste Vitória de Setúbal amanhã à tarde no Estádio do Bonfim. E para aqui que aponta a maior expectativa, porque pode muito bem acontecer que esta previsão se confirme, e, nesse caso, adeus, ou quase, do Benfica à luta pelo título.

A jornada começa esta tarde com dois jogos às 16 horas,

e um é já aqui em Lisboa: o Sporting-Beira-Mar em Alvalade. Parece que não há xis nem dois e o Sporting vai desembarcar-se mais ou menos facilmente da resistência que os avelenses lhe vão fazer. O outro jogo é em Braga, onde o Sporting local(quase metade

o que é que o Porto, ainda um dos três grandes favoritos mesmo depois de já ter perdido dois pontos ao fim de quatro jornadas, pode fazer perante um conjunto que, entre outras coisas que já fez esta época, marcou sete golos num só jogo — depois de ter «levado» sete

pelo menos uma certeza antecipada: o Sporting — candeia que vai à frente, como se costuma dizer — não deixará o comando duma prova onde os três principais motivos de interesse continuam a ser os ganhos e as perdas dos três grandes favoritos: o próprio Sporting, o Benfica, e o Porto.

Um pouco surpreendentemente, depois da sangria nas suas fileiras, este Sporting de Hagan ainda não perdeu uma. Um pouco surpreendentemente, o empobrecido Benfica do infeliz Mortimore (até quando) tem-nas perdido quase todas. E o Porto de Pedroto não é ainda bem aquilo que se esperava. Amanhã ao fim da tarde poderão estar um pouco claras as perspectivas que de jornada para jornada se vão abrindo.

ESCALÕES IMEDIATOS

Os encontros de amanhã começam, como acima foi referido, não só para a Divisão maior como para as imediatas, às 15 horas, constituindo excepção ao novo horário dos «nacionais» os encontros antecipados para hoje no escalão superior (Sporting-Beira-Mar e Braga-Leixões), bem como — ainda hoje — o Riopolo-União de Lamas, na Pousada de Saramagos e Feirense-Sanjoanense, que também principiam às 16 horas e constam da II Divisão (Zona Centro). Outros jogos antecipados na mesma Divisão: Tirsense-Vilanovense (Zona Norte), Estrela-Peniche (em Portalegre), ambos na Zona Centro e Cuf-Almada (Zona Sul), todos com início às 15 horas.

Na III Divisão, também antecipados para hoje e com «arranque» às 15 horas, temos: Freamunde-Viseu e Benfica (série B), Almeirim-Cartaxo, em Almeirim (série D), Vilafranquense-Sacavenense em Vila Franca de Xira), sa série E. Com início às 16 horas, no mesmo escalão e em diversas séries: Lusitano-Leça, na B, e Casa Pia-Estrela, série E, em Lisboa.

Amanhã, com início às 15 horas: Espinho-Salgueiros; P. Ferreira-Penafiel; Vila Real-Famalicão; Fafe-Gil Vicente; Paredes-Régua; Lourosa-Chaves. (Zona Centro): Torriense-Portalegrense; Caldas-Marinhense; Acad. Viseu-Alba; Covilhã-U. Tomar; U. Leiria-U. Coimbra; Torres Novas-U. Santarém. (Zona Sul): Sesimbra-Lusitano; Alcochetense-Barreirense; U. Montemor Odivelas; Farense-Olhavense; Oriental-Sintrense; Juventude-Marítimo; e Esperança-Vasco da Gama.

Entretanto, o «Nacional» da I Divisão será interrompido por duas jornadas (10 e 17), recomendo em 24, dadas as nossas obrigações decorrentes da fase preliminar do Campeonato do Mundo, que nos coloca em confronto com a Dinamarca e a Polónia.

A PARTIR DE 2.ª FEIRA

Portugueses concentrados
para o jogo com a Polónia

A F.P.F., através do seu departamento competente que o eng. Abílio Rodrigues chefia, convocou já os jogadores que em princípio poderão defrontar, a partir das 21 e 30 do próximo dia 17, no Estádio das

Antas, a representação da Polónia em encontro a contar para a fase preliminar (apuramento) do Campeonato do Mundo que continua marcado para a Argentina.

Continua na pag. 17



Esta é a equipa do Beira-Mar, que esta noite, em Alvalade, procurará «locupletar» o primeiro ponto aos insaciáveis «leões».

da equipa constituída por ex-sportingistas de Alvalade) recebe o Leixões. O que parece mais provável é que o favoritismo dos anfitriões se confirme.

Amanhã há outro jogo interessante de seguir: é o Varzim-F.C. do Porto. Aqui o interesse é algo idêntico ao que envolve o jogo do Bonfim. Trata-se principalmente de saber

EXTERNATO GIL VICENTE

Rua General Garcia Rosado, 101
Telefones 562758-749531 (4.ª Estelama)

CICLO PREPARATORIO E LICEU

Num ano — Maiores de 13 anos
Laboratórios de Letras e Ciências
Aulas diurnas e nocturnas — Pequenos grupos
Professores experientes — Ambiente sossegado
Mensalidades acessíveis — Últimas inscrições

SALO

OU

OS 120 DIAS DE SODOMA

O FILME TESTAMENTO
DE

PIER PAOLO PASOLINI

EM 5.ª SEMANA

universal

NO CINEMA
As 15, 19 e 21 h.

AVISO: Este filme tem cenas eventualmente chocantes
Interdito a menores de 18 anos

As 17 e às 23 h. — NÚMERO DOIS — o último filme de Jean-Luc Godard.

HOJE, às 00.30 horas — A MULHER CASADA de Jean-Luc Godard

Desporto



Vela: «Regatas das Vindimas». Água e Espectáculo, a pretexto do Vinho.

(Foto de Bruno Neves)

GP do Estoril sob a égide do ACP

Cento e cinquenta e três pilotos, sendo 115 portugueses e 38 espanhóis, inscreveram-se nas sete provas portuguesas e uma espanhola que estão integradas no Grande Prémio do Automóvel Clube de Portugal que se disputam hoje e amanhã no Autódromo do Estoril.

Maria do Céu Tomas, ao pilotar um «Austin», no Turismo de Série (Agrupamento A) e que conta para o Regional de Iniciados, é a única mulher inscrita nas provas automobilísticas do Estoril.

Hoje o programa constou de verificações e treinos oficiais, com início às 10H00, prolongando-se pela tarde.

Amanhã, com início às 9H00 realizam-se as provas Fórmula Livre, Iniciados-Agrupamento A, Iniciados — agrupamento B, Campeonato Nacional de Velocidade — Agrupamento B, Campeonato Nacional de Velocidade — Agrupamento até 1300 CM, «Copa Renault 8 TS (Espanha)» e Campeonato Nacional de Velocidade — Agrupamento para mais de 1300 CM3.

A afixação dos resultados oficiais terá lugar na sala dos congressos do Hotel Sintra-Estorial, pelas 18H15 de amanhã.

"III RONDA DA HISPANIDAD"

Portugueses e italianos dominam classificações

António Fernandes perdeu o comando do Prémio da Montanha do «III Troféu da Hispanidad» e o segundo lugar que desde há dias ocupava na geral. Mas tudo em proveito de portugueses e da equipa portuguesa, que na «geral» apontou com Marco Chagas para a vice-liderança (posto de A. Fernandes) e na montanha «ameaçou» com a monopolização, porquanto o sangalense desceu para o segundo lugar e Alfredo Gouveia apossou-se da «chefia» da classificação. O domínio português seria total se Sérgio Colotti, um dos muitos bons ciclistas transalpinos, não tivesse rendido um seu companheiro no cimo da geral, enquanto Jaime Bretti ganhava a etapa Coslad-Coslada.

A prova termina amanhã em Cuenca e a equipa portuguesa cinco ciclistas (Marco Chagas, Alexandre Ruas, António Fer-

nandes, Alfredo Gouveia e Floriano Mendes) entre os primeiros vinte classificados, ocupando João da Costa o 31.º posto. Chagas está a 2 m. e 5 s. de Colotti e praticamente sem hipóteses de aspirar à vitória final nesta «III Ronda da Hispanidad», enquanto Ruas, embora em 6.º (a 13 segundos do quatro, o castelhano Anad) pode muito bem subir dois ou três «furos» na geral-final.

O circuito de ontem, realizado na distância de 120 quilómetros e nos arredores de Coslad, com partida e chegada naquela cidade a poucos quilómetros de Cuenca, foi uma demonstração do poder colectivo dos ciclistas portugueses e das qualidades de trepador que Alfredo Gouveia possui. O rapaz do Costa do Sol foi, de facto, o homem do dia ganhando quatro das contagens da montanha, o que lhe valeu as-

cender ao 1.º lugar em troca honrosa com Fernandes.

Portugal está em 2.º lugar na geral a 3 m. e 1 s. da Itália, Fernandes é o terceiro nas metas volantes (Sierre e Casatti, dois italianos, na vanguarda), Alfredo Gouveia comanda na montanha (como já referidos), e Ruas é 1.º na classificação por pontos.

GERAL INDIVIDUAL: 1.º Sérgio Colotti (Itália), 13 81 57; 2.º Marco Chagas (Portugal), 13 04 48; 3.º Casatti (Itália), m. t.; 4.º Abad (Castilla), 13 05 18; 5.º Javier Sedena (Castilla), 63 05 18; 6.º Alexandre Rua (Portugal), 13 05 23; 7.º Vicente Arquimbau (Castellón), 13 05 51; 8.º Provensi (Itália), 13 06 03; 9.º Jaime Bretti (Chile), 13 06 51; 10.º Salvador Galdez (Catalunha), 13 06 83; 14.º António Fernandes (Port.), 13 09 55; 16.º Alfredo Gouveia (Portugal), 13 11 07.

PORTUGAL

CONGRESSO

Mais de quarenta países participam no XVI Congresso da Federação Internacional de Andebol que amanhã, se realiza num hotel do Estoril. No decorrer da reunião serão submetidas a discussão as propostas de alteração dos estatutos da Federação, devendo ainda ser escolhido o local de realização do Congresso de 1978 e analisado o calendário de provas.

Questões relacionadas com os próximos Jogos Olímpicos de Moscovo e com o regulamento de organização do conselho serão, também, debatidas durante este encontro da instância superior do andebol mundial. Entretanto, encontra-se já em Portugal a delegação soviética, que é composta pelo secretário-geral da Federação de Andebol, pelo vice-presidente da Federação Internacional, e por um membro da Comissão Internacional de Arbitros.

Ontem, chegaram os restantes membros da Federação Internacional e os delegados do

México, Holanda, Suíça, Senegal, Austrália e Tanzânia. Encontra-se, também, em Portugal, Guilherme Espírito Santo, que com o estatuto de observador representará a República Popular de Angola.

PALMEIRAS

A equipa do Palmeiras Lisboa Clube, campeão de Portugal, que defronta o club «7 a 9», de Espanha, no próximo domingo, em jogo da primeira eliminatória da «Taça dos Campeões Europeus» de Ténis de Mesa, parte ao fim da tarde de hoje para Barcelona.

ANACLETO PINTO

Anacleto Pinto foi convidado pela «Spiridon», revista helvética de larga audiência nos meios desportivos, a participar em provas de fundo que se efectuarão na Suíça e em França. A primeira das provas está marcada para o próximo dia 10, e chama-se «Sierra Montana».

Após aquele «fundo», o atleta benfiquista poderá participar na subida do Mont Revald, em França antes da corrida de Montigny (Suíça), que se efectua treze dias depois (23).

Polacos nas Antas

Continuação da pág. 16

Os elementos referidos estarão, assim, presentes na última concentração antes daquele encontro (de acordo com o programa em tempos estabelecido), fase que se inicia na próxima segunda-feira. A concentração é ininterrupta e prolonga-se até ao próprio dia do desafio, que já está a despertar a concitação dos amantes do couro.

Eis os seus nomes: Botelho (Boavista), Bento (Benfica), Tibi (F.C. do Porto), Artur (Benfica), Pietra (Benfica), Rebelo (Vitória de Setúbal), Freitas (F.C. do Porto), José Mendes (Sporting), Rui Rodrigues (Académico), Teixeira (F.C. do Porto), Alves (Salamanka, Espanha), Toni (Benfica),

Octávio (F.C. do Porto), Vitor Martins (Benfica), Celso (F.C. do Porto), Seninho (F.C. do Porto), Manuel Fernandes (Sporting), Oliveira (F.C. do Porto), Nenê (Benfica) e Moínhos (Benfica), num total de vinte jogadores.

A concentração far-se-á, para os jogadores do Sul, na segunda-feira (quatro), às oito e quinze, na Estação de S. Apolónia, a fim de seguirem de comboio para o Porto. Os jogadores do Norte deverão concentrar-se no Hotel Mirasol, em Miramar, às 14 horas dessa mesma segunda-feira, dia 4. Os treinos processar-se-ão a partir do dia 4, estando o primeiro previsto para as dezasseis horas do mesmo dia, no Estádio das Antas.

HELICÓPTERO KA-26

MÚLTIPLAS APLICAÇÕES

- PESQUISA DE SUB-SOLO
- SALVAMENTOS DE PESSOAS E BENS (na terra e no mar)
- COMBATE A INCÊNDIOS (nas florestas e nas cidades)
- PULVERIZAÇÃO (insecticidas, adubos, etc.), dispondo dum dispositivo que lhe permite pulverizar também a parte inferior das folhas
- TRANSPORTE DE PESSOAS E CARGA (quase 1 000 kg)

VOO DE DEMONSTRAÇÃO

2.ª feira - dia 4 de Outubro - 14.00 horas

AEROPORTO DE LISBOA

Geral.

INTERPARLAMENTAR EM MADRID

"Emotiva solidariedade" para com a presença portuguesa

«Emotiva», assim classificou Vasco da Gama Fernandes a solidariedade manifestada pelas delegações parlamentares de 66 países para a presença da delegação portuguesa à Conferência da União Interparlamentar que recentemente se realizou em Madrid. O Presidente da Assembleia da República falava aos jornalistas ontem, à chegada, no aeroporto da Portela. A delegação portuguesa, que integrava representantes dos quatro principais partidos, partirá para a Conferência com o estatuto de observadora, por incerto ainda de pormenores técnicos. Todavia — e por proposta de alguns países, logo no início o Presidente da AR Portuguesa foi

eleito vice-presidente da Conferência. Durante os trabalhos, Portugal foi admitido no seio da União de que, lembra-se, já fizera parte até 1927.

Enquanto em Madrid, a delegação parlamentar portuguesa teve diversos contactos. Vasco da Gama Fernandes destacou os contactos com parlamentares espanhóis, em — que — disse — «estes expuseram os seus pontos de vista actuais sobre a situação espanhola». O Presidente da AR acentuou o ambiente de solidariedade que envolveu a delegação portuguesa: «Esta vez — disse — não estamos orgulhosamente sós, mas orgulhosamente bem acompanhados».

Diabril lança nova colecção

A editora Diabril vai lançar, já a partir da segunda semana deste mês, uma colecção de pequenos volumes em que serão abordados os temas principais da Constituição Política aprovada pela Assembleia Constituinte no pós-25 de Abril. A colecção intitula-se «Temas da Constituição» e são seus autores conhecidos profissionais de direito, políticos e jornalistas que tratarão, cada um, um tema determinado.

Dirigem a colecção os drs. Rui Pinheiro Moreira e Artur Maurício, juizes-adjuntos do Procurador da República, que são também autores do primeiro volume a sair: «A Constituição e o Processo Penal». Seguir-se-ão, na primeira série, e de 15 em 15 dias, «A Constituição e o Direito do Trabalho», por Pedroso Lima; «A Constituição — alguns conceitos fundamentais», por Luis Carvalho Oliveira; «A Constituição e o Direito Agrário», pelo juiz-adjunto do Procurador-Geral, dr. Dimas de Lacerda e «A Constituição das organizações populares de base», pelo advogado Fernando Luso Soares.

Até à quarta série e à publicação dos 20 volumes previstos, deverão sair para as bancas outros volumes da autoria, nomeadamente, de José Carlos de Vasconcelos (A Constituição e a Liberdade de Imprensa), Vital Moreira (A Cons-

tituição e a Organização económica do Estado), Macalister Malheiros (A Constituição e o Direito Fiscal), Vilaverde Cabral (A Constituição e as Relações internacionais) e Luis Catarino (A Constituição e o Poder Local).

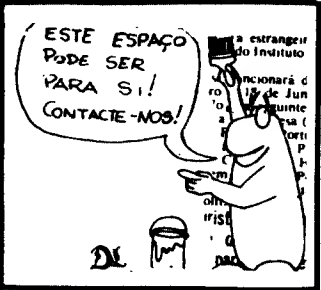
BARES - BOITES

RESTAURANTES TÍPICOS

DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13. Telef. 364859/368197. Rosy Strip-teaseuse

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/164526/264596/264621/264945



Eleições a 12 de Dezembro

A data para as eleições para as autarquias locais foi oficialmente marcada para 12 de Dezembro, que será um domingo.

Um suplemento ao «Diário da República» hoje publicado, insere o Dec. 708-A/76, o qual estipula que «o dia das eleições gerais dos órgãos representativos das autarquias locais será marcado por decreto do Governo com pelo menos setenta dias de antecedência».

O decreto hoje publicado, foi promulgado pelo Presidente da República no passado dia 30 de Setembro.

teatro do bairro alto

R. Tenente Raúl Cascais 1-A (ao Rato) Tel. 66 15 15. 66 92 05



CURTA CARREIRA todos os dias às 21.30 h Dom. às 18 h Descanso às 2.ª feira (M.13 anos)

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava geralmente pouco nublado e o vento era fraco.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H

PORTO	12°
COIMBRA	12°
PORTALEGRE	13°
LISBOA	17°
FARO	17°
FUNCHAL	21°

TEMPERATURAS EXTREMAS

FONTE BOA

Máxima 24°

PORTALEGRE

Mínima 8,5°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR	BAIXA-MAR
11.37	3,5 m 5.00
	17.54 1,7 m
Dia 3	
0.23	3,4 m 6.18
12.45	3,7 m 18.56
	1,5 m
Dia 4	
1.22	3,6 m 7.13
13.39	3,9 m 19.42
	1,3 m

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Nas regiões de Norte e centro: períodos de céu muito nublado com possibilidades de chuva fraca prevendo-se nas regiões do Sul diminuição de nebulosidade; vento fraco e nevoeiros locais pela da.

AMANHÃ

NAScer AS 7.34 OCASO AS 19.16



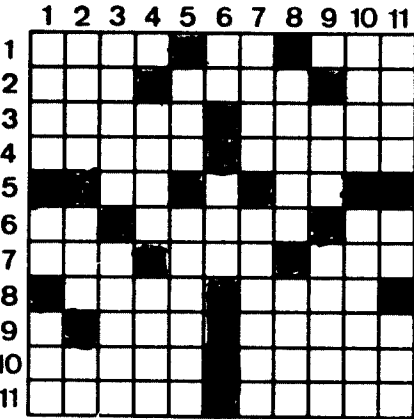
palavras cruzadas

COM PROVERBIO PROBLEMA N.º 11486

HORIZONTAIS:

- Freguesia do concelho e distrito de Leiria. Compare. Preposição.
- Palavra gaélica que significa filho e precede um grande número de nomes irlandeses e escoceses. Apellido. Estrépito de desmoroamento.
- Tragédia de Shakespeare. Não ir à escola (Prov. Transm.).
- Escória (Prov.). O mesmo que arpeou.
- Sufixo que designa estado. Ouro (s.q.).
- Senhor. Recuar. Centiare.
- Aqui está. Duna na Suécia. Tempo do verbo ir.
- Camareiras. Prender com eles.
- Olé. O mesmo que lárias (Prov. Transm.).
- Estai certo de. Falecimento de pessoa.
- Lavrás. Estamos.

Resolva completamente este problema? Procure agora em segundo passatempo o PROVERBIO nele inscrito.



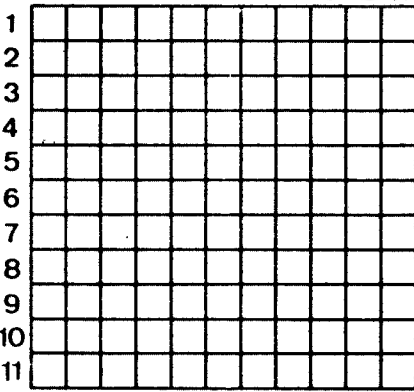
VERTICAIS:

- Grande afeição. Pronome reflexo. Emprega.
- Charneca. Braço de mar. Alentejo Real.
- Olhinho. Peixe do Brasil. Apellido. Levantei.
- Faço doação de. Freguesia do concelho de Tomar.
- Cento e um em romano. Transpira.
- Salário. Nome de duas estrelas do signo de Câncer.
- Curar. Ave palmípeda o mesmo que estercorário.
- Cidade do estado do Ceará (Bras). Circ. da Guiné.
- Cidade da Argélia. Espécie de coro, construído ao ar livre, para concertos musicais.
- Planta da família das canáceas de propriedades medicinais. Ataque de paralisia. Solitários.

NOVA MODALIDADE PROBLEMA N.º 7646

HORIZONTAIS:

- Antiga cidade da Macedónia.
- Elefante sem dentes, empregada em carros no Oriente. Fica ebrio.
- Fêmea do boi. Ruins.
- Velha. Nome antigo de Ceuta.
- Letra grega. Sua Santidade. Vossa Alteza. Érbio (s.q.).
- Patás. Arara.
- Costumara.
- Rei de Israel. Mula. Bigorna de aço sem hastes.
- Atilho. Pessoa impertinente, pegadilha (fig.).
- Paraíso terrenal. Ligo.
- Adições. Cidade de Itália.



VERTICAIS:

- Cidade de Portugal. Nome de letra (pl.).
- Preso com eles. Alumínio (s.q.). Compaixão.
- Árido. Acolá.
- Fechasses as asas para descer mais depressa. Ilha do Estado da Baía.
- Autores. Feto com a cabeça imperfeita e tronco rudimentar.
- Pronome pessoal.
- Rio da Rússia. Aparentas.
- Cercara com nimbo ou aureola. Eia!
- Levantai. Voz imitativa do ruído de cousa que se parte, especialmente de vidros.
- Parte do eixo de um planta que normalmente suporta as folhas. Serranos de Angola.
- Cidade do Estado do Ceará. Apellido da mãe de Luís de Camões.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11485

HORIZONTAIS:

- NÃO. Cara. HÁ.
- Ac. Bola. Tal.
- Talos. Pária.
- Anisara.
- Vall. Rica.
- Orate. Aura.
- Sc. An. Ma. SS
- Am. Apara.
- Trastes. Man.
- Rédes. Sloba.
- Es. Mi. Airão.

VERTICAIS:

- Nativos. Tré.
- Aca. Arcades.
- Lalá. Mad.
- BONITA. SEM.
- Cost. Enatal.
- Al. Se. Pê.
- Rapa. Amassa.
- Arruar. Il.
- Trair. Amor.
- Hai. Cás. Aba.
- Alapa. SENÃO

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7645

HORIZONTAIS:

- Ano. Tao. Sic.
- Ro. Trota. Al.
- Cró. Ara.
- Berat. Nelas.
- Acate. Taipé.
- Atai. Elsa.
- Re.
- Ra. Coral. La.
- Esta. Amem.
- Nerac. Otava.
- Arosa. Ma. Ao.

VERTICAIS:

- Arabá. Arena.
- No. Eça. Aser.
- Crato. Tro.
- Trata. Caás.
- Troteiro. Ca.
- Am. Era.
- Otantera. Om.
- Areal. Lata.
- Aliso. Ma.
- la. Apá. Lwa.
- Clise. Mamão.

PROVERBIO: Amor com amor se paga.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS DO SUL ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCATÓRIA

Ao abrigo da alínea b. do artigo 32.º dos Estatutos, convoco a Assembleia Geral do Sindicato a reunir em sessão extraordinária no dia 9/10/76 (Sábado) pelas 15 horas, no INATEL, em Setúbal com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- Discussão e Aprovação do Projecto de Regulamento do Congresso de todos os Sindicatos.
- Informações sobre as negociações do CCTV.

Setúbal, 1 de Outubro de 1976

Pel'º Presidente da Mesa da Assembleia Geral

António dos Anjos do Couto

Farmácias de Serviço

LISBOA

TURNOL-1
TODA A NOITE
ALVALADE
Gasparinho R. Dr. Gama Bar-
ros, 54-A (T. 710465)

AMOREIRAS
Amoreiras P. e Águas Livres
8-D (T. 685115)

ARCO CEGO
Providência Rua D. Filipa de
Vilhena, 9-C (ao B.º Socia
do Arco Cego) (T. 770324)

BENFICA
Souza Est. de Benfca, 429-
431 (T. 780027)

BOA HORA
Blotnar Rua D. João de Cas-
tro, 27-B (T. 638824)

CABO RUIVO
Barros Gouveia Rua Vale
Formoso de Cima, 79-B (T.
382180)

CAMÕES
Sanitas P. e Luis de Camões,
24 (T. 322798)

CAMPO DE OURIQUE
Ourique Rua Freitas Gazul,
32-B (T. 671667)

CHILE
Veral Rua Morais Soares,
609-111 (T. 321732)

CONDE REDONDO
Capuchos Rua Luciano Cor-
deiro, 2-A (T. 52076)

LUMIAR
S. Tomé Est. Desvio, lote
12-C (T. 790704)

PICHELEIRA
Mariz Calçada da Pichele-
ira, 140-B-C (Tels 720703 e
728395)

SANTOS
Reis Garrido Rua Janela,
Verdes 90 (T. 662327)

TURNOL-2
(Até às 22 horas)
ALVALADE
Alvalade Av. da Igreja, 16-A
(T. 777170)

AREIRO
Onida Av. João XXI, 13-A
(T. 726848)

AVENIDAS NOVAS
Dutra Av. Duque de Ávila
625 (T. 45225)

BAIXA
Tavares Rua Palma, 194 (T.
863350)

BENFICA
Progresso Est. da Damaia
64-C (T. 702226)

CALVÁRIO
Costa Rua Lusitadas, 30 (T.
636704)

ENTRECAMPOS
Alcantara Av. República, 74-
A (Entrecampos) (T.
771379)

GRAÇA
Colonel Rua Forno do Tijolo,
10 (T. 841122)

OLIVAS (Norte)
Central dos Olivais, Lda.
Rua Alfere Barriero Ruas,
7-C (Olivais Norte) (T.
315539)

REGO

Pratas e Mota Rua Benefi-
cência, 91 (ao Rego) (T.
773728)

RESTELO
Bom Sucesso Rua Bartolo-
meu Dias, 63-A (T. 611454)

SAPADORES
Alves de Carvalho Rua Vale
Santo António, 7-9 (T.
840125)

S. MAMEDE
S. Marçal Rua S. Marçal,
100 (T. 325318)

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Dias, Av. Marquês de Pom-
bal, lote 9 (T. 934588); Cam-
pos, R. Elias Garcia, 185
(T. 930072); Calbel, R. An-
tónio Sardinha, 23-D
(T. 938551)

DAMAIA
Confiança, E. Militar, lote D
(T. 9710231)

VENDA NOVA
Girassol, R. Elias Garcia, 17-
C (T. 974161)

QUELUZ
Zeller, R. da República, 83
(T. 950045)

CACÉM
Guerra Rico, Agualva

MEM MARTINS
Quimica, E. de Mem Martins,
285 (T. 2910012); Miranda
Garcia, E. de Mem Martins,
173-B (T. 2914103)

S. PEDRO DE SINTRA
Valentim (T. 980456)

SINTRA
Misericórdia, Vila
(T. 2930391)

COLARES
Abreja (T. 299088)

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Miraflores, R. António Gran-
jo, 2 (T. 2113161)

CAXIAS
Nova, R. Bernardim Ribeiro,
1-A (T. 242839)

PAÇO DE ARCOS
Pargana, Av. Eng. Bonnevill-
le Franco (T. 2435147). Toda
a noite

OEIRAS
Oeiras, L. Henrique Paiva
Couceiro (T. 2430485). Até às
22 horas

NOVA OEIRAS
Lela. Até às 22 horas

CARCAVELOS
Central. Toda a noite

S. DOMINGOS DE RANA
Godinhoda Silveira, Av. Sa-
bóia, 29-B (T. 260085). Até
às 22 horas

PAREDE
Mecau, R. J. Elias Garcia, 60-
C (T. 2471785). Toda a noite

SJOÃO DO ESTORIL
S. João, Quinta da Carreira,
29-A (T. 261186). Toda a noi-
te

AMOREIRA

Amoreira (T. 262313). Toda a
noite

CASCAIS

Marginal, Av. Marginal
(T. 280078). Até às 22 horas;
Nova, Ede Alvide, Fon-
tainhas (T. 281044). Toda a
noite

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Gameiro, L. Antóniodos Santos
Jorge, 15 (T. 234100)

ALHOS VEDROS
Portugal, Av. da Bela Rosa,
8 (T. 204250)

ALMADA
Castro Rodrigues, R. Capitão
Leitão, 21-A (T. 2750076)

BAIXA DA BANHEIRA
Nova Fátima, E. Nacional,
254-A (T. 2040141)

BARREIRO
Soares, Av. da República, 1
(T. 2073023). Até às 19 ho-
ras; Pimenta, R. Cons. An-
tónio Augusto de Aguiar,
259 (T. 2073012). Serviço per-
manente

COVA DA PIEDADE
Atlântico, R. Padre Manuel
Bernardes, 1 (T. 2764466)

MOITA
Silva Rocha, P. da Repúbli-
ca, 16 (T. 239029)

MONTUO
Moderna, R. Bulhão Pato, 60
(T. 2310156)

SESIMBRA
Lopes, R. Cândido dos Reis,
21 (T. 2233028)

SETUBAL
Marques, R. Arronches Jun-
queiro (T. 22783); Bonfim,
Av. Rodrigues Manito, 12
(T. 245558)

SEXAL
Godinho, L. da Igreja, 51
(T. 2218580)

PORTO

TURNOL 7
ATE AS 22 HORAS
Ameal, R. do Ameal, 1227.
Campo Alegre, R. do Campo
Alegre, 723. Ferreira da Sil-
va, R. dos Martires da Liber-
dade, 150. Peninsular,
R. Cha. 100. Melo Taveira,
R. Alcaide Faria, 77. S. Roque
da Lameira, R. d. S. Roque
da Lameira, 1111. S. da Ban-
deira, R. Sa da Bandeira,
236. Prelada, R. Central de
Franco, 316. Martino, Suc.
P. Marquês de Pombal, 122.
Pombeiro, Campo dos Marti-
res da Patria, 152. S. Lazaro,
Av. Rodrigues de Freitas,
297

COIMBRA

Rodrigues da Silva Rua Fer-
reira Borges, 32 (T. 24348)
S. José Arcos do Jardim (T.
24697).

Outros Espectáculos

LISBOA/Teatros

LAURA ALVES
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Vamos trocar de Mulheres»

MARIAMATOS
21.30 (18 anos)
«O Director de Ópera»

MONUMENTAL
20.30 e 22.45 (13 anos)
«As Coisas que o Padre Faz»

TEATRO ABERTO
21.15 (13 anos)
«O Círculo de Giz Caucasiano»

ABC
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Cada Cor Seu Paladar»

VARIEDADES
20.45 e 23.00 (18 anos)
«Isto é que me dói»

VASCO SANTANA
21.30 (13 anos)
«Fandango»

BAIRRO ALTO
21.30 (13 anos)
«Tambores na Noite»

ADÓQUE
20.30 e 22.30 (18 anos)
«A grande Cégada»

LISBOA/Cinemas

CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«Salão Filakath»

SATÉLITE
19.00 e 21.15 (13 anos)
«Foram os Deuses Astro-
nautas?»

PARIS
21.15 (18 anos)
«A mulher polícia faz Carreira»

JARDIM
21.15 (13 anos)
«Dracula»

LUMIAR
21.15 (18 anos)
«Harry o Vigário»

CINEARTE
21.15 (13 anos)
«A vingança de Monte Cristo»

CALBIDOSCÓPIO
21.00 (18 anos)
«Um Dia de Cão»

PROMOTORA
21.15 (18 anos)
«Contos imoriais»

CAPTÓLIO
21.00 (18 anos)
«Paraiso Carnal»

IDEAL
21.15 (13 anos)
«Única Saída»

EUROPA
21.15 (6 anos)
«A Canção da Noruega»

PORTO/Cinemas

VALE FORMOSO
21.15 (10 anos)
«Os Dez Mandamentos»

OLIMPIA
21.15 (18 anos)
«A professora de linguas»

TERÇO
21.15 (10 anos)
«Sansão e Dalila»

ESTÚDIO 400
21.30 (13 anos)
«Os Caminhos da Liberdade»

TRINDADE
21.15 (6 anos)
«Onde Está o Óscar?»

PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Delírio de Amor»

SÁ DA BANDEIRA
21.30 (18 anos)
«Marilyn e o Senador»

ÁGUA DE OURO
21.15 (13 anos)
«Passado Inesquecível»

S. JOÃO
21.15 (18 anos)
«Fogo no Sangue»

RIVOLI
21.15 (13 anos)
«Cavalgada Fantástica»

BATALHA BEBE
21.30 (13 anos)
«Diário de uma Esquizo-
frénica»

ESTÚDIO 11
«*» (6 anos)
«Um portodos... todos por um»

BATALHA
21.15 (18 anos)
«E Tudo o Banco Levou»

CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«Os 120 Dias de Sodoma»

JÚLIO DINIS
17.45, 21.15 (18 anos)
«Férias Violentas»

ESTÚDIO FOCO
21.15 (18 anos)
«Chove em Santiago»

COIMBRA

TIVOLI
21.15 (18 anos)
«Relações Escaldantes»

AVENIDA
21.15 (18 anos)
«Aminhainsaciávelcunhadinha»

S. TEOTÔNIO
21.15 (13 anos)
«Jesus Cristo Superstar»

GIL VICENTE
21.15 (10 anos)
«Os Gloriosos Malucos das
Máquinas Voadoras»

RESTELO

21.00 (18 anos)
«A mulher Polícia faz Carreira»

OLIMPIA

21.30 (13 anos)
«Dá-lhe Agora»

COLISEU

21.30 (13 anos)
«Trinitá Cow Boy Insolente»

VOX

21.15 (18 anos)
«Marilyn e o Senador»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Lido
21.15 (13 anos)
«Entre Dois Destinos»

AMADORA
Cineestúdio
21.30 (18 anos)
«O Amante»

AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (13 anos)
«A Batalha de Porto Arthur»

SINTRA

Artos Manuel
21.15 (18 anos)
«A mostarda sobe-me ao Nariz»

LINHA DE CASCAIS

CASCAIS
Kford
21.15 (13 anos)
«O Protesto»

ESTORIL
Asinro
18.15 e 21.15 (18 anos)
«Meninas de Bem»

CASCAIS
S. José
21.15 (13 anos)
«F todo o vento Levou»

OEIRAS
Oeiras-Cine
21.15 (18 anos)
«Ninho de Espiões em Is-
tambul»

PAREDE
Royal-Cine
21.15 (18 anos)
«A Estátua»

ESTORIL
Palácio
21.15 (13 anos)
«Os Canhões de Navarone»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
«Prazeres do Vigário»

Cinemas

CASTIL

Tel 630194 15, 17, 19 e 21.15

Intr. men. de 18 anos
Colorido
2.ª Semana

FELICIA

Um filme de Max Pécas
(Este filme contém cenas even-
tualmente chocantes)
Hoje às 24 h. anteestreia
Int. a men. 18 anos

UM AMOR COMO O NOSSO

IMPERIO

Tel 555134/5 15.15, 18.30 e 21.15

Grupo B 10 anos

**A GRANDE CORRIDA
A VOLTA DO MUNDO**
3.ª Semana

Tony Curtis, Jack Lemmon,
Nathalie Wood

A mais divertida comédia de todos
os tempos de Beake Edwards
70mm/M. ecran gigante

PONTIFAMA

Tel 323805 14.15, 16.30, 19 e 21.30

(Grupo C. M/14 anos)

Terence Hill e Bud Spencer em

DEUS PERDOA... EU NÃO!
Gargalhada e acção explosiva

ROMA

Tel 727778 15.30, 18.30, 21.15

Não acons. a men. de 18 anos

GOLPE AUDACIOSO
c/ Natalie Delon e Frederick
Stafford

MUNDIAL

Tel 538743 15.15, 18.30 e 21.15

Não acons. a men. de 18 anos

SHAMPOO
A comédia satirica que abalou a
América

CARLOS MANUEL

Tel 2930304 15 e 21.15

Para todos m/ 6 anos

A MOSTARDA SOBE-ME AO NARIZ
18.30 e 24 h. Int. men. 18 anos

A GARGANTA FUNDA

CALEIDOSCÓPIO

Tel 795093 14, 16.30, 19 e 21.15

Não acons. a men. de 18 anos

Al Pacino em

UM DIA DE CÃO

um filme de Sidney Lumet

EDEN

Tel 320768 14, 16.30, 19 e 21.15

Não acons. a men. de 18 anos

Al Pacino em

UM DIA DE CÃO

um filme de Sidney Lumet

ODEON

Tel 326283 15.15, 18.15, 21.15

Maiores de 14 anos

8.ª semana triunfal e última

O DIREITO DE NASCER
A odisseia das mães solteiras

APOLLO 70

Tel 763114/00, 16.30, 19.00 e 21.15

Hoje às 24 h.
Grupo D (18 anos)

PRIMEIRA PÁGINA
Amanhã às 11 h. manhã infantil
Para todos

O HEROI DO REGIMENTO
com Jerry Lewis
Amanhã às 24 h.
Grupo D (18 anos)

ENSINA-ME A VIVER
de Hal Ashby

CASINO ESTORIL

Tel 264521/264996 18.15, 21.15

Às 15.30 Matinée infantil

MARA, A RAPARIGA DA SELVA

S. JORGE

Tel 554153 15.15, 18.15 e 21.15

Não acons. men. 18 anos

3.ª Semana

A MULHER, O AMOR E O ÓDIO
Philippe Noiret, Romy Schneider
3 Oscars do cinema francês!

RESTELO

Tel 610376 15. e 21. h.

Não acons. a men. de 18 anos

**A MULHER POLÍCIA FAZ
CARREIRA**

AVIS

Tel 47163 15.15, 18.15, 21.15

Não acons. men. 13 anos

21.ª Semana

BOBBY
A projecção do filme começa 5
minutos após os horários

ESTÚDIO

Tel. 55515.00, 17.00, 19.00 e 21.15

Não acons. a menores de 13 anos

A INTENTONA
(O 6 de Julho) — 5.ª Semana
Com Yul Kayurov no papel de
Lenine

ESTÚDIO 444

Tel 779095 15.15, 17.18.45 e 21.15

Int. men. 18 anos

DESENHOS PICANTES
2.ª Semana
Hoje às 24 h.
LUXÚRIA

D. JOÃO V

Tel. 971794 21.15

Não acons. a men. 18 anos

DECAMERON N.º 2
Amanhã o mesmo programa

Na FIGUEIRA DA FOZ o
DIÁRIO DE LISBOA vende-se na
PAPELARIA PESSOA

Na FIGUEIRA DA FOZ o
DIÁRIO DE LISBOA vende-se na
CASA AFRICANA

Em PORTIMÃO o **DIÁRIO DE
LISBOA** vende-se na **CASA IN-
GLESA**

UNIVERSAL

Tel 774402 15.00, 19.00, 21.00

SALOOUOS 120 DIAS DE SODOMA
de Pasolini
Int. men. 18 anos

Às 17.00 e 23.00

NÚMERO DOIS
de Jean Luc Godard
Hoje às 00.30

A MULHER CASADA
de Jean Luc Godard

CONDES

Tel 322523 13.30, 16.15, 19 e 21.45

Grupo B... M. 10 anos

TORA! TORA! TORA!
a gigante epopeia jamais fil-
mada
c/ Martin Balsan e Joseph Cotten
Hoje às 24.00

JOVENS E ATREVIDAS
Não acons. men. 13 anos

BERNA

Tel. 776098 15.15, 18.15, 21.15

Não acons. men. 13 anos

Treine-os! Excite-os! Arme-os!
Largue-os em território nazi!

DOZE INDOMÁVEIS PATIFES
Um filme de Robert Aldrich
7.ª semana

LONDRES

Tel 801315 14.16.30, 18.45 e 21.15

Não acons. men. 18 anos

O PORTEIRO DA NOITE
c/ Dirk Bogarde e Charlotte
Rampling
Hoje às 24. n.

Não acons. m. 13 anos

JOVENS E ATREVIDAS

ROXY

Tel 48550 15, 18 e 21.15

Para Todos

A alegria entra-lhe no coração

A CANÇÃO DA NORUEGA
c/ Torlav Maurstad
Christina Schollin

TIVOLI

Tel 570595 15.15, 18.30 e 21.15

Não acons. a menores de 18 anos

CATHERINE, S. A. R. L.
Uma comédia leve tão espirituosa-
mente picante como uma taça de
champagne!

ALVALADE

Tel 897480 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

Luis de Funés em

AS FÉRIAS GRANDES
Um filme de Jean Giraut

Para todos

PATHE

Tel 821933 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

Int. men. de 18 anos

Uma crueldade soberba e
delirante...

O GRANDE DELÍRIO
com Jean Seberg, Pierre Blaise
e Stefania Casini
Hoje às 24 h.

O mesmo programa

NIMIS

Tel 574313/574313

14.15, 16.30, 18.45, 21.15

Não acons. men. 18 anos

CHOVE EM SANTIAGO
13.ª semana

O Chile de Allende a Pinochet



RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO GERAL
 RUA CASTILHO, 185, 1.º, 2.º
 TEL. 654531/2/3/4
REDAÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS E PUBLICIDADE
 RUA LUZ SORIANO, 44
 TEL. 321154/5, 320271/2/3
 RUA DA ROSA, 75
 END. TEL. DIBOA TEL. 12363
 LISBOA-PORTUGAL

PARA PREPARAR ELEIÇÕES

GDUP's reúnem-se em Encontro Nacional

Realiza-se este fim-de-semana, no Instituto Superior Técnico, um Encontro Nacional dos GDUP's, para discutir e organizar a intervenção daqueles agrupamentos no processo eleitoral para as autarquias locais e para preparar o Congresso dos GDUP's. O encontro decorrerá nas instalações do Instituto Superior Técnico e nele participarão representantes dos Secretariados dos GDUP's e de outras estruturas de direcção. Terá como Ordem de Trabalhos durante a tarde

de hoje a discussão de questões relacionadas com as autarquias locais e à noite a preparação do Congresso e marcação da respectiva data. Amanhã, domingo, haverá uma sessão pública onde serão divulgadas as conclusões do Encontro e dada a conhecer a composição da Comissão Eleitoral de Unidade Popular, após o que se realizará uma festa popular, para a qual foi convidado o major Otel e em que actuarão Sérgio Godinho, Vitorino e o GAC.

PARA PARTICIPAR NA ASSEMBLEIA DA ONU

Medeiros Ferreira parte amanhã para Nova Iorque

Parte amanhã ao princípio da tarde para Nova Iorque, onde vai participar nos trabalhos da 31.ª sessão da Assembleia Geral da ONU, o ministro português dos Negócios Estrangeiros, Medeiros Ferreira.

Com o ministro Medeiros Ferreira partirá também uma comitiva que inclui o embaixador Magalhães Cruz, director-geral dos Negócios Políticos do Ministério dos Negócios Estrangeiros e o respectivo adjunto, José Manuel Vilas Boas, o adjunto do gabinete do ministro, Carlos Neves Ferreira, o secretário do ministro, José Manuel Lameiras e o dr. Vasco Pulido Valente Correia Guedes.

O regresso a Lisboa do ministro Medeiros Ferreira está previsto para o próximo dia 8.

RELAÇÕES COM ANGOLA

Entretanto o chefe da diplomacia portuguesa regressou

ontem ao fim da tarde de Cabo Verde, onde assinou, com José Eduardo dos Santos, ministro angolano das Relações Exteriores, um acordo no sentido de normalizar as relações entre Portugal e Angola.

Medeiros Ferreira, em declarações prestadas no Aeroporto de Lisboa, confirmou para breve a instalação de embaixadas e consulados em Lisboa e em Luanda, afirmando ainda que as relações entre os dois países deverão garantir vantagens mútuas, adiantando, também que, de imediato, se tentará garantir uma mais livre circulação de pessoas. O ministro disse também que de momento o lado humano é o que terá de ser objecto de resolução imediata, e devendo os restantes aspectos do contencioso entre Portugal e a República Popular de Angola demorar algum tempo a ser resolvidos, através do trabalho paciente das comissões que serão criadas.

Portugueses detidos em França com os bolsos cheios de marcos

MADRID 2 — (ANOP) — A Polícia francesa da Alfândega de Hendaya prendeu ontem quatro portugueses que pretendiam entrar, em França, com cerca de meio milhão de marcos alemães, numa tentativa de tráfico ilegal de divisas. Segundo fontes citadas pela agência espanhola «CIFRA», tratava-se da evasão de capitais portugueses com destino à Suíça e

Alemanha.

A Polícia fronteiriça, tanto francesa como espanhola, tem intensificado ultimamente a vigilância nas diversas fronteiras e nos últimos dias prendeu pelo menos dez portugueses. Além destes quatro, deteve no passado fim-de-semana três imigrantes clandestinos e outros três que pretendiam passar com marijuana.

RODÉSIA NA TRANSIÇÃO

Abel e Nkomo já se entenderam

A Grã-Bretanha e os Estados Unidos enviarão destacados representantes a Salisbúria para uma conferência sobre a formação de um Governo de transição na Rodésia — anunciou esta manhã em Londres o Foreign Office.

O comunicado dizia que Ted Rowlands, ministro de Estado no Foreign Office, e o secretário assistente dos Estados Unidos para os Assuntos Africanos, William Schaefele, teriam primeiro consultas em Dar Es-Salaam antes de seguirem para a capital rodésiana.

Círculos oficiais disseram que os dois enviados deverão discutir a proposta conferência, organizada pela Grã-Bretanha, com o primeiro-ministro Ian Smith e com dirigentes nacionalistas negros rodésianos durante a sua permanência em Salisbúria.

O comunicado do Foreign não fornece datas para as planeadas conversações em Dar Es-Salaam e Salisbúria.

Círculos informados revelaram que Rowlands tivera na quinta-feira conversações em Maputo como o presidente de Moçambique, Samora Machel.

Dirigentes nacionalistas rodésianos rivais reuniram-se on-

tem, entretanto, no Botswana, um dos países que se opõe aos planos de Kissinger para a África Austral, numa iniciativa para estabelecer a unidade negra antes de conversações mais vastas sobre a maneira de pôr termo ao regime minoritário branco na Rodésia.

Assim, Nkomo e Abel (respectivamente chefes das facções internas e externas do Conselho Nacional Africano) conferenciaram durante meia hora. Ambos os homens indicaram que voltariam a conferenciar brevemente, «mas em Salisbúria».

Nkomo, frequentemente indicado como o primeiro-ministro negro da Rodésia, disse que o encontro com o seu rival decorreu «muito bem». O bispo Muzorewa declarou «Falamos e continuamos ainda a falar. Mas ainda não há nada que mova montanhas».

Observadores declaram que se Nkomo conseguir estabelecer um compromisso com Mugabe e o bispo Muzorewa, colocar-se-á numa importante posição quando a Rodésia se encaminhar para um Governo negro.

Mugabe é considerado como detentor da lealdade política da maior parte dos guerrilhei-

ros que estão a desencadear uma guerra contra a Rodésia a partir de bases em Moçambique. O bispo Muzorewa, ape-

sar da sua longa ausência, contaria aparentemente com maior apoio de base do que Nkomo dentro da Rodésia.

CONSELHO DE SEGURANÇA

Condenada a administração sul-africana da Namíbia

Quatro ministros dos Negócios Estrangeiros dos países da África Negra (segundo um telex da ANOP/AP) pediram fortes medidas do Conselho de Segurança para forçar a África do Sul a deixar de administrar a Namíbia.

Todavia, círculos bem informados dizem que os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a França vetarão certamente qualquer pedido de sanções económicas contra o regime de Pretória.

«Há demasiado tempo que a África do Sul desafia e ridiculariza as decisões da ONU», declarou o ministro zambiano dos Negócios estrangeiros Sitteke Mwale.

«Chegou a hora das Nações Unidas modificarem a sua posição em busca de uma solução para o problema da Namíbia», acrescentou.

Mwale e os ministros dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Joaquim Chissano e do Gana, Roger Felli, juntaram-se a outros diplomatas africanos que têm apoiado o pedido da Organização Popular do Sudoeste Africano (SWAPO) para aplicação de sanções económicas e, sobretudo, embargo no envio de armas para a África do Sul.

Os ministros falaram durante o debate do Conselho de Segurança destinado a determinar se a África do Sul aceitou o plano deste organismo para realizar eleições até 30 de Agosto último.

Em vez de realizar as eleições, o regime de Pretória convocou uma conferência birracial, na qual foi delineado um plano que prevê a autonomia do território dentro de dois anos.

A RTP em crise: decisões a "alto nível"?

Continuação da pág. 1

tentativa de conseguir apoio para Tomás Rosa. Os socialistas da televisão mostraram-se, segundo observadores, muito renitentes.

Recordamos que o Presidente da República, general Ramalho Eanes, foi durante algum tempo presidente do conselho de administração da RTP. A gravidade da situação na RTP poderá levar a decisões «a alto nível».

ARTUR RAMOS: DUAS VEZES DESPEDIDO

Artur Ramos é um caso curioso. Pela segunda vez é despedido da televisão. A primeira foi em 1961. Foi chamado ao ministro da Presidência, Correia de Oliveira que justificou a demissão de Artur Ramos por este «não ser afecto ao regime». «Como é que sabe?» — perguntou Artur Ramos. «Tenho cá os meus canais» retorquiu-lhe o ministro do regime fascista. Artur Ramos só regressaria à TV depois do 25 de Abril, «para voltar a ser despedido, agora, por responsáveis de um regime que se pretende oposto ao que caiu em Abril de 74» — disse-nos Artur Ramos.

«De notar que eu ainda fiz alguns programas no tempo do

marcelismo. E agora nem isso» disse-nos esta manhã Artur Ramos. Entretanto, e depois de conhecidos os despachos de Tomás Rosa, os delegados sindicais da RTP, reunidos em plenário, aprovaram uma moção em que «repudiam e condenam veementemente o despedimento dos 23 trabalhadores» e «alertam todos os trabalhadores da RTP para o que represente a grave e atentatória do direito ao trabalho a decisão do capitão Tomás Rosa». Os delegados sindicais fazem notar que «de decisões semelhantes poderá cada trabalhador da RTP vir a ser vítima no futuro».

UM JUIZ

Recordamos que a Comissão Nacional de Inquérito aos acontecimentos do «25 de Novembro» havia ilibado de qualquer culpa os suspensos da televisão. Mas Tomás Rosa é superior a isso. «É um atropelo completo», afirmou-nos Mário Vieira de Carvalho.

O despacho agora assinado baseia-se em processo instruído pelo juiz do Tribunal de Trabalho, Azevedo Soares, desde sempre contestado quer pelos suspensos quer pelos sindicatos. O juiz Azevedo Soares dirigindo-se aos suspensos e quando estes se referiam à P. I. D. E., terá afirmado «não autorizo que o sr. empregue tais expressões em relação à Polícia de Defesa do Estado» ou então que «os trabalhadores em situação de crise, deveriam ir ao cinema ou ficar em casa e deixar as forças militarizadas resolver o problema».

DELEGADOS SINDICAIS DO «DL» E AS DEMISSÕES NA RTP

Os delegados sindicais da Redacção do «Diário de Lisboa» tomaram conhecimento, com viva indignação, do despedimento em circunstâncias ir-

regulares de 23 trabalhadores da Radiotelevisão Portuguesa, profissionais da Informação com provas dadas ao serviço do povo.

Não podem, por isso, deixar de vincar publicamente o seu repúdio perante mais este atentado contra a democracia, praticado num momento de franca crise interna na RTP. A nada disto é estranho o capitão Tomás Rosa, actual presidente do Conselho de Administração da RTP, bem conhecido dos trabalhadores pelas medidas antioperárias e de recuperação capitalista que pôs em prática quando ministro do Trabalho do VI Governo Provisório.

Os delegados sindicais do «DL» desejam testemunhar a sua solidariedade de classe para com os trabalhadores da Informação agora despedidos irregularmente e alertar o público para as graves consequências de tal medida. Saneamento prepotentemente profissionais reconhecidamente competentes, honestos e democratas significa abrir as portas às forças da reacção e do fascismo, degradar a informação televisiva, mistificar a opinião pública, favorecer a escalada do grande patronato, prejudicar todos os trabalhadores portugueses, trair o povo».

Empresa pública de saneamento em Janeiro

PORTO — Está previsto para o próximo mês de Janeiro o arranque da empresa pública de saneamento básico do Porto que englobará 23 serviços municipalizados de águas, saneamento e limpeza — anunciou, ontem, nesta cidade, o coronel de Engenharia Morais Barroco, secretário de Estado dos Recursos Hídricos e do Saneamento Básico.

A empresa pública, englobando vários concelhos do Porto, Aveiro e Viseu, será a primeira do género no País, estando já em fase de ultimização do respectivo projecto.

A visita de trabalho do coronel Morais Barroco, que se deslocou ao Porto acompanhado dos directores-gerais dos Recursos Hídricos e do Saneamento Básico, esteve directamente relacionada com a constituição da nova empresa pública, tendo aquele membro do Governo participado em diversas reuniões de trabalho

com técnicos e elementos da comissão instaladora.

ALCATIFAS: BURLA DE 4 MIL CONTOS

Deu entrada no Tribunal de S. João Novo, um processo contra um indivíduo de raça cigana, José Lopes Domingos, residente na Rua António Cândido, Parede (Cascais) até à altura de se ausentar do País, acusado de ter passado dois cheques sem cobertura no valor de quatro mil contos ao proprietário de um hotel do Porto. Aquela importância destinava-se ao fornecimento de alcatifas vindas de Inglaterra e havia sido entregue pelo industrial ao referido cigano. Como este não entregasse nem alcatifas nem o dinheiro foi assediado pelo dono do hotel e acabou por passar os referidos cheques, que se destinariam a devolver a importância recebida. Os cheques foram passados em nome de uma mulher que vivia com o cigano e autorizada, por procuração, a movimentar a sua conta. Quando o dono do hotel pretendia descontá-los verificou que não possuía cobertura.

TIAGEM MÉDIA DIÁRIA
 NO MÊS ANTERIOR: 39.984 EXS.

ALLIANCE FRANÇAISE

A MAIOR E A MAIS AFAMADA ESCOLA DE ENSINO DA LÍNGUA FRANCESA NO MUNDO

CURSOS DE FRANCÊS

LISBOA: Rua Braamcamp, 13-1.º e Avenida Almirante Reis, 183-1.º D.
 ALMADA: Rua Luis Queirós, 6-1.º Eeq.
 ALGÉS: Parque Miraflores, lote 111-1.º D. Frente
 S. JOÃO DO ESTORIL: Quinta da Carreira, lote 30, r/c. Eeq.

ESTÃO ABERTAS AS INSCRIÇÕES



2 DE OUTUBRO
DE 1976

sete
PONTO
sete

AGENDA SEMANAL  DOS TEMPOS LIVRES
ARTE, ESPECTÁCULO, PASSATEMPO & DIVERSOS

suplemento semanal

Diário de Lisboa

sete
PONTO
sete



teatro
carlos porto 10-11

cinema

10-11 jorge leitão ramos



Música:

mário vieira de carvalho 12



televisão

12



Lisboa, 2 a 7 de Outubro de 1976

Orientação gráfica de Rodil Garcia



5ª-EXPOSIÇÃO CANINA
INTERNACIONAL DO ALGARVE

16 e 17 de Outubro de 1976

ALDEIA DAS AÇOTEIAS
ALBUFEIRA

PATROCINADA PELA
FEDERAÇÃO CINOLÓGICA INTERNACIONAL
INSCRIÇÕES

Contacte Clube Português de Canicultura
Praça D. João da Câmara, 4/3º LISBOA
das 16 as 20 horas -Telel: 321478

ENCERRAM NO DIA 6 DE OUTUBRO

ALOJAMENTO

PREÇOS ESPECIAIS DE 140\$00 A 300\$00

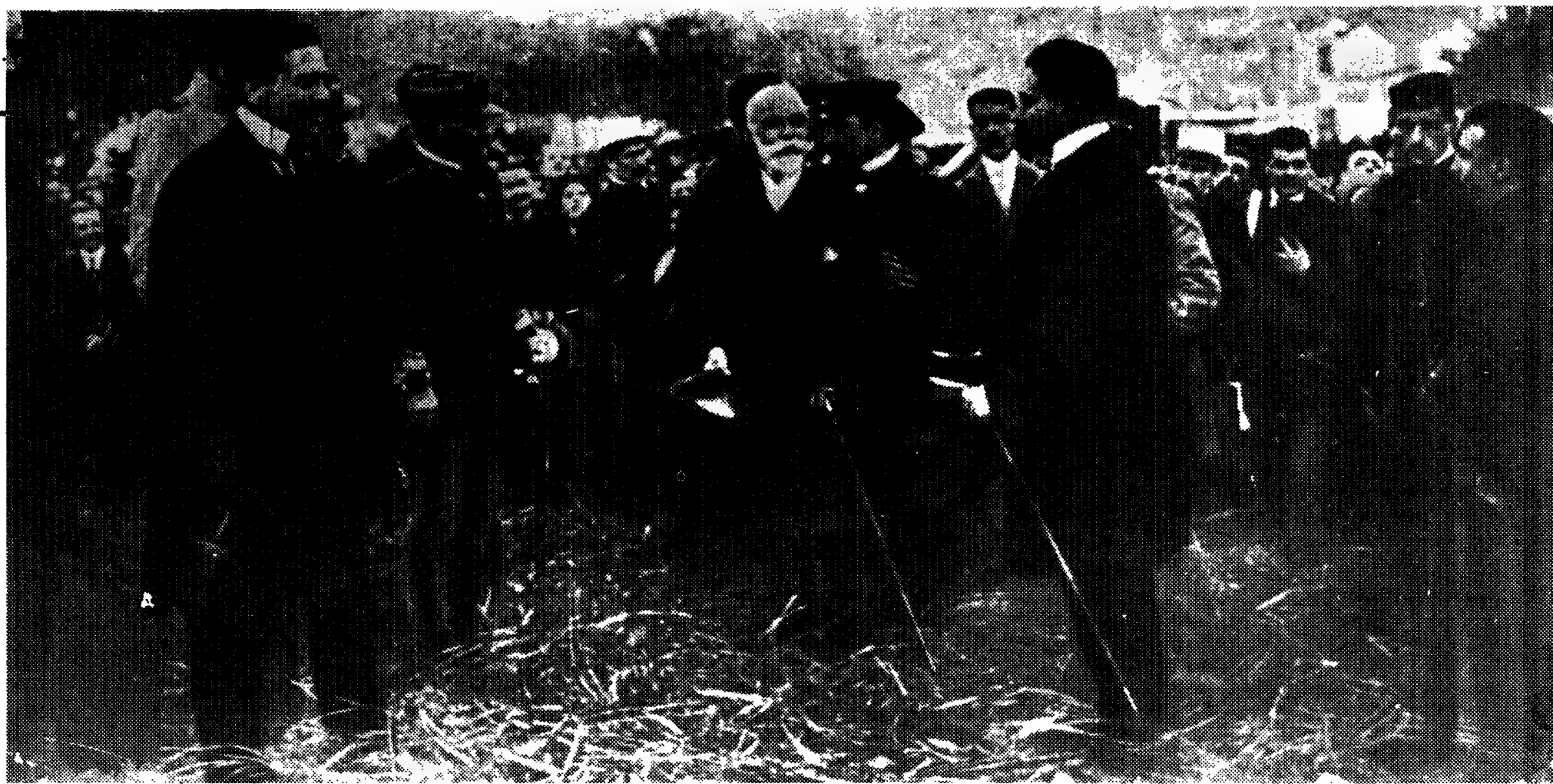
Contacte Touring Club de Portugal

Av. da Liberdade, 258 - 10º

Telefs. 561011 a 561019 - Telex 12321

05 de Outubro

Mais do que uma revolução destinada a substituir um regime por outro, o 5 de Outubro foi um grito de raiva e de esperança. De raiva, na medida em que os portugueses não podiam suportar por mais tempo o triste espectáculo de verem a sua terra afundar-se lentamente perante a impassividade de governantes vinculados a um passado que só eles teimavam em manter vivo. De esperança, porque exprimiu um desejo imenso de actualizar Portugal em relação ao mundo que há muito o ultrapassara. Isto, independentemente do significado do 5 de Outubro no evoluir histórico português ou, melhor, da etapa que a revolução republicana representou no processo de transformação da sociedade portuguesa. É tão errado minimizar o 5 de Outubro a título de que foi uma revolução burguesa, como valorizar, actualmente, a ideologia dos revolucionários da Rotunda. O 5 de Outubro de 1910 foi a revolução possível no dia 5 de Outubro de 1910 e abriu as portas a uma série de transformações que viriam a afectar profundamente a sociedade portuguesa. Erra sempre quem, olhando do alto da escada, minimiza os degraus que teve de prete de percorrer para chegar lá. A três dias da celebração do 5 de Outubro — celebração só possível porque a esse degrau se sucederam outros mais próximos do topo da escada — o «7.7» dedica-lhe este número. Não o faz num tom sério e grave porque não está na sua índole vestir-se de gala para entrar, aos sábados, em casa dos seus leitores. Antes pelo contrário: rebuscou em velhos arquivos e publicações algumas notas curiosas que misturou com outras a fim de não perder de vista o seu objectivo de ajudar a preencher as horas vagas de quem o lê. Combinam-se, neste «7.7» o sério e o cómico, porque não há instituição, por mais séria que seja, que não tenha o seu lado cómico. E os homens do 5 de Outubro — como todos os homens — tiveram o seu lado cómico, um lado cómico que não passou despercebido do povo, como se depreende por alguns dos elementos que apresentamos neste número sem que essa apresentação apresente menor respeito pelas pessoas visadas. Divididos, rancorosos, e cada vez mais sectários, os portugueses estão a perder-se a si mesmos transformando-se nuns seres mesquinhos e ridículos que, por não saberem rir de si mesmos, acabarão por dar vontade de rir ao mundo. Rir não é sinal de respeito — é sinal de saúde. Para além deste tema, o «t.7» desta semana tem as informações habituais sobre cinema, teatro, música e discos, se lhes agradar, consideraremos que o nosso esforço foi compensado.



Os revolucionários na Rotunda. Esta fotografia, muito pouco conhecida, deve ter sido tirada na manhã do dia 6 de Outubro e, a julgar pelas expressões dos presentes no local, o perigo tinha passado.

Mini-Album evocativo da República

Quem assistiu às primeiras horas da República Portuguesa, nas ruas de Lisboa, ficou tendo desse dia uma vaga recordação de sonho, uma impressão fulgente, de alegria, de libertação, de fraternidade festiva. Correram dez meses sobre a proclamação de novo regime e já evocamos esse momento com saudade. Já nos parece bem longínquo esse passado de ontem, com o seu prestígio de data histórica, de padrão glorioso para que eternamente volverão os olhos as gerações do porvir.

Nas avenidas e nas praças, a multidão como que estremunhada abria os olhos para a sua libertação e a sua redenção. O clangor das bandas marciais espalhava, pelo ar inundado de sol, os compassos da *Portuguesa*. Já se podia gritar: *Viva a liberdade!* ou *Viva a República!* sem um terço nos apalpar os ossos ou uma bala nos varar o peito.

No Tejo, que o docel de uma tremulina de luz cobria, os barcos de guerra tinham desfraldado a bandeira da Revolução. E, em terra, o desfilar dos esquadrões, entre o povo, levantava clamores de suprema alegria. Os maltrapilhos, esquecidos da fome no cándido entusiasmo, do triunfo, guardavam os bancos e as casas dos ricos.

À noite afixaram-se as primeiras proclamações e os primeiros editais da República. Os contingentes das tropas acampavam nas proximidades do quartel-general, enquanto os oficiais se apresentavam. E, ao Ministério da Guerra, onde o Governo Provisório acaba de se instalar para os primeiros decretos e ordens, a cada momento chegavam telegramas da província, anunciando saudações e adesões das terras distantes.

As outras cidades, as aldeias, os povoados incultos e fanáticos arrepiavam de receios,

arrefeciam de dúvidas o entusiasmo das primeiras horas. Temia-se vagamente um levantamento de populações ignorantes, incitadas pelos padres, que viessem, armadas de chuços e com a cruz alçada, pregar a guerra santa contra os jacobinos vencedores.

Mas a província não se revoltava. Por toda a parte os caciques monárquicos arrancavam os galões do antigo regime e cobriam galhardamente o peito com as insígnias das instituições triunfantes. O povo obscuro das aldeias mostrava-se quase indiferente. Havia quem se espantasse dessa inércia, desse desprendimento, dessa atonia, sem um vislumbre de hostilidade terrível ou de aplauso carinhoso — não se lembrando que a rude gente, a pobre gente dos nossos serões mal desbravados, tão cega vive, que o sol da liberdade não só não a pode fazer erguer os braços para uma benção reconhecida, mas nem ao menos ferir-lhe mortificadamente os olhos, habituados a uma treva secular.

Essas primeiras horas da República, em Lisboa, recordam-nas os bons republicanos, ainda hoje, com o vago deslumbramento de quem folheia uma epopeia de amor, de abnegação e heroísmo. Na antecâmara do Ministério da Guerra, conversaram e abraçavam-se, sorrindo, homens graduados da República que andam para aí, ao cabo de dez meses, na feira do Parlamento e do jornalismo, jogando uns aos outros as mais tremendas e certeiras bordoadas de varapau ferrado. Porque começaram logo os descontentamentos? Será verdade que uma Revolução, para ser esplendidamente fecunda e harmoniosa, precisa de ser bem regada com sangue e não pode, por desgraça, nascer, como a nossa, entre sorrisos de idílio, de perdão e de paz, para vencidos e vencedores?

Lisboa, 12 de Agosto de 1911

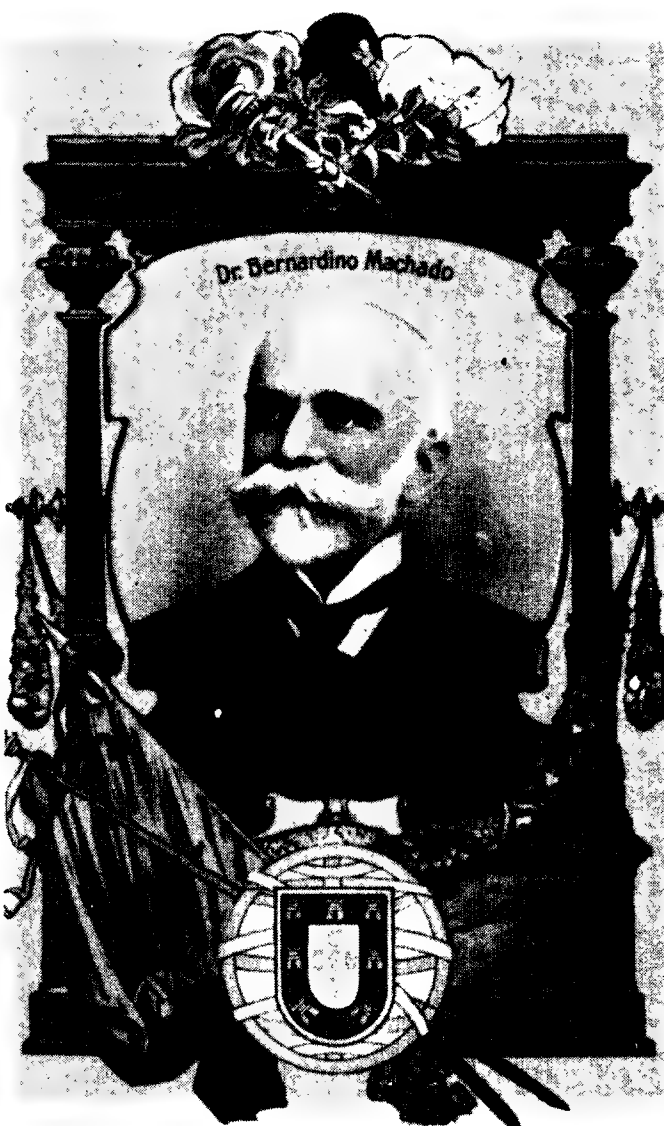
Luis da Câmara Reis

Na capa deste «7.7» publicamos a fotografia de José Relvas proclamando a República da janela dos Paços do concelho no dia 5 de Outubro. Nesta fotografia, que faz parte da mesma série, figura Camacho, tendo da mesma janela, a constituição do Governo Provisório





Teófilo Braga (Joaquim Teófilo Fernandes Braga) presidiu ao Governo Provisório que subiu ao poder depois da queda da monarquia. Em 1915, depois do 14 de Maio, subiu à Presidência da República. Curiosamente, foi um dos políticos menos ridicularizados da época e são raras as suas caricaturas que se podem classificar de verdadeiramente cruéis. Manuel de Arriaga, o primeiro presidente constitucional da República suscitou, como não podia deixar de ser, as mais vivas críticas sobretudo da parte dos elementos mais afectos ao regime deposto. Tal como Teófilo Braga, porém, não foi muito alvejado pelo humor ou pela sátira do tempo. Ou por ter vivido um pouco afastado dos «clubes» partidários e das intrigas políticas ou por ter desempenhado funções que o colocavam acima das pequenas questiúnculas dos gabinetes, escapou ao humor dos caricaturistas. Afonso Costa, mais do que qualquer outro político do seu tempo, transformou-se no símbolo da República e não há sombra de dúvida de que as



suas primeiras leis alteraram radicalmente a estrutura jurídica em que assentava a sociedade portuguesa. Por isso mesmo, foi o alvo preferido dos caricaturistas da época que lhe não perdoavam nada. Difamado, injuriado e atacado por quantos pretendiam manter o país vinculado ao passado, Afonso Costa foi o alvo preferido dos caricaturistas. Nestes três postais aparece, primeiro glorificado, depois transformado no «rei» que tanto contribuiu para destronar e, por fim, ridicularizado. Bernardino Machado, sempre engravatado, foi outro político que suscitou inúmeras controvérsias. As suas caricaturas não têm conta, umas «bondosas» e outras francamente destinadas a liquidá-lo politicamente. O quadro que reproduzimos, em que Bernardino Machado conversa com Cristo é curiosíssimo por mostrar o gosto da época. Hoje, seria impossível encontrar um pintor que se lembrassem de juntar num quadro, conversando amavelmente, Cristo e, por exemplo, o general Vasco Lourenço e o ministro Almeida Santos.



Mini-antologia do humor parlamentar

Cinquenta anos de fascismo obrigam-nos a pensar. Obrigam-nos, sobretudo, a rever os erros cometidos pelos Governos e pelos responsáveis entre 1910 e 1926. Não é intenção do «7.7» fazer análises profundas ou apresentar aos seus leitores dissertações político-filosóficas, mas há tentações irresistíveis. Não resistimos, por exemplo, a esta de dar a conhecer aos leitores deste suplemento como falavam e discutiam os deputados. Os exemplos que escolhemos referem-se apenas a dois anos — 1911 e 1912 — mas são elucidativos.

Se me continuarem a tratar assim, irei lá para fora dizer o que sei deste parlamento, diz o Dep. sr. Fernando Bôto Machado.

«... Mando, também, para mesa duas notas de interpeção, e peço a V.Ex.^a, sr. Presidente, a fineza de as ter em consideração, a fim de que se realizem, e não tenham a triste sorte de outras, que anunciei e renovei durante o funcionamento da Assembleia Constituinte, e às quais nunca se fixou dia para a discussão, se bem que se tivessem realizado outras anunciadas muito depois.

Sou aqui so, sr. presidente, mas também represento um grupo numeroso: represento os 16 000 e tantos eleitores que aqui me enviaram, e por isso entendo que tenha direitos, perfeitamente iguais aos de qualquer outro sr. deputado.

Se, pois, continuarem a negar-me esses direitos, e a impedir que eu use da palavra rasgarei o meu diploma e irei lá para fora dizer o que penso e o que sei acerca do Parlamento.

Vozes: — Não poder ser! Explicações!

O Orador: — Mas eu é que não me julgo obrigado a dá-las. Tenho pedido a palavra sem que sequer me inscrevam; tenho sido inscrito por último quando tenho sido dos primeiros a pedi-la; tem-se-me negado por várias vezes, e tem-se feito com que, ou não me chegue nunca, ou me chegue por um minuto. E, acabado esse tempo, tem-se caído sobre mim com o «deu a hora, deu a hora», o que em regra se não faz a outrem. Só num dia foram-me recusados três pedidos de verdadeira urgência, respondendo-se-me com o «oral oral oral».

Tenho, enfim, sido tratado nesta Câmara como o não tem sido nenhum outro sr. deputado.

Vozes: — Não apoiado. Precise factos.

O orador: — Venho de fazê-los. Mas uma vez que tanto pedem, aí vão. A primeira falta de atenção que aqui houve para comigo foi quando apresentei o meu projecto de Constituição. Autorizou-se a publicação de todos os outros projectos de Constituição no *Diário*, e eu no uso do meu direito, requeri também a publicação do que apresentara e que, modestia, à parte, não julgo ainda hoje inferior aos outros.

A Constituinte autorizou essa publicação, que foi consignada na acta, e assim saiu no *Sumário* da sessão. Depois, não se sabe mesmo de que maneira ou porquê, apareceu uma rectificação, em que se dizia que a publicação não tinha sido autorizada.

Vozes: — Reclamasse!

O orador: — ?! Mas como, se a palavra não me chegou nunca, se reclamei junto da mesa e se, de resto, eu percebi sempre a má vontade que existia contra mim?

Se isto continuar — aqui declaro mais uma vez — rasgarei o meu diploma de deputado, e irei lá para fora dizer o que há muito penso, e o que agora sei do Parlamento. Entendo que esse diploma, usado em tais condições me honra pouco, e sou eu que estou disposto a honrá-lo a ele, rasgando-o com altiva dignidade.

O sr. Francisco Cruz: — Quem não deve não teme. Eu não temo, mas exijo explicações do que V. Ex.^a acaba de dizer. (apoiados).

O orador: — Queira V. Ex.^a concretizar as explicações que deseja. Se as dever estou pronto a dá-las, como homem de bem que me prezo de ser.

O sr. Francisco Cruz: — V.Ex.^a tem feito ameaças...

O orador: — Eu não ameacei os meus colegas. Ameacei-me a mim próprio, visto que rasgando o meu diploma... naturalmente ficava sem ele. Sou, como todos os meus colegas nesta Câmara, um representante do povo. Nem sequer sou um candidato do Directório, visto que o povo, furando a lista apresentada às comissões, delas excluiu o nome de um dos candidatos do Directório para, em substituição do nome desse

candidato incluir o meu.

Se não exijo que aqui me ouçam com o respeito com que eu tenho ouvido todos os srs. deputados, porque é realmente difícil adoptar-se uma linha de conduta tão correcta como a que eu aqui tenho mantido, e em que ninguém me excede, a verdade é que tenho o direito de esperar, e esse direito reivindico, que me ouçam pelo menos com a atenção que se deve a um autêntico representante do povo, que não só o elegeu, mas o escolheu de preferência ao que lhe impunham!

Vozes: — Apoiado! (1).

(1) *Diário da Câmara dos Deputados, sessão de 10 de Novembro de 1910.*

O Juiz que o Governo da República mandou para Hulla já andou de cadeia em cadeia, diz o dep. sr. Santos Moita:

O sr. ministro das Colónias (Freitas Ribeiro): — Sr. Presidente: — Em primeiro lugar mando para a mesa uma proposta de lei regulando a reforma dos oficiais dos quadros coloniais.

Em segundo lugar vou responder ao sr. deputado Santos Moita que, ontem, disse que o indivíduo, nomeado para juiz de Hulla era um escroque. Tenho a declarar que do registo criminal, nada consta a respeito desse indivíduo.

O sr. Santos Moita: — Já foi preso uma vez, vindo de cadeia em cadeia!

O orador: — O que é pena é que S. Ex.^a venha fazer essa acusação, quando ele já vai pelo mar fora para tomar posse do seu lugar. Enquanto não tiver provas das acusações que se fazem, não posso proceder.

Desejo também referir-me ao caso do administrador de S. Tomé, que tinha sido acusado de falsário e de burla.

Tendo averiguado que eram verdadeiras as acusações demiti imediatamente esse funcionário e telegrafei ordenando que regressasse a Lisboa, em 3.^a classe, e não em 4.^a porque os vapores não a tem.

Devo dizer, ainda que, acerca dum indivíduo expulso de S. Tomé e que andava fazendo grande lamúria para lá voltar, como criado do governador, foi-me mostrado um livro célebre de criminosos, do qual ele fazia parte como falsário (1).

(1) *Diário da Câmara dos Deputados, sessão de 14 de Dezembro de 1911*

Como se falsificaram as eleições em Leiria. Republicanos-monárquicos e deputados republicanos que cantam o «Miserere»: confessam-se os deputados Ribeiro de Carvalho e Pires Campos.

Fala o dep. sr. Ribeiro de Carvalho:

«... Para exemplo da boa política, da política de legalidade e de conciliação, que os amigos dos dois deputados ali praticaram, basta dizer-se que só no concelho de Figueiró dos Vinhos, foram violentamente riscados do recenseamento eleitoral mais de mil cidadãos, só porque se não prestavam aos caprichos políticos desses cavalheiros. E não é tudo: vinte das mais importantes povoações desse concelho ficaram sem um voto. Sem um único!

E se fosse a enumerar casos semelhantes, não acabaria nunca. Apenas quero dizer que muitos desses actos foram praticados para proteger antigos monárquicos.

Uma voz: — Também V. Ex.^a andou nisso.

O sr. Germano Martins: — Chegou até a ser comendador!

O orador: — Comendador, não. Não subi a essas culminâncias... Comendador, e por sinal de Nossa Senhora da Conceição, creio que tem V.Ex.^a um aí mais perto: é o Chefe do Governo, sr. Augusto de Vasconcelos, se



Venha de lá essa mãosada; e eu, se tiveres juízo, oá estou sempre as ordens



não estou em erro. Eu fui, apenas, oficial da Ordem Militar de S. Tiago, do mérito literário e artístico. De uma ordem que nada teve nunca de política e que foi criada, apenas, para galardoar obras literárias, artísticas ou científicas.

O sr. Pires de Campos: — E como redactor da *Malta da Europa* escreveu artigos monárquicos.

O orador: — Já uma vez emprazei! V. Ex.^a a apresentar qualquer desses artigos. Hoje, torno a emprazá-lo. V. Ex.^a não é capaz de comprovar o que diz. Não é. Mas, se fôssemos a falar do passado, quantas coisas interessantes não iam surgir. Eu até podia dizer ao sr. Pires de Campos... que ouvi S. Ex.^a cantar, muitas vezes, o *Miserere* no Senhor dos Passos, em Leiria.

Uma voz: — E por sinal que bem mal cantado!

O sr. Pires de Campos: — É porque eu tinha boa voz!

O sr. Presidente: — Peço ordem. Não posso permitir que continui este diálogo.

O orador: — Não tenho culpa de ser interrompido. Respondo aos ápartes que me dirigem.

Uma voz: — Tratem de assuntos económicos, não tratem de assuntos desta ordem!

Outra voz: — É contra o Regimento tratar, nesta altura da sessão, de factos desta natureza!

O sr. Presidente: — Parece-me com efeito que esses assuntos não devem ser tratados quando está para se encerrar a sessão(1).»

(1) *Diário da Câmara de Deputados*, sessão de 14 de Dezembro de 1911.

Todas as ideias até hoje expostas nas Câmaras republicanas não enchem um livrinho de mortinhas de cigarros. — Diz o dep. Ezequiel de Campos:

«... A monarquia andou oitenta anos à matroca, e a matroca parece que vai a nossa governação republicana. Nós devemos começar por propor um plano de vida para a nação portuguesa (apoiados).

Esta sala, onde se destinam os negócios públicos, não está bem preparada para isso. Devia ser como nas aulas de química, onde a série de Mendelief mostra os pesos atómicos e os claros a preencher com os elementos a descobrir os números fundamentais da orientação da governança pública.

Queria que os quadros ali no fundo, os quais estão por acabar, fossem preenchidos com os algarismos que representam a nossa situação económica, a nossa situação colonial e a nossa situação financeira, em letras negras com aproximação até ao conto de réis, para que todos tenhamos bem presentes esses números e nos preocupássemos mais com eles, do que estarmos a fazer discursos, que são, sem dúvida magníficos, mas que de nada servem para o país.

Naqueles quadros, do lado da direita escreveríamos mais tarde em letras de ouro os saldos que fôssemos obtendo na economia e nas finanças nacionais. E no centro, debaixo daquelas palmas, com prazer havíamos de registar bem legíveis os nomes de quem tivesse governado tão bem que tivesse provocado os ansiados saldos.

E na sala dos passos perdidos para que não fosse perdido todo o tempo ali, como são perdidos os passos, ficavam bem esses mapas completos, modernos, do continente, das ilhas adjacentes e das colónias, para termos sempre bem no espírito o cuidado de manter íntegro e bem administrado o património nacional.

Desculpe-me a Câmara esta divagação, mas é que o meu espírito não se adapta bem ao sistema da vida que se tem seguido até aqui no Parlamento.

Sinto que se gastam palavras em demasia. Se fôssemos a fazer de cada milhar delas 1 milímetro cúbico já não caberia ninguém aqui, contando talvez somente as que se proferiram no tempo da República. E escrevendo em letra clara as ideias manifestadas no mesmo tempo talvez não chegasse a encher um livrinho de mortinhas de cigarros.

Posto isto, vou entrar no assunto. (1)

(1) — *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 28 de Novembro de 1911.

Uma saída com espírito, do sr. Estevão

O sr. ministro do Fomento (Estevão de Vasconcelos): — Sr. Presidente: Vou expor ao Senado o seguinte facto: Quando entrei para o Ministério encontrei uma grande crise e muitos operários sem trabalho; já tinham sido colocados alguns,

e eu consegui colocar quatrocentos. Pois querem V. Ex.^{as} saber o que um dos delegados de associação de classe me respondeu, quando eu expunha as dificuldades de dar colocação a tão avultado número de operários?

Respondeu-me o seguinte: «V. Ex.^{as} têm muito dinheiro para gastar; podem gastar em obras do Estado o dinheiro que se tem roubado à Nação».

O sr. José Maria Pereira: — E V. Ex.^a não mandou prender esse homem?

O orador: — Não o mandei prender porque ele queria referir-se a roubos praticados no tempo da monarquia. (1)

(1) *Diário do Senado*, sessão de 13 de Dezembro 1911.

Dois senadores discutem quanto vale um Príncipe da Rússia, durante o projecto dos azeites. «Vale hoje muito pouco...», diz o sr. Leão.

O sr. Abílio Barreto: — Quero começar por uma coisa que não tem relação imediata com o projecto dos azeites, para responder ao sr. Ladislau Piçarra, porque ontem não me fiz compreender.

O nobre príncipe russo Kropotkine, sectário do socialismo, tenho por ele uma admiração profunda. O ser príncipe russo ainda é uma coisa muito importante na Europa. E ele deu toda a sua fortuna para se tratar dos pobres e humildes e escreveu livros de grande observação e alta filosofia.

O sr. Eusébio Leão: — O valor de príncipe da Rússia é um valor muito limitado.

O orador: — Esta grande consideração por Kropotkine compreende-se: apesar de que ele, por vezes pregou a revolução, foi contudo um apóstolo da humanidade, um homem de altíssimo valor. Peço à Câmara que me desculpe o sermão que intercalei nesta questão do azeite, e passo a responder ao sr. Artur Costa no que respeita às análises. (1)

A vida nas praias descrita pelo sr. Senador Mata.

O sr. Presidente: — Tem a palavra o sr. Nunes da Mata; cumpra-me, porém avisar V. Ex.^a de que só tem um quarto de hora para fazer uso da palavra, visto ser a segunda vez que fala sobre esta questão.

O sr. Nunes da Mata: — Um quarto de hora?! Chega-me perfeitamente. Sem pretender copiar à risca as célebres leis agrárias de Caio e Tibério Graco, entretanto alguma coisa seria conveniente que se fizesse para obrigar os grandes proprietários a amansar devidamente as suas terras, ou a dividi-las e a vendê-las.

A propósito peço licença para mencionar este facto comprovativo da grande importância que tem na democracia a divisão das grandes propriedades.

Eu há trinta anos frequentava muito uma povoação das mais pitorescas e formosas dos arredores de Lisboa, a vila de Azeitão. Nesse tempo, no verão, também para esta formosa povoação costumava ir o grande patriota que se chamava Elias Garcia, e, assim, eu tinha o prazer de encontrar tão sábio correligionário e mestre.

Durante as festas de S. João e S. Pedro, quando nas praças e nas ruas, junto das fogueiras que se faziam em toda a parte se juntava gente, admirava-me muito ver a democracia e delicadeza com que se trataram uns aos outros.

Tratei de indagar a razão daquele facto e explicaram-me então: é que nesta terra não há operários nem senhores.

Isto passou-se no tempo em que o vinho dava grande resultado e todos aqueles habitantes tinham a sua vinha donde tiravam três ou quatro pipas de modo que quando qualquer filho de Azeitão necessitava de trabalhos nos seus campos ia ao vizinho A ou B pedir o seu auxílio, o qual lhe prestava de muito boa vontade indo trabalhar dois ou três dias para as propriedades do vizinho C, o qual não lhe dava dinheiro mas, quando eles precisavam dos seus serviços, lhes prestava de muita boa vontade também. Na Beira Alta há outro sistema, é o sistema do arrendamento das propriedades.

O sr. Presidente: — Acabaram os 15 minutos durante os quais podia V. Ex.^a falar.

O sr. Nunes da Mata: — Bem, então calo-me (1)

(1) *Diário do Senado*, sessão de 13 de Dezembro 1911.

Linguagem vernácula do Rev.^o Senador Alves da Cunha:

«... Eu bem sei que a hera, com ser hera, isto é, uma planta rasteira, sem força nem

vigor naturais para tomar uma posição erecta no espaço encontrando-se e abraçando-se as árvores de maior porte, sobe até ao alto das suas copas.

Eu não poderei subir à altura a que os dois ilustres senadores srs. Sousa da Câmara e Miranda do Vale levaram a discussão desta causa, mas hei-de procurar enconstar-me aos seus próprios argumentos para criticá-los, escarpelizá-los e ver o lógico, real, positivo, prático, que eles tem.

Vou pedir-lhes que desçam do sétimo céu das suas teorias e quicá das suas filosofias bisantinas e venham à terra observar os costumes, os usos, as práticas, o feito, a índole, e as necessidades, do povo para, depois poderem argumentar. Nesse terreno, talvez eu possa discutir e acompanhá-los. Para responder, pois, a alguns argumentos produzidos por S. Ex.^{as}, vou socorrer-me do decreto de 26 de Maio de 1911, que a comissão invocou para rejeitar o meu projecto.

O sr. Miranda do Vale: — Eu disse que não concordava com o decreto de 26 de Maio.

O orador: — V. Ex.^a, não tenha pressa; não tenha as dores antes do parto.» (Risos) (1).

(1) *Diário do Senado* sessão de 22 de Janeiro de 1912.

A manifestação de pesar da Constituinte por morte da Rainha Maria Pia.

O sr. Presidente: — Peço a atenção da Câmara.

O sr. deputado Eduardo Abreu pediu a palavra para um assunto urgente. A urgência é sobre uma manifestação da Câmara acerca do falecimento da ex-rainha de Portugal D. Maria Pia.

O sr. Deputados que aprovam a urgência tenham a bondade de se levantar e conservar de pé.

Sussurro

Vozes: — Está rejeitado, está rejeitados.

Ordem do dia, ordem do dia.

Uma voz: — Faça-se a contra-prova.

O sr. Presidente: — Está aprovado.

Vozes: — Está rejeitado. Ordem do dia, ordem do dia.

Uma voz: — Faça-se a contra-prova.

O sr. Eduardo Abreu: — A Assembleia ainda não ouviu a proposta; eu vou lê-la. A urgência está contida na própria proposta. (leu)

«A Assembleia Nacional Constituinte, sensível à notícia da morte da sr. D. Maria Pia de Saboia, filha de Victor Manuel, ex-rainha de Portugal delibera suspender a sua sessão» *Agitação. Muitos apertes.*

O orador: — Eu explico à Câmara. É uma interrupção de que se trata e pode ser por meia hora, por um quarto de hora, pelo tempo que o sr. Presidente entender e depois continuam os trabalhos.

Vozes: — Não podemos perder tempo, vamos à Constituição. Isto não pode ser. Ordem, ordem!

O sr. Presidente: — agita a campanha.

O orador: — Eu recorro que o voto de sentimento é para a filha do rei Victor Manuel...

Continua a agitação

O sr. Artur Costa Propunha V. Ex.^a um voto de sentimento e a Câmara aprova-o (apoiados e não apoiados).

O orador: — Peço perdão! Se a Assembleia prefere que se lance na acta um voto de sentimento, eu aceito.

O sr. Macieira: — A Câmara não prefere coisa nenhuma. E ainda assim, se aceita o voto de sentimento é pela consideração que tem para com V. Ex.^a.

Uma voz: — O que a Câmara quer é a Constituição (Apoiados).

O sr. ministro dos Negócios Estrangeiros (Bernardino Machado): — Peço a palavra.

Vozes: — Ordem, ordem!

O sr. Presidente novamente agita a campanha.

O sr. Presidente (agita a campanha): — Tem a palavra o sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: — Sr. Presidente: posso afirmar que nunca tem sido de balde que eu tenho apelado para o coração do partido republicano. O sr.

Eduardo Abreu não fez mais do que traduzir em uma proposta o sentir de todos os jornais republicanos da manhã.

UPA! UPA!



O penacho 'está' um bocado custoso de agarrar! Mas como o degrau tem as costas largas, tudo se conseguirá...

O VOTO DAS MULHERES

Uma voz: — Todos não!
O orador: — Todos ou quasi todos. Se porém a Câmara entender que deve lançar na acta um voto de sentimento, o Governo está de acordo.
O sr. Manuel Bravo: — Pedi a palavra para mandar para a mesa a seguinte:

Moção de ordem

A Câmara ouvindo a leitura da moção do ilustre deputado Eduardo de Abreu, aprova o voto de condolência pela morte da filha de Victor Manuel e passa imediatamente à ordem do dia.
Sala das Sessões, em 6 de Julho de 1911
— Manuel Bravo.

O sr. Presidente: — Vai votar-se a moção do sr. Manuel Bravo. O srs. deputados que a aprovarem tenham a bondade de se levantar.

Foi aprovada (1)

(1) Diário da Assembleia Nacional Constituinte sessão de 6 de Julho de 1911

A República chinesa e os destinos universais conjunturados pelo sr. senador Mata.

«... Isto posto, vou passar a outro assunto. Como V. Ex.^a sabe, no nosso planeta deu-se um facto verdadeiramente notável (notável foi também sem dúvida, a proclamação da República em Portugal) qual o da proclamação da República na China, uma nação com os seus 400 000 000 de habitantes. Não me consta que, quer nos jornais, quer no Parlamento, se haja feito qualquer manifestação de congratulação para com a República Chinesa, parecendo-me (é uma opinião individual) de toda a conveniência que a República Portuguesa manifestasse o seu aplauso para com a República Chinesa (apoiados). Se ninguém quer tomar a iniciativa duma tal manifestação, eu pela minha parte estou pronto a tomá-la, tanto mais que o facto da proclamação da República na China é um facto preponderante na história da humanidade, porque, sendo a China tradicionalmente monárquica, com os seus 400 milhões de habitantes, com o solo mais belo da terra com os seus imensos rios a atravessarem terrenos ubérrimos, possuidores de minas de carvão e de metais, este facto, depois de consolidada a República, pode ter uma influência, senão decisiva, preponderante em todo o resto da terra. Por ela se poderá, talvez, realizar na vida do futuro, o ideal dos filósofos, que é uma confederação de todos os povos, confederação que só pode ter lugar por meio da República». (1)

(1) Diário do Senado, sessão de 23 de Fevereiro de 1912

Quem era mais republicano? O sr. coronel Barreto ou o sr. general Baracho?

Fala o sr. ministro da Guerra coronel Barreto: «... O facto de ter à frente de comandos oficiais que foram monárquicos e tê-los conservado em comissões, prova apenas que confio e acredito na honradez, de carácter desses indivíduos; e, até hoje, não tenho tido motivos para me arrepender. A prova é que ainda hoje me honro com a colaboração do sr. Baracho. S. Ex.^a veio da monarquia; não era republicano e, hoje, está servindo realmente as instituições...»

O sr. Dantas Baracho: — ... Quanto à sua afirmativa de que eu vim da monarquia, conduz-me naturalmente a perguntar. De onde veio V. Ex.^a...

...E assim me desafiava eu, pela forma como fica expresso, do Todo Poderoso, que tudo mandava na vigência do engrandecimento do poder real. Era com este vigor contudente que eu zurzia a monarquia.

Que fazia então o sr. ministro da Guerra para contrariar e aluir?

Vozes: — Ordem. ordem.

O orador: — Fui atacado, tenho que me defender.

O sr. Presidente: — Já se defendeu suficientemente.

O orador: — V. Ex.^a não é juiz da minha dignidade. Se me retirar a palavra deixarei de falar, mas nem por isso me esquivarei a repelir as agressivas insinuações de que fui alvo, por parte do sr. ministro da Guerra. O sr. Presidente: — Tenho a convicção de que o sr. Ministro da Guerra não teve intenção de melindrar V. Ex.^a

O sr. ministro da Guerra: — Correia Barreto): — E não tive. Disse que V. Ex.^a tinha vindo da monarquia e é verdade. Também está aqui o sr. Bernardino Machado que veio da monarquia.

O orador: — E V. Ex.^a de onde veio?

O sr. ministro da Guerra: — Costa Barreto):



Elas votam: elles trancam dos bebés, entregam a casa e lavam a loiça... Inconvenientes do progresso!...

— Perdão. Eu não vim da monarquia. (apoiados).

O orador: — Só eu então é que vim...

Sussurro.

O orador: — Muito bem. Fui eu que vim de lá...

Mas então de onde veio V. Ex.^a?

É certo que, por motivos, em diversas ocasiões por mim expressados, nunca entrei em conspirações; mas sempre aberta e claramente com contrariedades de ordem vária, patentei os meus sentimentos liberais e democráticos investindo pertinazmente contra as violências, arbitrariedades e a autocracia do desposto regime.

Vozes: — Ordem, ordem.

O orador: — Ordem! Ordem!! pois onde estou eu a não ser na ordem, desde que estou correspondendo devidamente ao ataque que me foi dirigido e que nem mesmo provoquei?

O sr. Peres Rodrigues: — Queremos discutir a Constituição.

O orador: — Peço a V. Ex.^a, sr. Presidente que consulte a Assembleia sobre se permite que eu lhe tome mais algum tempo, muito pouco, na explanação da minha defesa.

Vozes: — Fale, fale...

O sr. Peres Rodrigues: — Todos nós reconhecemos em V. Ex.^a um homem de carácter, mas o que não pode é tirar agora tempo à Câmara!

O orador: — ... Muitas citações poderia produzir em abono da minha limpa e coerente situação. Não quero, porém, tomar mais tempo à Assembleia, a quem agradeço ter consentido em que eu plenamente justificasse o meu procedimento, em todo o ponto harmónico, tanto na constância, como após a deposição da monarquia. Então, como agora, achava-me identificado com a autonomia política que não é, seguramente, apanágio de ambiciosos, nem de acomodaticios; agora como então, falo com o apurmo e nitidez inerentes ao homem de honra que me prezo ser.

Vozes: — Muito bem!

(1)

Um debate cheio de elevação.

O sr. Presidente: — Vai ler-se, para entrar em discussão o projecto de lei n.º 27.º.

Lê-se na mesa

E o seguinte:

Projecto de lei

Artigo 1.º Toda a violência exercida sobre os animais é considerada acto punível.

O sr. Jorge Nunes: — Pedi a palavra sobre o artigo 1.º deste projecto porque parecendo à primeira vista muito simples não se sabe, contudo, quais sejam as violências a que ele se refere.

Diz o artigo 1.º

Leu:

Trata-se simplesmente de dar uma facada

num animal, ou obrigá-lo a puxar carga superior às suas forças?

O sr. Brito Camacho: — Não sei conjugar o artigo 1.º com o 10.º

Pode ser tomado como violência o castigo do animal que se recusa a trabalhar, o que não é regular. Nesse caso é que se há-de saber se o animal se recusa a trabalhar, ou puxa carga superior à sua força.

O sr. Pádua Correia: — Pergunta-se ao animal.

Risos

O sr. Pádua Correia: — Desejava que se dissesse no artigo 1.º quais as categorias de animais incluídos neste artigo.

Se no projecto se proíbe o tiro aos pombos, deve-se dizer se se proíbe também o tiro aos outros animais

Não sei o que se entende por violências exercidas sobre os animais. É quando se mata um coelho batendo-lhe nas orelhas? E quando se torce o pescoço a um pombo?

O sr. Afonso Pala: — Este artigo 1.º apresenta muitas dificuldades na sua interpretação.

Desejo saber se será uma violência esporear um cavalo que se recusa andar?

Se assim é, quem anda a cavalo está constantemente sujeito a ser preso.

O sr. Jorge Nunes: — Sr. Presidente: Eu desejava saber se a castração também é considerada violência.

Há muitos animais que não se podem domesticar sem ela se fazer.

Também desejo que me informe se a caça fica permitida.

Ficando o artigo 1.º não poderá mais existir a caça, nunca mais ela poderá ser posta à venda nem aparecer nos restaurantes.

O sr. Silva Ramos: — Sr. Presidente: eu sou de opinião que se deve eliminar o artigo 1.º. Diz esse artigo o seguinte:

Leu

Eu pergunto à comissão: como considera os trabalhos e experiências feitas nos laboratórios com animais?

O sr. Mendes de Vasconcelos: — Sr. Presidente: eu desejaria responder a todas as observações que os srs. deputados tem feito sobre este artigo, mas não posso fazer porque muitas delas não as ouvi.

Ao sr. Pádua Correia eu devo dizer que pelo facto de se proibir o tiro aos pombos, não significa isso que se proíba a caça.

O sr. Pádua Correia (interrompendo) — Eu disse que se era proibido o tiro aos pombos por analogia devia ser proibido também o tiro contra outras aves.

O orador: — Já vou responder a S. Ex.^a.

O argumento do Sr. Pádua Correia não colhe. Pelo facto de se proibir o tiro aos pombos,

não quer dizer que não se permita a caça. Ouvi também falar em castração, negando-se

que a castração muitas vezes não é uma necessidade. Contesto, porque a castração de animais é muitas vezes um caso de

necessidade para a engorda dum animal.

Quanto ao argumento apresentado pelo sr. deputado Afonso Pala, devo dizer que o facto

de se esporear, por necessidade, um cavalo é um direito, não é um crime... (1)

(1) Diário da Câmara dos Deputados, sessão de 18 de Janeiro de 1912. Depois de acalorada discussão que ocupa sete páginas do Diário, o projecto foi enviado à comissão.

(1) Diário da Assembleia Nacional sessão de 26 de Julho de 1912

Como eles se tratam — uma revelação curiosa

O sr. Casimiro de Sá: — O Congresso votou há pouco tempo, quasi urgentemente, um hápouco tempo, quase urgentemente, um projecto de lei a favor dos revolucionários civis. Nesse projecto dizia-se que esses homens seriam colocados onde houvesse vagas; mas até hoje, ainda não tiveram colocação muito embora tenham andado dias e dias pelos ministérios de onde são repelidos. Todavia no Ministério das Finanças, há cerca de trinta vagas provenientes de outras tantas aposentações.

Ainda outro assunto.

Não está presente o sr. ministro da Justiça, mas peço a qualquer dos srs. ministros presentes a fineza de lhe transmitir que desejava saber se as confrarias têm de dar para a beneficência um terço, ou dois terços do seu rendimento.

Uma voz da esquerda: — É o que manda a lei.

O orador: — Mas qual é a lei? Eu não sei ler. O sr. ministro da Justiça e o sr. Alvaro

Pope, disseram há dias que eu não sabia ler, o que muito agradeço a S. Ex.^as pois representa um acto de delicadeza e de

espírito. O sr. Alvaro Pope tem desculpa, porque é capitão e talvez sobre S. Ex.^a pesassem certas reminiscências atávicas,

quando a lei dizia que todo o capitão era obrigado a saber ler.

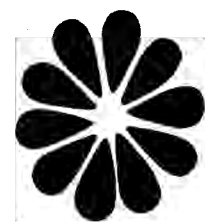
Uma voz: — O sr. Alvaro Pope não está na sala.

O sr. Ministro do Interior: (Silvestre Falcão):

— Queixou-se o sr. deputado Casimiro de Sá de que nos ministérios não empregam revolucionários civis e às vezes os tratam mal.

A esse respeito, peço licença para contar ao sr. deputado o caso seguinte: depois da resolução da Câmara, alguns desses revolucionários, entendendo que os ministros tem obrigação de arranjar lugares expressamente para eles chegaram mesmo a dizer no Ministério do Interior, que ali era tudo «uma súcia de bestas...» (1).

(1) Diário da Câmara dos Deputados, sessão de 11 de Janeiro de 1912.



As comemorações do 5 de Outubro através do tempo

O aniversário do 5 de Outubro foi sempre (menos durante o fascismo) celebrado com festividades várias. A principal, porém, foi quase sempre um desfile militar, aliás, prato de substância das festas do 1.º aniversário. As notícias que a seguir publicamos referem-se aos festejos de 1924 em que — já que toda a regra tem excepção — o prato de substância foi um simulacro de incêndio levado a cabo no Hotel Francfort. Quem se lembraria, hoje, de simular um incêndio num hotel? A título de curiosidade, chamadmos a atenção para o facto de que o general Gomes da Costa foi um dos que celebraram o 5 de Outubro no banquete de Belém...

Anteontem foi a comemoração oficial; ontem foi a dos civis e militares que em 5 de Outubro arrancaram a vida pelo seu sonho de redenção da Pátria.

As festas de ontem, se não tiveram aquela grandiosidade da parada militar de sábado, destacaram-se pela sua simplicidade e espontaneidade — as melhores características das manifestações populares.

Foi a primeira vez que se comemorou, como se devia comemorar o 5 de Outubro! — dizia-nos ontem, comovido, o sr. Gomes de Carvalho, antigo e devotado republicano.

Além dos festejos promovidos pelos revolucionários, — o cortejo alegórico e a romagem ao Alto de S. João, houve recepção em Belém e um simulacro de incêndio. E, em várias ruas e agremiações republicanas, também o 14.º aniversário da proclamação da República foi comemorado com concertos, bailes e discursos entusiásticos, acompanhados aqui e ali por morteiros e foguetes.

A RECEPÇÃO EM BELÉM

O sr. Presidente da República deu ontem, a exemplo do que se faz todos os anos, recepção no Palácio de Belém.

Primeiro, das onze ao meio dia, foi a recepção aos diplomatas, que compareceram todos.

Depois foi a recepção geral.

Destacamos alguns nomes de pessoas que lá vimos:

Os membros do Governo; uma comissão de deputados e senadores, entre os quais os srs. Sá Cardoso, Baltazar Teixeira, Tavares de Carvalho, Júlio Cruz e António Maria da Silva (este de casaca e com a faixa da Torre e Espada); generais Gomes da Costa, Adriano de Sá, comandante da 1.ª divisão, Pedroso de Lima, Mendonça e Matos, Abel Hipólito, Pereira Bastos; tenentes coronéis Oliveira Simões de Matias de Castro; todos os almirantes e vice-almirantes; oficialidade da Guarda Republicana, de grande uniforme: tenentes coronéis Cortez e Rodrigues de Sá, capitão Sarmiento Rodrigues, tenentes Gusmão e Bretts Pereira, etc.

A ROMAGEM DOS RADICAIS

Como fora anunciado, o partido radical promoveu ontem uma romagem às campas dos republicanos, no Alto de São João.

As 3 horas da tarde, começaram a juntar-se no Rossio, muitas centenas de populares que pouco depois se puseram em marcha.

O cortejo seguiu pelo Rossio, Travessa de S. Domingos, Rua da Palma e Largo do Intendente, onde teve uma curta paragem, no local onde foi morto Machado Santos. De novo em marcha, seguiu pela Avenida Almirante Reis, Rua de Arroios, dando a volta pelo local onde apareceu morto Cândido dos Reis. Ali, parou de novo alguns minutos, seguindo depois pela Rua Morais Soares, em direcção ao cemitério.

A abrir o cortejo, ia a bandeira do Centro Republicano Radical, conduzida por um sócio e seguida dos corpos directivos do Centro e de muitos sócios. Depois, os membros do Directório e da Junta Consultiva,

acompanhados pelos membros das comissões municipal e distrital; a comissão política de Arroios, com uma bandeira nacional, e acompanhada pelos filiados da freguesia; a comissão administrativa do Centro Republicano Radical 19 de Outubro, com bandeira e muitos sócios; as restantes comissões políticas da capital, com os filiados das suas áreas, e conduzindo algumas bandeiras nacionais; representantes de todos os organismos partidários do distrito de Lisboa.

A fechar o cortejo, seguia uma grande multidão de radicais e republicanos que, não sendo filiados, estão, contudo, em espírito com o Partido Radical.

No cemitério, o cortejo teve a sua primeira paragem junto das campas de Miguel Bombarda e Cândido dos Reis, usando da palavra, pelo Directório do PRR, o presidente da Comissão Executiva, sr. coronel Xavier Pereira, que, em sentidas palavras, prestou homenagem à memória dos perdutores da República, em nome dos corpos directivos do Partido.

O orador, a seguir, fez um exame rápido da obra dos últimos Governos, que classificou de «traição» aos mártires, porque só ele possui autoridade moral e convicções republicanas para o poder fazer.

O sr. Pita Simões leu uma carta do sr. dr. Santos Monteiro, falando depois os srs. António Joaquim de Magalhães e Santos Gonçalves.

Em seguida, dirigiu-se o cortejo ao mausoléu de Machado Santos, onde o sr. António Joaquim de Magalhães voltou a usar da palavra, proferindo, em nome do PRR, sentidas palavras de homenagem.

Antes de dispersar, o cortejo visitou ainda as campas de Manuel Buíça, Alfredo Costa, sargento Marmelada, etc.

Os radicais fretaram dois barcos que hoje transportaram à Trafaria, a visitar os presos políticos, algumas centenas de pessoas.

O CORTEJO CÍVICO

As 16 horas começaram a juntar-se no Terreiro do Paço muitas pessoas, a fim de se incorporarem no cortejo cívico. Pouco depois, chegou uma força de bombeiros municipais com a respectiva banda e a banda da Armada. Retiraram às 17 horas, em virtude da demora, voltando depois a banda da Armada, a instâncias da comissão.

As 18,10 o cortejo pôs-se em marcha, vendo-se as ruas do trajecto cheias de gente.

A frente ia um esquadrão de cavalaria da Guarda Republicana. Seguiu-se: um carro alegórico da Escola Agrícola de Paia, representando a lavoura, puxado por três juntas de bois (um tractor e um busto da República, sobre uma pirâmide ornamentada com alfaia agrícola); a banda da Escola e alguns alunos; alunos da Casa Pia, com o seu director; Centro Republicano de Santos; carro da Marinha (armado em escaler, com apetrechos náuticos de guerra e bandeiras nacionais); revolucionários civis e militares de 1910; banda de Marinha e muito povo; banda de Infantaria 5; Registo Civil; junta de freguesia de Santos; Centro Escolar Republicano de Santos; carro do Exército (com uma metralhadora, lanças, espingardas, capacetes, uma hélice de avião e bandeiras nacionais e um busto da República); banda de Infantaria 16 e muito povo.

O sr. Presidente da República e o Governo assistiram do pavilhão da Rotunda, à passagem do cortejo, tendo sido entregue ao Chefe do

Estado uma mensagem dos revolucionários.

Na Rotunda procedeu-se, então, ao arriar das bandeiras do 5 de Outubro e do 31 de Janeiro, por oficiais revolucionários, entre salvas da Artilharia.

Em seguida, a multidão dispersou, soltando vivas à República.

O SIMULACRO DE INCÊNDIO

O número mais interessante dos festejos do 5 de Outubro, foi incontestavelmente o simulacro de incêndio numa parte do Francfort Hotel, do Rossio.

Todos os bombeiros municipais e voluntários merecem os maiores louvores pela forma brilhante como actuaram, devendo distinguir-se, nesses louvores, o ilustre comandante sr. tenente Rodrigues Alves, pela maneira como organizou tudo, de modo a evitar qualquer desastre.

Às 9 horas da noite, o Rossio estava coalhado de gente, vendo-se as janelas cheias de curiosos.

Num pavilhão, em frente ao hotel, tomaram lugar o Chefe do Estado e o Governo.

Dirigiam o serviço dos bombeiros o comandante sr. Rodrigues Alves, o 2.º comandante sr. Luis Caetano Pereira de Carvalho, o ajudante sr. Baptista Ribeiro e o chefe da Divisão sr. Marcelino.

Dado o sinal de alarme, das janelas começaram a sair labaredas e gritos, afluindo ao local imediatamente vinte e cinco viaturas e numerosos bombeiros municipais e voluntários. O primeiro material a chegar foi o do quartel n.º 8, do largo do Regedor.

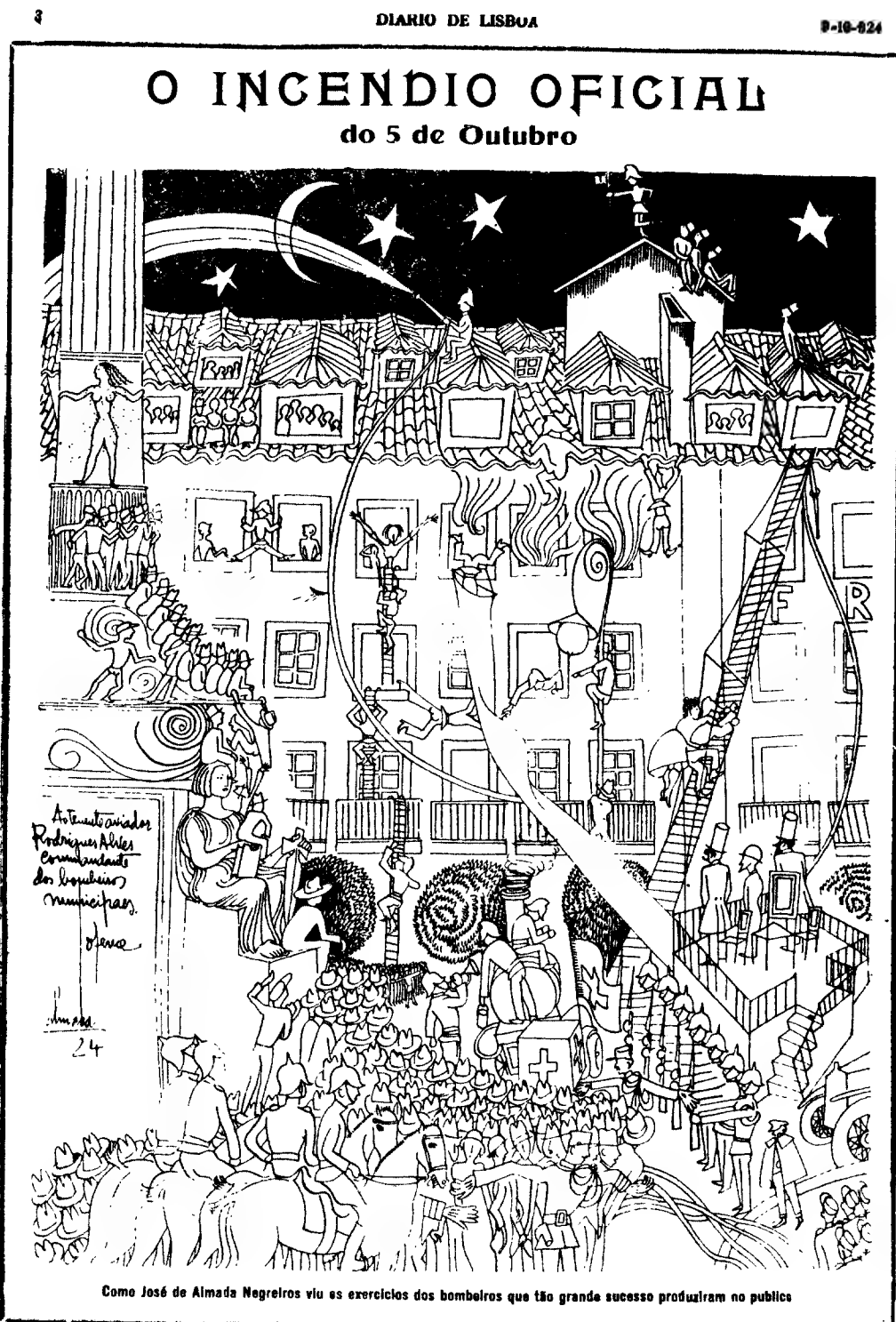
Iniciou-se então o simulacro da extinção e os salvamentos dos moradores, sendo alguns admiráveis de agilidade e de coragem.

Dado o toque de «Salve-se quem puder» e retirado o material, estendeu-se uma tela para o salvamento de quatro bombeiros.

Do 3.º andar atiraram-se sucessivamente o voluntário da Cruz Branca, Manuel António da Silva, e os municipais Manuel Martins, n.º 153, do Porto, e João Neto, n.º 230, de Alferrarede. Do quarto andar precipitou-se, no fim, o municipal João Barbosa, n.º 147, do Algarve, ouvindo-se em seguida o sinal da derrocada.

Todos eles foram muito aplaudidos pelos seus saltos admiráveis.

No final, o sr. Presidente da República e Governo felicitarão o sr. comandante Rodrigues Alves, pelo esplêndido êxito da sua iniciativa.



As comemorações este ano

Madrugada de 3 para 4 de Outubro: Alvorada, salva de 21 tiros

Dia 5 de Outubro

9.30 Romagem ao Monumento aos heróis do 5 de Outubro no cemitério do Alto de S. João. A convocação será efectuada pelos Centros Republicanos e o orador será o dr. António Vasconcelos Lomelino. Guarda de honra prestada pela Marinha.

12.00 Cerimónia solene do hastear da bandeira nacional na varanda do salão nobre dos Paços do Concelho. O senhor Presidente da República deverá chegar aos Paços do Concelho às 11.45, recebendo honras militares dum batalhão misto constituído por membros dos três ramos das Forças Armadas. A bandeira será içada pelo senhor Presidente da República, coadjuvado pelo senhor comandante Sarmiento Pimentel.

Os discursos serão proferidos nesta ordem pelas seguintes entidades:

1.º — Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa.
2.º — Sua Excelência o senhor ministro da Administração Interna.
3.º — Dr. José Magalhães Godinho.
4.º — S. Excelência o senhor Presidente da República

A entrada dos Paços do Concelho, o chefe do Estado será recebido pelo Primeiro Ministro, pelo ministro da Administração Interna e por uma comissão constituída pela D. Maria Teresa Afonso Costa Azevedo Gomes e pelos srs. Emídio Santana e dr. António Vasconcelos Lomelino.

O cortejo presidencial dirigirá-se para a varanda dos Paços do Concelho passando pelo gabinete da Presidência onde o Presidente da República receberá os cumprimentos dos membros do governo e dos restantes membros da Comissão Nacional das Comemorações do 5 de Outubro.

17.30 Sessão solene no Teatro Municipal de São Luís com a presença do Presidente da República.
A sessão solene assistirão:
O Presidente da República.
O Primeiro-Ministro.
Membros do Conselho da Revolução.
Membros do governo.
Presidente da Assembleia da República.
Deputados.
Altas autoridades civis e militares.
Comissões Administrativas das Câmaras do distrito de Lisboa.
Comissões Administrativas das Juntas de Freguesia.
Famílias dos heróis do 5 de Outubro.
Entidades ligadas a Lisboa.

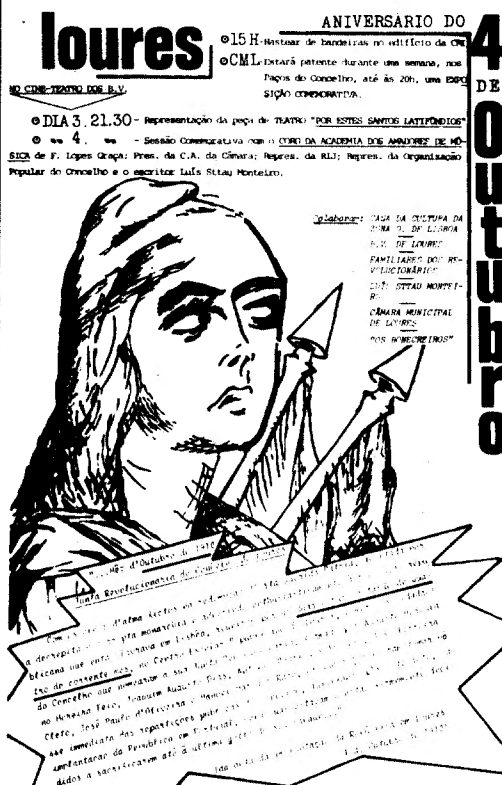
MUSICA PARA TODOS

Os concertos públicos a efectuar em Lisboa no próximo dia 5 de Outubro pelas bandas

de música abaixo indicadas, iniciam-se às 16 horas:

Terreiro do Paço — Banda da Marinha.
Alameda de D. Afonso Henriques — Banda do Exército.
Praça Afonso de Albuquerque — Banda da GNR.
Jardim da Estrela — Banda da PSP.
Rossio — Banda da Força Aérea.

Esta parte do programa é da iniciativa da Comissão Nacional das Comemorações do 5 de Outubro.



Antecedendo-se aos revolucionários de Lisboa, um grupo de republicanos de Loures tomou de assalto, os Paços do Concelho no dia 4 de Outubro de 1910. Esta antecipação coloca Loures numa posição muito especial e confere-lhe incontestáveis privilégios no que diz respeito às comemorações do 5 de Outubro. Este ano, como sempre, a Câmara Municipal de Loures promove uma série de actividades dentre as quais destacamos a representação da peça «Por estes santos latifúndios» e uma sessão comemorativa com o Coro da Academia dos Amadores de Música. Presentes: Lopes Graça e Sttau Monteiro.
Na grande maioria das capitais de distrito o 5 de Outubro será celebrado com actividades várias que não podemos anunciar por: os programas ainda não estarem completados.

EXPOSIÇÃO NO PALÁCIO FOZ

A Direcção-Geral da Divulgação vai realizar no Palácio Foz uma exposição intitulada «5 de Outubro de 1910-5 de Outubro de 1976». Trata-se de uma iniciativa feliz que não podemos deixar de louvar, tanto mais que durante os últimos cinquenta anos, se passou por cima do aniversário da revolução republicana como se ela não tivesse tido lugar. A criação do museu de Peniche pode vir a ser definitiva para a descoberta e a conservação de documentos sobre a revolução de 5 de Outubro e sobre os primeiros anos da República. Entretanto, quem estiver interessado nesta revolução deve ir ao Palácio Foz onde estarão expostos documentos importantes e curiosos sobre o período. A fotografia que publicamos ilustra bem o interesse da exposição.



BE-BOP DELUXE — «SUNBERTS FINISH»

Sob a inspiração e a persistência de Bill Nelson, que depois de dois trabalhos, que se podem considerar comercialmente falhados, arrisca num terceiro com o título «Sunberts Finish». Bill iniciou-se na guitarra com 12 anos, para em Setembro de 72 formar os Be-Bop Deluxe. Antes disto contava já com um LP a solo que obteve o apoio de alguns críticos ingleses. Influenciado por Hank Marvin, Chet Atkins, Duane Eddy, e mais tarde pelos Stones, e por Jimi Hendrix, Bill cuida, neste novo disco, das voais, das guitarras e das percussões, para além de toda a composição das faixas.

Acompanhado por Andrew Clark (teclas) Charles Tumhai (baixo, voais e percussões) e Simon Fox (bateria) apresentam um bom trabalho de grupo. «Ships in the Night» é o single extraído, que constitui a música mais comercial do LP; em «Life in the Air-Age» podemos apanhar-nos de uma certa influência de Hendrix; «Blazing Apocoties» possui a força de um «hard-rock», com uma guitarra electrizante e um ritmo pesado a contrabalançar com as vozes, mais subtile, a aparecerem, como que um moderador.

Nos álbuns anteriores, «Axe Victim» e «Futura», o grupo não se apresenta tão homogêneo como neste novo «Sunberts Finish».

J. P. Santos Reis

UNICORN — «TOO MANY ERROKS»

Para nós, e certamente para muitos de vocês, este nome é perfeitamente desconhecido. No entanto a participação de David Gilmour na faixa que dá nome ao álbum, «Too many crooks», desperta-nos uma certa curiosidade. Felizmente verificámos que afinal essa participação não é tão importante como se esperava. A capacidade individual dos componentes do «Unicorn» basta. Tocando um «country-rock» eles são Pat Martin (baixo, bandolim e voz) Pete Perries (bateria, percussão e voz) Kevin Smith (guitarras) e Ken Baker que tem a seu cargo toda a composição do álbum, exceptuando a faixa «Easy»; para além do seu trabalho nas teclas, guitarra e voz. A produção está a cargo de David Gilmour (membros dos Pink Floyd).

Os temas que mais sobressaem do disco são «Ferry Boat» e «Bullseye». Unicorn é um grupo que promete e um nome a fixar.

J. P. Santos Reis

O GRUPO AREA ESTEVE EM PORTUGAL

No passado domingo, dia 26, tivemos a possibilidade de assistir ao vivo na FIL à actuação de um grande grupo italiano — os Area. Dois concertos no mesmo dia, duas actuações dignas de referência. Depois de umas horas de «seca» para não perdermos o lugar, uma apresentadora que em nada convenceu, antes pelo contrário, entrou em palco, e em tom estival, anunciou uma das grandes revelações deste ano na Europa. No início, certos sectores do público mostraram-se um tanto ou quanto frios perante o som dos Area. No entanto os músicos italianos souberam convencer e «obrigar» o público a participar aqui e ali. Temas como «Settembre negro» «Cometa Rossa» «La mela di Odessa» eram acolhidos, logo as primeiras notas com calorosos aplausos a demonstrar bem a implantação do grupo no nosso país.

A célebre «L'Internazionale» foi recebida de punho erguido e com o público a cantar, o que nos diz que os Area não são só música, mas também política. Todos os temas eram precedidos de uma explicação o que nos integrava no conteúdo revolucionário dos poemas e das músicas.

Por outro lado os 5 músicos que compõem os Area apresentaram-se seguríssimos nos seus instrumentos. Ares Tavalazzi foi impecável tanto no baixo como no contrabaixo. Giulio Capiozzo domina perfeitamente a bateria. Patrizio Farielli «brincava» no piano e no sintetizador. Paolo Tofani extraía sons incríveis da sua guitarra. E a célebre voz de Demétrio Statos ecoava por entre o público com uma expressão que sempre o caracterizou.

E de referir o civismo e a ordem com que decorreu não só o espectáculo, mas toda a festa do «Avante». Centenas e centenas de pessoas encheram por completo as instalações da

FIL, sem se verificar o menor incidente, nem a menor desordem. Parabéns público da FIL.

J. P. Santos Reis

DISCOS RAROS

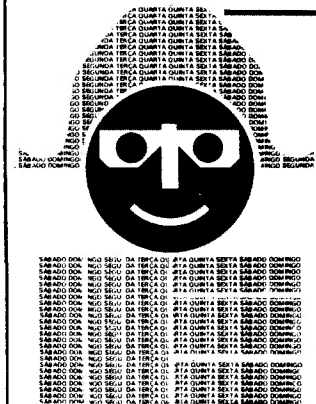
Amon Duul I — Em 1967, perto de Munique, havia uma comunidade, que vivia tanto para a música e ácido, como para a política. No entanto em 68 duas correntes divergentes originaram uma cisão. Para um lado os Amon Duul I para outro os Amon Duul II.

A comunidade primeira irá ao encontro da Berlim Kommune I (primeira tentativa política anarquista e literária de reunião de artistas), com os quais gravarão dois álbuns «Collapsing» (1969) e «Para Dreswatts Duul» (1970) este último composto de extractos de mais de 20 horas de improvisação colectiva. Para além destes LPs existem mais dois da responsabilidade dos Amon Duul II, o primeiro gravado em 1969 (antes de «Collapsing») e o duplo, álbum saído em 1971 com o título «Disastes», que antecedeu a despedida das experiências musicais da comunidade.

O grupo era formado por Raines Baumann (guitarras) Bruder Ulrich (baixo) Helge (congas e canto) Mitgled Kriskhe (piano) Elenora e Anegelika Romana (canto).

Nenhum destes discos apareceram em Portugal. No entanto são álbuns que nos apresentam experiências muito válidas no campo musical.

J. P. Santos Reis



caixa do PONTO

TEATRO DO BAIRRO ALTO

(R. Tenente Raul Cascais, 1-A, ao Rato T. 66 15 15)

«TAMBORES NA NOITE»

de Bertolt Brecht
pelo Teatro da Cornucópia
O novo espectáculo do Teatro da Cornucópia confirma o sucesso do anterior: a partir de um texto, riquíssimo nas suas contradições, de Bertolt Brecht, Jorge Silva Melo e o grupo construíram um espectáculo em que a Poética e a Política são um mesmo espaço/tempo teatral. Desde a concepção do espaço (lembrou-nos Peter Stein) até à admirável criação de Luís Miguel Cintra: uma gama de prazeres, como queria Brecht, que levanta alguns grandes problemas, como Brecht também queria. Um espectáculo indispensável.

SÃO LUÍS

«TUDO NO JARDIM»

De Edwald Albee
pelo Teatro de Todos os Tempos
a «prostituição doirada» de Nova Iorque ou de como quem vê caras não vê corações ou de como quem vê fachadas não vê quartos de dormir. Uma crítica do «american way life» pelo autor de «Quem tem medo de Virgínia Woolf!».

MARIA MATOS

(Av. Frei Miguel Contreiras, 52 T. 89 70 17)

«O DIRECTOR DA ÓPERA»

pela Cooperativa Reportório
Uma das companhias mais caras do nosso teatro (mais cara, é quase certo) estreia uma peça reacçãoária de um autor francês na decadência. Valerá a pena gastar desta maneira os dinheiros públicos?



TEATRO ABERTO

(Pr. de Espanha)
«O CÍRCULO DE GIZ CAUCASIANO»
de Bertolt Brecht
pelo Grupo 4
Um grande espectáculo que se transformou num grande êxito de público.

VASCO SANTANA

(Entrecampos T. 76 86 09)
«FASHEN»
de David Hare
pelo Teatro-Estúdio de Lisboa
Uma peça inglesa sobre um tema chinês. O original foi agora publicado numa nova colecção de teatro.

MONUMENTAL

(Saldanha T. 55 51 33)
«AS COISAS QUE O PADRE FAZ»
de Luiz Tegedor e José Alfayate
Ou as coisas que o Camilo de Oliveira faz. Para quem já conhece não tem interesse; para quem não conhece também não.

LAURA ALVES

(R. da Palma, 253
T. 86 47 56)

«VAMOS TROCAR DE MULHERES?»
de Luís Rego e Didi Kaminka
Ou as coisas que faz o Badaró. Leia acima.

VARIEDADES

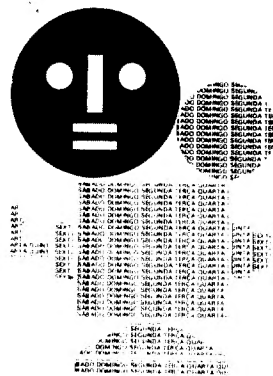
(Parque Mayer)
«ISTO É QUE ME DÓI!»
de Paulo Pontes
Solnado regressa à comédia numa peça brasileira que ele próprio e César de Oliveira adaptaram aos nossos costumes.

A B C

(Parque Mayer T. 36 67 45)
«CADA COR SEU PALADAR»
de Francisco Ribeiro, Armando Cortez e Nicolau Breynner
Ou de como a direita não tem graça.

ADÓQUE

(Martim Moniz)
«A GRANDE CEGADA»
de Ary dos Santos, Braga Santos, César de Oliveira, Correia Martins, Ferro Rodrigues, Francisco Nicholson, G. Preço e J. Luís Gomes
A qualidade da revista ao serviço do humor e da democracia. Uma lição.



CINE/PONTO

DOZE INDOMÁVEIS PARIFES
de Robert Aldrich
(U.S.A.-1967)

Uma película sobre a violência (o que é diferente de um filme violento), onde se pode assistir a um esmagamento de várias espécies de violências, das institucionalizadas, às rebeldes, às moralistas, às simplesmente anti-sociais.
Um grupo de actores de grande força a enformar este filme que alguns afirmam ser apenas uma espécie de elogio da brutalidade militarista e outros (nós) como tão só um flash apocalíptico sobre os limites onde se joga a própria dignidade e o nome de humano.
Cinema Berna
(Não acons. a men. 18 a.)

VOROCIANA

De Luis Buñuel
(Espanha-México)
Breve incursão de um mestre espanhol na sua Espanha natal (interregno de um exílio que houvera e haveria) para um dos seus filmes mais célebres. Uma película que ainda não vimos mas para que, desde já, chamamos a

atenção. Uma película de Buñuel pode ser boa ou má mas não é nunca medíocre. E é sempre importante.
Cinema Apolo 70

M.A.S.H.

de Robert Altman
(U.S.A.-1970)
Um filme a colaborar com o militarismo 200 por cento, pretensa comédia de um humor que seria apenas negro se não fosse também sinistro. Uma obra que gracieja com a guerra num momento chave do conflito vietnamita e, se estão lembrados, quando a derrocada se perfilava já no horizonte do Exército americano agressor. Ou seja, uma espécie de receita para se levar a guerra com duas larachas. Simplesmente desgostante.
Cinema Quarteto-sala 3
(não acons. men. 13 a.)

OS GLORIOSOS MALUCOS
DAS MAQUINAS VOADORAS
de Ken Annakin
(U.S.A.-1965)

Uma reposição (uma mais) a fazer algum sucesso num cinema onde isso de sucessos é excepção. Uma comédia em superprodução com muito material visual (aqui aviões «pré-históricos») que nem é muito explorado, e uma galeria de actores onde não há o medíocre mas rareia o muito bom. Uma trama onde não falta o cha-vinismo e o romance, tal a receita para um filme «toda-a-família», morno, morno.
Cinema Alvalade
(Grupo B-10 anos)

CHOVE EM SANTIAGO
de Helvio Soto
(França-Bulgária-1975)

Este filme é uma demonstração de como o público reage de forma pouco conhecida e previsível. Falando superficialissimamente dos acontecimentos no Chile que levaram a Junta

Podemos dizer, sem atropelar a verdade histórica, que o que é hoje o Teatro da Cornucópia nasceu para o público numa noite de Junho de 1969 com a estreia da peça de António José da Silva (O Judeu), «O Anfítrio». Como isso parece ir longe... E, no entanto, os principais responsáveis do actual grupo continuam a lutar pelo teatro que então defendiam, à frente do Grupo da Faculdade de Letras. Será possível, como veremos, encontrar algumas discrepâncias mas no essencial e sobretudo sob o ponto de vista estético, os postulados mantêm-se: (1) Mania de que é preciso gostar do texto que se encena. (2) Mania de que a encenação é a arte da coerência. (3) Mania de que o palco é um lugar assim chamado. (4) Mania de que se a marcação existe é para se ver. (5) Mania de que não há razão nenhuma para que o corpo dos actores e os cenários não sejam mentirosos. (6) Mania das coisas praticáveis. (7) Mania das coisas significativas». (Texto assinado por Luís Miguel Cintra).
O grupo primitivo pouco durou, como tal, pois mudou-se para a secção teatral do Ateneu Cooperativo, tendo apresentado «Três Entremeses de Cervantes», e só passados quatro anos veio a transformar-se nesta máquina mais complexa e ambiciosa que é o Teatro da Cornucópia. Podemos, no entanto, manter a afirmação inicial: a história deste grupo cola-se à história dos seus fundadores e de alguns dos seus elementos e está, portanto, indissoluvelmente ligada ao acontecimento histórico que foi a estreia do «Anfítrio». Aliás, a ligação do Teatro da Cornucópia ao espectáculo com «Anfítrio» é até feita pelo próprio nome do grupo que é o de uma personagem da peça de «O Judeu».

Ao recordarmos hoje aquele espectáculo o que se mantém vivo na nossa memória é a sensação de unidade que nos deixou. Essa característica, com tudo o que significa como opção estética, manter-se-ia ao longo do historial desta companhia. Com maior ou menor eficácia, com maior ou menor interesse, os espectáculos do Teatro da Cornucópia implicam um trabalho

Teatro da Cornucópia: apostar na coerência

bastante rigoroso no levantamento dos textos (aquilo a que chamaremos «dramaturgia»), na sua tradução em termos cénicos (encenação) e na interpretação. Esse trabalho estabelece-se entre dois polos aparentemente contraditórios: respeito quase maníaco pela integralidade dos textos, que pertencem em parte ao repertório clássico, modernidade da sua leitura cénica. Podemos dizer, embora correndo o risco que esquemas deste tipo implicam, que os espectáculos do Teatro da Cornucópia reflectem, com mais ou menos intensidade, as preocupações e as opções dos seus responsáveis: Jorge Silva Melo, por um lado; Luís Miguel Cintra, por outro lado. Será, no entanto, difícil descobrir até que ponto os espectáculos assinados por cada um deles sofrerão também a participação criativa do outro, de tal maneira surgem como modelos fechados no que diz respeito ao projecto estético a que obedecem, e abertos a uma leitura de amplo espectro. Talvez o primeiro dos espectáculos «Anfítrio» — que continua a ser ainda uma das grandes realizações do Teatro da Cornucópia tenha sido produto de uma conjugação equivalente de ambos o que explicaria o facto de ter surgido como obra sem fissuras em que as constantes com que viríamos a deparar nos espectáculos seguintes terão encontrado o seu ponto óptimo de equilíbrio.

«Anfítrio» estreou-se em 1969. Nas páginas do programa, Luís Miguel Cintra referia-se ao facto do espectáculo ter sido feito «com pouco dinheiro» e considerava-o uma «pateada a espectáculos

profissionais». Anos depois, vamos encontrá-lo, com Jorge Silva Melo, à frente de uma companhia profissional: resta apenas saber se esta companhia está ou não isenta dos pecadilhos atribuídos ao teatro profissional pelos jovens de então. Uma coisa parece certa: as simpáticas preocupações de economia sublinhadas com orgulho parece terem-se desvanecido (o que seria talvez inevitável). Hoje, o Teatro da Cornucópia preocupa-se mais com os resultados que está empenhado em obter do que com os meios que é necessário utilizar para os obter. Quem poderá atirar-lhes a primeira pedra? Talvez os fantasmas deles próprios, evocando os sete mil e quinhentos escudos gastos com

«Anfítrio». Tudo isto, contudo, é história miudinha se o confrontarmos com os resultados obtidos: o Teatro da Cornucópia criou nos seus anos de existência alguns dos mais importantes espectáculos do teatro português do nosso tempo. E fê-lo ainda com meios bastante restritos. Espectáculos sempre interessantes embora nem sempre esse interesse bastasse para ultrapassar o circuito estreito e egoísta dos entendidos: não se pode deixar de lamentar que por razões que têm a ver com a sua prática, o grupo se tenha sistematicamente recusado a sacrificar a obtenção de um determinado resultado estético à necessidade de atingir outro público. Em certos, casos a exigência perfeição, a intransigência do discurso criativo (onde existe sempre uma certa dose de pessoalismo) podem conduzir ao vazio: e isso no teatro é imperdoável.
Se «Anfítrio» foi um espectáculo em que não houve necessidade de

sacrificar o **luxo** do conseguimento de uma linguagem inovadora ao **luxo** da sua comunicabilidade, não poderemos dizer o mesmo de outros espectáculos. Nestes, a criação, **anterior ao público**, sobrepunha-se à criação **com o público** (referimo-nos especialmente aos espectáculos com textos de Molière e de Marivaux que, aliás, constituíram para alguns espectadores supremo deleite). Acrescente-se ainda que nos espectáculos de índole mais directamente política («Terror e Miséria no Terceiro Reich») de Brecht, e «Pequenos-Burgueses», de Gorki) havia qualquer coisa que não parecia correcta: também aí nos pareceu haver sobrevalorização do factor estético com prejuízo do sublinhamento da problemática social e do impacto crítico que ambos exigiam. Deve notar-se, entretanto, que estas reservas são feitas a um nível que já tem pouco a ver com grande parte do nosso teatro, quer dizer, a um nível de qualidade que alguns censuram por considerarem excessivamente exigente.
Se com «Anfítrio», o grupo encontrara o ponto de equilíbrio que depois parece ter perdido, viria a reencontrá-lo recentemente com «Ah O», espectáculo extraordinário, simbiose sem falhas entre um texto teatralmente rico, uma encenação e uma interpretação que o transformaram num cerimónia teatral sumptuosa e sem paralelo entre nós. Este espectáculo ficará certamente como paradigma da carreira do Teatro da Cornucópia: ajudou a tornar mais exigentes aqueles que a têm seguido, ajudou outros a entender que o teatro não é propriamente uma brincadeira de crianças (embora também o possa

fascista de Pinochet ao poder, fazendo-o de uma forma que não é nem revolucionária nem cinematograficamente brilhante, **Chove em Santiago** atrai público aos milhares e ameaça tornar-se o grande êxito do ano. Para um filme todo apostado na emoção e na tragédia é bastante arredo de frieza e lucidez, o mais que se dirá é que não serão, por certo, claras as razões do seu sucesso. Cinema Nímas (não acons. me. 18 a.)

A GRANDE CORRIDA À VOLTA DO MONDO

Pouco conseguido e muito espectacular, este filme de Balke Edwards, realizador dos sete dotes e nenhum deles superior a mediano, vive à base de quatro actores, dois dos quais (Natalie Wood e Tomy Curtis) se afundam num cabotinismo de cliché, que Jack Lemon e Peter Falk procuram equilibrar. Muitos cenários, efeitos, e o multiplicar de situações ajudam a criar um ritmo forçado que mantém o filme à tona. Mas a meter água. Cinema Império (Grupo B-10 anos)

A MULHER CASADA

de Jean-Luc Godard (França-1964)

Fragmentos de um filme rodado em 1964, lhe chamou, dentro do filme, Jean-Luc Godard. Rasgada a continuidade, **A Mulher Casada** ergue-se como uma obra de um invulgar rigor, de uma precisão exemplar, como se, de repente, o écran se povoasse de ritmos antigos, de linhas memoriais, se preenchesse pelo desejo de um espaço anti-séptico onde a aventura é impossível, estrangulada.

Um filme sobre uma mulher-«Elle», entre a publicidade, o apartamento e o desgosto na França gaullista, quatro anos antes de Maio. Cinema Universal (17h e 23h) (não acons. men. 18 a.)

UMA MULHER DA RUA

de Martin Scorsese (U.S.A.-1972)

Os filmes saídos das produções de Roger Corman têm sempre um **feeling** especial, qualquer coisa que brota da união de um clima anos vinte, com um calão saboroso, uma música **country**, actores desconhecidos, rodagens rápidas. Mais fortes que perfeccionista, com rasgos e quebras. Este filme de Scorsese (hoje um grande realizador) tem todas estas virtudes e defeitos. E, acima de tudo, uma irresistível atracção que nos leva a esquecer algumas inconseqüências para atender mais a um prazer simples que vem do cinema popular que já não há.

Cinema Quarteto-sala 2 (não acons. men. 18 a.)

NÚMERO DOIS

de Jean-Luc Godard (França-1975)

O regresso de Godard, sempre pioneiro, é motivo de festa. Não que a alegria seja muita (este filme fala bastante de solidão e de angústia) mas a lucidez, mesmo amarga, é sempre um bom caminho. Falar do Mundo à medida do quotidiano, de um écran de Televisão, com o didactismo que baste para evidenciar as múltiplas contradições da realidade e do discurso. Um filme completamente revolucionário e sem dúvida dos melhores do ano. Cinema Universal (15, 19 e 21 h) (interdito men. 18 a.)

O PORTEIRO DA NOITE

de Liliana Cavani (Itália-1974)

Reduzir o nazismo à psicanálise dos nazis, a um jogo de senhor-escravo romântico e amoroso, a uma estética decadentista e desesperada,

é um caminho pleno de fascínio mas pleno de riscos. Um deles, e o mais agudo, é o de sustentar o nazismo como fenómeno patológico, inconsciente, é limitá-lo a uma dialéctica de pulsões, é isolá-lo do contexto económico e social que o alimentou. **O Porteiro da Noite** escolhe esse risco e resvala inapelavelmente para uma ambigüidade de direita.

Cinema Londres (não acons. men. 18 a.)

OS MALDITOS

de Luchino Visconti (Itália-Alemanha-1969)

Agora que **O Porteiro da Noite** é tantas vezes referenciado a este filme de Visconti, a sua reposição é mais oportuna que nunca. Visconti, decadente, filma a decadência. De uma burguesia aqui representada por uma família (processo caro ao autor), enfiando-se na espessa lama do nazismo escendente, exterminando-se por isso de velhos pergaminhos aristocráticos para se entregar aos novos senhores nascentes. Decadência que, incapaz de se conhecer, está intimamente ligada ao poder económico que essa família detém. Por isso este filme barroco e desmesurado nunca é esteticista mas sempre lúcido. A lucidez da própria queda do autor que a assume até às últimas conseqüências, até à genialidade.

Cinema Quarteto-sala 4 (interdito a men. 18 a.)

UM DIA DE CÃO

de Sydney Lumet (U.S.A.-1975)

Sydney Lumet parece firmar-se como o grande cineasta liberal americano. Este filme, baseado num mero **fait-divers**, apresenta-se como uma crónica minuciosa da sociedade americana, do espectáculo (de) violência que ela renova no quotidiano, da ideologia que a enforma.

Filme pleno de truques (num sentido não necessariamente pejorativo), de um homem que conhece os mecanismos do cinema por todos os lados, **Um Dia de Cão** é também o espelho dos limites do liberalismo. Dos limites ideológicos do seu autor. Cinemas Caleidoscópio e Eden (não acons. men. 18 a.)



ELECTRA

de Michael Cacoyannis (Grécia-1962)

Um filme esteticizante que não resistiu a quatorze anos de vida. A tragédia de Electra, segundo Eurípides, cinematizada com uma grande intenção e dignidade, que falha completamente.

Um filme que serviu à actriz Irene Papas e ao realizador Cacoyannis para passaporte em direcção à grande produção internacional. Como **Zorba**, feito um ano depois, veio demonstrar.

O Quarteto em começo de época com o pé esquerdo. Cinema Quarteto-sala 1 (não acons. men. 13 a.)



ser, e em certos casos até o deva ser). Estamos certos de que outros espectáculos podem ter em Portugal um maior interesse imediato e

relativamente circunstancial, estamos ainda certos de que para o teatro e para o povo português outros espectáculos terá havido e haverá mais úteis — nenhum deles, contudo, terá atingido o grau de criatividade, essa capacidade que não tem fronteiras de atingir o sublime de que «Ah O» foi a admirável expressão.

Com «Tambores na Noite», o Teatro da Cornucópia volta a Brecht. Trata-se, como talvez se saiba, de uma peça daquilo a que se tornou hábito chamar o período do jovem Brecht.

O que significa isto? Não apenas que Brecht descreveu essa estreia: na sua juventude — tinha então 24 anos — mas também antes de ter encontrado o seu verdadeiro caminho: aquele que o levaria a escrever as suas grandes obras. Socorramo-nos do livro de Frederic Ewen sobre Brecht para melhor o entender: Em 1922, Brecht tem 24 anos. No dia 29 de Setembro (uma sexta-feira) estreia-se em Munique a sua peça «Tambores na Noite». É a segunda peça de autor (a primeira intitulava-se «Baal») e tivera um outro título



«Spartakus». Eis como um amigo de Brecht escreveu essa estreia:

«Sexta-feira, 29 de Setembro... O teatro tinha a indicação de lotação esgotada. O pano demorou muito tempo a subir. Excitado, Brecht sussurrou-me que os críticos de Berlim, e principalmente Jhering, tinha chegado. Estava lá toda a família de Brecht o pai, o irmão Walter, a governanta Rochert e Bie (uma excelente amiga de Brecht).

Tomaram-me por irmão de Brecht... Enfim, o pano subiu e a pouca sorte começou por azar nosso. Bons ensaios, má estreia... parecia que a velha superstição se ia confirmar.

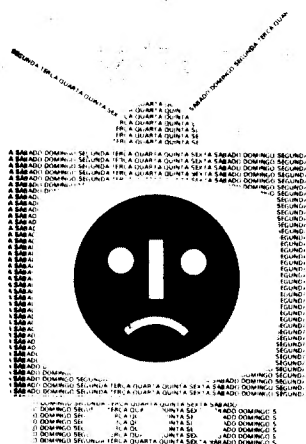
Tudo o que tinha corrido bem à tarde, no ensaio, falhava. No entanto, a peça teve muito êxito, graças à força bruta que a marcava e à linguagem de Brecht: uma linguagem que há anos não se ouvia nos teatros alemães. Tivemos ainda dois dias de espera e de ansiedade pois as críticas só seriam publicadas na segunda-feira».

Herbert Jhering, o crítico referido, um dos mais cotados críticos teatrais da altura escreveu no seu artigo:

«Um poeta de 24 anos Bert Brecht, mudou ontem a fisionomia literária da Alemanha. Com ele, um novo estilo, uma nova melodia, uma visão nova surgira... As suas personagens são fosforescentes... Brecht sente fisicamente o caos e a corrupção pútrida do nosso tempo... Com ele, é o ser humano na sua nudez que fala, mas numa linguagem que desde há anos não ouviamos. Ficamos certos disso desde os primeiros diálogos da peça: «A tragédia acaba de nascer».

Desde Wedeking que não conhecíamos experiência como esta».

O mais curioso nisto tudo é que Brecht insistia que escrevera «Tambores na Noite» apenas para ganhar dinheiro. Escrita para ganhar dinheiro, a peça veio a ser o primeiro sinal do que se tornaria na mais importante obra teórica e criativa do teatro do século XX.



TV/PONTO

Sábado, 2

1.º Programa

14.00 Abertura e Telejornal.
14.15 Hoje pode ver.
14.25 Retrospectiva.
14.40 Culinária.
15.05 Aconteceu, aconteceu.
15.30 Jovens rebeldes.
16.30 Funçã da bicharada.
17.00 Da saúde e da vida.
17.45 Conerto.
18.50 Stop.
19.15 Cinema de animação.
19.45 Gente do amanhã.
20.10 Cartaz TV.
20.30 Telejornal.
21.05 Jogos sem fronteiras.
22.15 Em debate.
23.10 Telejornal.
23.25 Fecho.

2.º Programa

20.00 Beatles Show.
20.10 Desenhos animados.
20.25 Clássicos do cinema.
21.30 Telejornal.
22.05 Fecho.

Domingo, 3

1.º Programa

12.00 Abertura e missa de domingo.

12.40 Expedição.
13.10 No jardim zoológico.
13.35 Desenhos animados.
14.00 Telejornal.
14.15 Hoje pode ver.
14.30 Corrida de touros.
15.15 Documentário.
15.45 «Meu rico dinheirinho». Um filme realizado em 1951 por Irving Commings
17.10 Presença do Brasil.
17.35 Hoje há palhaços.
18.35 Heidi.
19.00 TV rural.
20.30 Telejornal.
21.05 Telefutebol.
21.45 Clayhanger. Vidas perdidas.
22.40 Civilização.
23.00 Telejornal.
23.30 Fecho.

2.º Canal

20.00 Abertura e «Foi êxito na TV»: Kung Fu.
21.00 Martinho da Vila no Algarve.
21.05 Óscar Acúrcio.
22.30 Telejornal.
23.00 Cinema de animação.
23.13 Apresentação de Vasco Granja.
23.30 Fecho.

Segunda-feira, 4

1.º Programa

18.30 Abre-te Sésamo.
19.00 História à vista.
19.30 Tropicália.
20.00 Teledesperto.
20.30 Telejornal I.
21.00 Bailado.
21.30 Teatro. «Depois da queda», de Henry Miller.
23.15 Telejornal.

Terça, 5

18.30 Heidi.
19.00 Peça a palavra.
19.30 Non stop caravelli.
20.00 Telecinema.
20.30 Telejornal I.
21.00 Momento político.

21.30 O 5 de Outubro.
22.25 O detective aristocrático.
23.15 Telejornal 2.

Quarta, 6

1.º Programa

18.30 Abre-te Sésamo.
19.00 Os homens, os livros e as coisas.
19.30 Ligeiríssimo.
19.50 Vamos jogar no Totobola.
20.00 Formas de ver.
20.30 Telejornal.
21.00 A música e o silêncio.
21.30 Cinema. O filme é produção espanhola «Fedra».
23.15 Telejornal 2.

Quinta, 7

1.º Programa

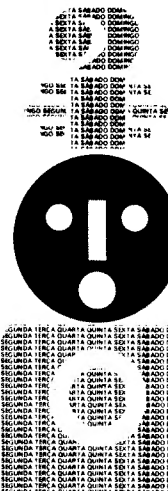
18.30 Bonecos.
19.00 Inglês a sorrir.
19.30 O conde de Monte Cristo.
20.00 A ideia e a imagem.
20.30 Telejornal 1.
21.00 Folhetim. «Ninguém», um episódio português da autoria de Artur Semedo.
21.30 Programa da Direcção de Informação.
23.15 Telejornal 2.

Sexta, 8

1.º Programa

18.30 Abre-te Sésamo.
19.00 Janela Grande.
19.30 Inventário Musical.
20.00 Momento Desportivo.
20.30 Telejornal 1.
21.00 O sentido das formas.
21.30 Figuras do circo.
22.00 Ana Karenina.
23.15 Fecho da emissão.

NOTA: Não nos é possível incluir a programação do 2.º Canal de Segunda, Terça, Quarta, Quinta e Sexta, porque os elementos referentes à sua programação não nos chegaram às mãos a tempo de os incluirmos neste «7.7».



PONTO, contra PONTO

ÚNICO CONCERTO DA SEMANA

Palmela
Sociedade Filarmónica
Dia 8, 21,30h

CONCERTO SINFÓNICO

Weber:
«Oberon»
Tchaikovsky:
«Concerto para violino e orquestra»
Ravel:
«Pavana para uma infanta defunta»
Frederico de Freitas:
«Dança da Menina Tonta»

Solista:
Vasco Barbosa
Orquestra do Teatro de S. Carlos
Direcção: Silva Pereira

Um concerto em que avulta, para além da colaboração de Vasco Barbosa numa obra para instrumento solista e orquestra bem representativa do romantismo, uma peça de grande audiência de Frederico de Freitas.

A *Dança da Menina Tonta* (suite de bailado) constitui uma das mais brilhantes realizações criadoras do seu autor. Com uma escrita de fino humor, servida por uma excelente orquestração, torna-se imediatamente compreensível e aceite pelo grande público.



palavras cruzadas

HORIZONTAIS:

1/14, Os eucos chamam-lhe a «rainha sorriso». 6, Peça de teatro em que predomina a sátira ou a graça. 13, Marido de Betsabé. 16, Letra árabe. 17, Progenitor. 18, Radio (s.q.). 19, Tome nota. 22, Deem o seu voto numa eleição ou numa votação. 23/27, É a filha do conhecido actor John Mills cuja interpretação no filme «A Filha de Ryan» foi muito apreciada entre nós. 26, Preposição. 32, Empregue. 34, Amante (bras). 35, Relato. 37, Chefe etíope. 38, Eia! 39, Utensílios domésticos. 42, Lagoa ao N. do rio Amazonas. 44/62, Romancista português autor de «Os Meus Amores». 48, Rio da América do Norte. 50, Tribo de indígenas brasileira. 51 Era cristã. 53, Braço de mar. 54 Césio (S.q.). 55, Freguesia do concelho de Penafiel. 56, Pronome pessoal. 57, Arpoar. 58, Batráquio. 59, Rei de Basã morto por ordem de Moisés. 60, A mais velha das Vestais. 61, Preposição e artigo. 65, Cabelos brancos. 66, Agarrei. 67, Joieira. 69/78, Foi o mais famoso dos «Beatles». 74, Ribeira de Portugal. 76, Mamíferos da ordem dos cetáceos. 79, Pequeno poema da Idade Média, narrativo ou lírico. 81, Porção de terra cultivável. 83, Duas vogais desiguais. 84, Erbío (i. b.).

VERTICAIS:

1/23, E a nova senhora Burton. 2, Cólera. 3, Vi. Vossa Alteza. 5, Nota musical. 6, Lobo norte-americano. 7, Grande ribeira da Ásia Russa. 8, Substância viscosa, com que os pastores untam os ferimentos, que a tesoura faz nas ovelhas quando as tosquam. 9, Época. 10, Quinhentos e cinquenta em romano. 11, Papagaio da Amazônia. 12, Átomo. 14, Remedeio. 15, Cidade da Bélgica. 17, Médico inglês que escreveu muitos trabalhos sobre os diabetes tendo descoberto a doença que tomou o seu nome. 20, Possui. 21, Morada. 24,

Médico francês que descobriu o bacilo específico da peste, em Hong-Kong, em 1894. 25, Cada uma das placas córneas que servem de dentes às baleias. 27, Trigueiras. 28, Levanta. 29, Lograr (Bras). 30, Cinquenta e um em romano. 31, Apelido. 33, Astro rei. 36, Sai frequentemente à rua. 40, Transferiram para outro dia. 41, Humidade ou frescura da terra (Prov.). 43, Causou boa impressão. 44, Contrato fraudulento. 45, Nome que os Egípcios davam ao Sol. 46, Doutor. 47, Rejuvenesce. 49, Serra de Portugal. 52, Aqueles que não veem. 54, O mesmo que crespião (ant.). 63, Aqui está. 64, Fazer horas, matar o tempo (Gri). 68, Prénome pessoal. 70, Nome do trono imperial da Etiópia. 71, Rio da África (bacia do Congo). 72, Ligue. 73, Empregar. 75, Olé. 76, Rapaz em inglês. 77, Manto Real.

76-Boy. 77-Abé.
70-Alga. 71-Uelê. 72-Lie. 73-Usar. 75-Ola.
52-Cegos. 54-Crespa. 63-Eis. 64-Horor. 68-Tu.
44-Trapaça. 45-Rã. 46-Dr. 47-Hemoça. 49-Alre.
36-Rual. 40-Adiram. 41-Sessão. 43-Agradou.
28-Ica. 29-Laspar. 30-Li. 31-Sa. 33-Aol.
38-Ica. 42-Laspar. 39-Sa. 33-Aol.
21-Casa. 24-Yersin. 25-Elasma. 27-Morenas.
12-Al. 14-Sano. 15-Hal. 17-Pay. 20-Tem.
12-Colote. 7-Om. 8-Merem. 9-Era. 10-DL. 11-Ia.
1/23-SUZU HUNT. 2-Ira. 3-Li. 4-VA. 5-Si.

HORIZONTAIS: